

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLARISSA MILAGRES CANESCHI

**AS IRMÃS DA BENEPÓ:
HISTÓRIA, RELIGIOSIDADE E GÊNERO
(1946-2006)**

Mariana

2016

CLARISSA MILAGRES CANESCHI

**AS IRMÃS DA BENEPÓ:
HISTÓRIA, RELIGIOSIDADE E GÊNERO
(1946-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.
Linha de pesquisa: Poder, Linguagens e Instituições.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque.

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP

2016

C221i Caneschi, Clarissa Milagres.
As irmãs da Benepó [manuscrito]: história, religiosidade e gênero (1946-2006) / Clarissa Milagres Caneschi. - 2016.
112f.: il.: tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque.

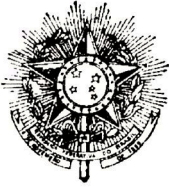
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Irmandades. 2. História eclesiástica. 3. Mulheres e religião. 4. Religião - Mariana (MG). I. Buarque, Virgínia Albuquerque de Castro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 27-788-055.2

Catálogo: www.sisbin.ufop.br



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata da reunião da banca examinadora da dissertação de mestrado "As irmãs da Benepó: história, religiosidade e gênero (1946-2006)".

Às duas horas do dia sete de março de 2016, na Sala de Reuniões, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), teve início a defesa pública da dissertação acima referida pela candidata ao grau de mestre Clarissa Milagres Caneschi. Após a apresentação do trabalho, passou-se à arguição realizada pelos membros da banca examinadora abaixo relacionados, durante a qual a candidata demonstrou domínio do tema e nível de conhecimento compatível com a titulação pretendida.

Considerações adicionais (opcional):

A banca sugere que a mestranda proceda à inclusão da teoria de gênero ao corpo da dissertação, tornando-a assim recomendável à publicação.

De acordo com o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), a candidata, para o recebimento do grau de mestre, deverá apresentar ao orientador, num prazo de trinta dias, os volumes finais da dissertação com os ajustes sugeridos pelos membros da banca examinadora, bem como a versão digital em formato PDF.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (Orientadora) - UFOP Virgínia Buarque

Prof. Dr. Marcelo de Melo Rangel (membro) - UFOP _____

Prof^a. Dr^a. Anete Roese (membro) – PUC-MG Anete Roese

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes
Prof. Dr. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes
Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História
DEHIS – ICHS – UFOP

AGRADECIMENTOS

Creio que sou a soma de experiências vividas e de pessoas especiais que sempre se fizeram presentes na minha vida, as quais eu não vivo sem. Sendo assim, a concretização deste trabalho, só foi possível pelo apoio, incentivo e orientação de pessoas importantes a quem devo agradecer.

Agradeço aos meus pais pelo amor incondicional e por me fazerem acreditar que no final tudo daria certo. À Carol pela amizade e pela certeza de que nunca estarei só. À vó Lili que, através de suas orações, trouxe-me paz para prosseguir neste trabalho. À Bela, pela ajuda na Livraria. Aos demais familiares e amigos por todo apoio. Ao Juliano por todo amor, incentivo e companheirismo e a Rita pela leitura e indicações.

À querida professora Virgínia Buarque, que ao sugerir alterações e acréscimos nos meus escritos sempre o fez de forma amável e enriquecedora. A ela, minha gratidão por sempre acreditar em mim, por dividir comigo seus conhecimentos e por ser minha inspiração.

Agradeço ao professor Jefferson Queler por toda contribuição a esta pesquisa; à professora Andréa Lisly pelas valiosas sugestões, em especial quanto ao primeiro e ao quarto capítulos; ao professor Marcelo de Mello Rangel e à professora Anete Roese por tão gentilmente terem aceito participar de minha banca de defesa de dissertação, na certeza de que suas considerações serão preciosas para aprimoramento de minha reflexão e meu desempenho como pesquisadora. Por fim, agradeço aos demais professores do Departamento de História da UFOP, que colaboraram, de distintas maneiras, para minha formação acadêmica.

Às irmãs da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular que me receberam em suas casas e me fizeram confiante de uma parte significativa de sua história. Agradeço pelo carinho e por tornar essa narrativa possível seja através do empréstimo dos documentos de arquivo pessoal ou por dividirem comigo seus entusiasmos ao saberem que suas histórias seriam contadas.

Por tornar tudo isto possível iluminando o meu caminho, agradeço a Deus que zela por mim. Ele que sempre me dá paz e certezas para continuar nesta caminhada.

*Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina.*

Cora Coralina

RESUMO

CANESCHI, Clarissa Milagres. As Irmãs da “Benepó”: história, religiosidade e gênero----- 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História.

Este estudo propôs-se a interrogar a trajetória histórico-religiosa da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, popularmente conhecida como “Benepó”, de forma articulada às questões identitárias do gênero feminino. Como balizas cronológicas, elegeu-se a data de fundação desta instituição, em 1946, até o fim do episcopado de dom Luciano Mendes de Almeida, em 2006. A principal problemática deste estudo versou sobre a constituição identitária das irmãs da Benepó como religiosas e mulheres, dentro de uma Congregação fundada em Minas Gerais em torno de meados do século XX, provida de poucos recursos financeiros e pastoralmente inserida nos meios denominados “populares”. Como hipótese, sugere-se que as religiosas da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, ao desenvolverem importante atuação social em diversos municípios mineiros e de outros estados do Brasil, vieram, de forma concomitante, a produzir uma autoimagem bastante positivada de si mesmas como agentes transformadoras da realidade à luz da fé. A instituição se afirma como uma baliza da atividade pastoral da Arquidiocese e da cidade de Mariana, e suas religiosas, mantendo o modo de vida simples e o espírito despojado, sentem-se efetivamente contribuindo para uma sociedade minimamente mais justa e humanizada. Em termos de fontes, foram utilizados documentos manuscritos e impressos escritos pelas e irmãs, cartas escritas por monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, fundador da Sociedade, majoritariamente destinadas às irmãs, entrevistas e outros documentos institucionais que possibilitaram investigar a história e o cotidiano da “Benepó”.

Palavras-chave: Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular – História religiosa – gênero – vida religiosa feminina – Arquidiocese de Mariana

ABSTRACT

CANESCHI, Clarissa Milagres. The Sisters of “Benepó”: history, religion and gender --
----- 2015. Dissertation (Masters) - Federal University of Ouro Preto. Institute of
Humanities and Social Sciences. PostGraduate program in history.

This study aims to examine the historical and religious history of the Society of Apostolic Life Charity People, popularly known as “Benepó”, in coordination with identity issues females. As chronological boundaries, was elected the founding date of this institution in 1946, until the end of the episcopate of Don Luciano Mendes de Almeida in 2006. The main problem of this study expounded on the identity construction of the Sisters of Benepó as religious and women within a congregation founded in Minas Gerais around mid-twentieth century, provided with limited financial resources and pastorally inserted in so-called means of "popular pastoral". As a hypothesis, it is suggested that religious of the Society of Apostolic Life Charity People, to develop important social role in several municipalities of Minas Gerais and other states of Brazil, came, concomitantly, to produce a self-image very positively valued themselves as agents transforming the reality in the light of faith. The institution asserts itself as a beacon of pastoral work in the Archdiocese and the city of Mariana, and their religious, keeping the simple way of life and stripped spirit, feel effectively contributing to a minimally fair and humane society. In terms of sources, manuscripts and printed documents written by and sisters were used, letters written by Monsignor Rafael Arcanjo Coelho, founder of the Company, mainly destined to the sisters, interviews and other institutional documents that made it possible to investigate the history and the daily life of "Benepó".

Keywords: Society of Apostolic Life Charity Popular - Religious History - gender - female religious life - Mariana Archdiocese

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho	33
FIGURA 2 – Jornal <i>O Arquidiocesano</i> , noticiando o Congresso organizado por mons. Rafael em 1938	34
FIGURA 3 – Fábrica de tecidos Companhia Fabril Mascarenhas	35
FIGURA 4 – Hospital Nossa Senhora de Lourdes em Alvinópolis	41
FIGURA 5: Jornal <i>O Arquidiocesano</i> anunciando a morte de monsenhor Rafael em 1966	46
FIGURA 6: Irmãs da Benepó, Pará, 1985.....	46
FIGURA 7 – Retiro Espiritual realizado na Beneficência Popular	48
FIGURA 8 – Jornal noticiando a aparição de Nossa Senhora para a criança Maria Cornélia	50
FIGURA 9: Trecho do Jornal <i>O Arquidiocesano</i> significando o Concílio Vaticano II..	57
FIGURA 10 – Aula de bordado para crianças da comunidade de Mariana, realizada pela Benepó.....	62
FIGURA 11 – Aula para alfabetização de adultos.....	63
FIGURA 12 – O trabalho na Pastoral da Criança	69
FIGURA 13 – Irmãs da Benepó com o escudo da Congregação em uma bandeira	72
FIGURA 14: Jornal <i>O Arquidiocesano</i> ressaltando a importância da profissionalização das religiosas	77
FIGURA 15 – Irmã Lourdes Godoy, 1963	82
FIGURA 16 – Irmã Blanchot, 1949	82
FIGURA 17 – Monsenhor Rafael Arcanjo e algumas irmãs da Benepó	87
FIGURAS 18 e 19 – Folder de divulgação da Beneficência Popular, circulante em 2015	88
FIGURA 20 – Madre Mariinha	90
FIGURA 21 – Documento da prefeitura de Bom Jesus do Amparo oficializando o nome da Escola Rural que passou a chamar-se “Madre Maria Marques Ferreira”	91

LISTA DE TABELAS

1 – Ano de ingresso na Benepó e grau de escolaridade das irmãs ao ingressarem na Congregação	104
2 – Cursos e formações profissionais realizados pelas irmãs da Benepó	108
3 – Irmãs que realizam trabalhos para além da Congregação e os locais de atuação das mesmas	110
4 – Data dos votos proferidos pelas irmãs e ano de desistência de algumas delas	111

LISTA DE ABREVIATURAS

AC: Ação Católica

ACB: Ação Católica Brasileira

AO: Apostolado da Oração

CCAML: Academia Marianense de Letras

CEB: Comunidades Eclesiais de Base

CELAM: Conselho do Episcopado Latino – Americano

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CERIS: Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social

CRB: Confederação dos Religiosos do Brasil.

TdL: Teologia da Libertação

UNE: União Nacional de Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Fundamentação teórica e hipótese	19
Desenvolvimento da pesquisa.....	21
Capítulo 1	24
CONSAGRADAS NO BRASIL	24
1. Primeiros conventos e recolhimentos no Brasil.....	24
2. Religiosas de vida ativa	27
Capítulo 2	34
EM BUSCA DO APOIO EPISCOPAL	34
1. Fundação.....	34
2. A expansão e seus desafios	41
3. Consolidação simbólica	48
Capítulo 3	53
AÇÕES PASTORAIS	53
1. Transpasses entre a assistência sócio-religiosa e a pastoral social	53
2. Na educação.....	61
3. Na promoção étnico-social	64
4. No trabalho	66
5. Nas ações comunitárias.....	67
6. Na Pastoral da Criança.....	69
7. Na formação dos agentes	71
8. A espiritualidade de se fazer povo	72
Capítulo 4	74
AS MULHERES DA BENEPÓ	74
1. Um perfil de formação profissional	74
2. O exercício do poder no interior da Congregação	79
3. Uma nova simbólica	81
4. O recrutamento	86
5. Madre Mariinha	90

CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
1. Fontes primárias:.....	98
2. Fontes orais:	99
3. Obras de referência:	99
4. Obras gerais:	100
5. Sites:.....	104
ANEXOS	105

No ano de 2011, tive a oportunidade de conhecer, através da professora Virgínia Buarque, a Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular. Trata-se de uma congregação religiosa feminina fundada em 1946, cuja sede encontra-se atualmente localizada na cidade de Mariana, Minas Gerais. Chamou-me a atenção o fato das mulheres desta Congregação, ao ingressarem na “Benepó” – apelido carinhosamente conferido à Beneficência Popular – não almejavam *status* ou melhora social por suas ações. O episódio pareceu-se mais expressivo quando considerado que, em sua maioria, tais mulheres advêm de grupos afrodescendentes, empobrecidos, de parca escolaridade.

Assim, ao tomarem parte na Sociedade, suas condições de vida pouco são alteradas: passam a morar em uma casa pobre, alugada, onde vivem em comunidade. Isto instigou-me a pesquisá-las com o objetivo de reconstruir a trajetória institucional destas religiosas, analisar sua atuação nos diversos locais onde promoveram suas ações, justamente em proximidade aos segmentos socialmente empobrecidos, e descobrir como constituíram sua identidade de gênero e de fé.

Na busca por documentação sobre a referida instituição, pude também conhecer a sede da Congregação em Mariana e a casa das religiosas em Alvinópolis – cidade onde a Benepó foi fundada - e conversar com as irmãs. Deparei-me com vários documentos e anotações pessoais a respeito da história desta Sociedade, muitos dos quais anônimos ou incompletamente preenchidos – como no caso das atas -, mas cuja redação é associada pelas atuais religiosas a figuras referenciais da Beneficência Popular. Além desses textos, existem também cartas circulares que monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, presbítero fundador da Congregação, enviava às irmãs como uma forma de se fazer mais presente. Através desse epistolário, também foi possível reconstituir o dia-a-dia das religiosas, suas obrigações, aflições, devoções e conquistas. Há ainda, um livro de conselhos que monsenhor Rafael dirigia às irmãs com o intuito de sempre orientá-las. Todos estes documentos me foram emprestados com grande amabilidade pelas religiosas. Além destas fontes, foram utilizados para esta pesquisa registros eclesiásticos da época e estatutos canônicos.

Compreendendo o testemunho oral como um aliado fundamental para esse trabalho, realizei, de forma concomitante, algumas entrevistas com a irmã Francisca Anselma Ferreira, irmã Ilda Gomes e irmã Maria da Consolação Coelho. Para registrar

os testemunhos não tive grandes dificuldades. As religiosas foram sempre muito acolhedoras e receptivas às minhas visitas, continuamente reservando um tempo para conversar comigo. A entrevista com a irmã Icó foi desenvolvida pelo professor Diego Omar Silveira, que me cedeu gentilmente o seu trabalho.

Vale destacar que, ao relatar suas lembranças dentro de um grupo social, cada indivíduo elabora sua própria memória, o que permite lembrar e validar recordações no encontro de lembranças coletivas, inseridas num contexto social preciso. Em texto matricial, o sociólogo Maurice Halbwachs já ressaltava que:

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita, e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio.¹

E referindo-se especificamente à memória religiosa, Halbwachs coloca,

Quando entra numa igreja, num cemitério, num lugar sagrado, o cristão sabe que vai encontrar lá um estado de espírito do qual já teve experiência, e com outros fieis, vai reconstruir, ao mesmo tempo, além de uma comunidade visível, um pensamento e lembranças comuns, aquelas mesmas que foram formadas e mantidas em épocas anteriores, nesse mesmo lugar.²

Já Ankersmit vê na articulação do lembrar e do lembrar-se um aprofundamento da contraposição apresentada por Halbwachs entre memória individual e coletiva, sem atribuir a nenhuma a supremacia.³ Para Estêvão Martins, por sua vez, Ankersmit tem razão: é na dinâmica da interação do sujeito com o seu tempo histórico que se dá o processo de apropriação da memória e de sua administração.⁴

Mas, de forma imbricada aos acionamentos das memórias das religiosas, mostrou-se crucial, sobretudo por tratar-se de uma pesquisa histórica, singularizar a experiência histórico-religiosa das irmãs da “Benepó” diante dos modelos de congregações religiosas femininas que tradicionalmente conferiam identidades à vida

¹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990. p. 131. Ver também: GARCIA, Martina Maria Eudósia. *Recomposição da Vida Religiosa: estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregações femininas*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 77.

² HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.* p. 155.

³ ANKERSMIT, Frank R. Commemoration and National Identity. In: MARTINS, Estêvão de Rezende (org.). *Memória, Identidade e Historiografia. Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da Unb, Brasília*, v. 10. n. ½, p. 15-40, 2002.

⁴ MARTINS, Estêvão C. de Rezende. Tempo e memória: a construção social do passado na história. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 2007.

religiosa canônica instaurada na América desde a colonização portuguesa e que só passaram por algumas mudanças significativas a partir da década de 1960. Apontar essas particularidades, contudo, é uma tarefa árdua para o historiador, uma vez que pesa um grande silêncio sobre a presença e atuação das religiosas no Brasil, com poucas referências em algumas obras. A despeito desta lacuna, Maria José Nunes Rosado indaga:

Haveria para a vida religiosa feminina no Brasil um modelo de organização que lhe permitisse preencher sua função de instituição asseguradora da reprodução, conservação e difusão dos bens religiosos, dentro da formação social capitalista e com organização vinculada à Igreja, da qual recebe legitimidade?⁵

Debruçando-se sobre esta questão, a autora então aponta dois formatos sócio-históricos mais conhecidos de vida religiosa feminina. Até a vinda das Filhas de Caridade para o Brasil em fevereiro de 1849⁶, só se conhecia a formação enclausurada de vida religiosa. E mesmo esta era bastante escassa e precária, pois a ereção de conventos dependia da Coroa, a quem não interessava uma vida religiosa feminina na Colônia, dada à pequena quantidade de mulheres brancas. Estas deveriam casar-se e ter filhos, para assegurar o crescimento e a hegemonia da minoria portuguesa nas terras conquistadas. Além disso, as religiosas permaneciam na mesma posição não-produtiva da mulher branca da classe senhoril, o que exigia um patrimônio disponível para o sustento dos conventos.

Mesmo assim, desenvolveu-se um núcleo de vida religiosa feminina no período, seja através da ida de jovens para mosteiros portugueses, seja pela fundação de recolhimentos e beatérios, alguns transformados em conventos reconhecidos canonicamente. No século XVII, surgiram os primeiros recolhimentos, ou seja, casas em que se refugiaram mulheres desejosas de uma vida de maior perfeição e penitência, mas sem os votos religiosos e sem uma regra. No século XVIII, os recolhimentos começaram a multiplicar-se e apareceram os primeiros conventos, nas principais cidades coloniais: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo. Vieram Clarissas de Portugal, para o convento da Bahia e, com o tempo, foram para outras regiões. Por esta mesma época, apareceram os Carmelos. Porém, o movimento para a vida religiosa feminina mantinha-se insignificante⁷.

⁵ NUNES, Maria José F. Rosado. *Vida Religiosa nos Meios Populares*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁶ *Ibidem*. p. 26.

⁷ S. A. Os religiosos no Brasil. *Convergência*: Revista da Confederação de Religiosos do Brasil. Petrópolis, Vozes, n. 24, p.12 -21, maio 1970. p. 16.

Foi só no movimento mais amplo de reforma católica, efetuado a partir do século XIX, que há uma renovação das Ordens e Congregações. Esse processo restaurador do espírito tridentino, por sua vez, só se dinamizou com a proclamação da república e a separação entre Igreja e Estado. Desprovida do aparato estatal, a Igreja Católica passa a desenvolver uma estratégia de afirmação perante o Estado, multiplicando as instituições que a fazem aparecer como poder na sociedade, sobretudo as congregações religiosas. Os conventos e recolhimentos constituíam-se em casas de oração e penitência, “verdadeiras ilhas nos centros urbanos”.⁸

É então que diversas congregações europeias vêm instalar-se no Brasil, dedicadas à “vida ativa”. A vida apostólica dessas religiosas, em sua nova “terra de missão” voltava-se a tarefas bem definidas: educação da juventude, cuidado com órfãos, velhos e doentes. A permanência destas congregações deveu-se à solidez de seus ideais religiosos e ao apoio de alguns bispos. Mas não somente: o esforço de implantação destas congregações contou, portanto, com recursos humanos e financeiros do exterior, bem como do apoio por parte da oligarquia agrária. Dependendo grandemente dos setores privados locais para o seu sustento, a Igreja promoveu uma crescente identificação com as novas classes sociais emergentes. Ela adaptou sua ideologia e expandiu suas instituições para prover as necessidades de educação e de orientação moral da classe média urbana e quadros burgueses em ascensão.

Assim, a maioria das congregações de vida ativa era estrangeira, havendo poucas de criação endógena do Brasil, como a Beneficência Popular. Todavia, é importante ressaltar também a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que originalmente europeia, assumiu completa independência no Brasil e teve grande importância no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, destacaram-se as Irmãs Catequistas e, em São Paulo, as Missionárias de Jesus Crucificado, que se expandiram bastante por introduzirem aspectos de atualidade, conforme práticas de seu fundador.⁹

A partir de 1930, num contexto histórico de reaproximação com o Estado, através dos projetos desenvolvimentistas de Vargas, que necessitava de apoio eclesial, a Igreja Católica fortaleceu sua visibilização social e sua importância política. Para tanto, ela utilizou a educação religiosa nas escolas públicas, que através de um decreto lei de Vargas criado em 1931, bem como o decreto da Constituição de 1934, permitiu ao Estado subvencionar as escolas particulares.

⁸*Ibidem.*

⁹*Ibidem.*

Isso colocou a Igreja em posição privilegiada em um importante setor do país como a educação, situação que se manteve na Constituição de 1946. No fim de 1960, 60% das escolas secundárias do país eram religiosas, e eram também as que contavam com maior prestígio. Grande parte dessas escolas estava sob a direção de freiras, colocando a educação como seu campo privilegiado de atuação.

Entretanto, com o Concílio Vaticano II (1962–1965) e, sobretudo, as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín em 1968, e de Puebla, em 1979, ocorreu uma grande mudança na organização das congregações religiosas. Houve uma incorporação de valores modernos, como a emergência do indivíduo.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o número de religiosas vivendo e trabalhando em bairros pobres, nas áreas urbanas e rurais pluralizou-se. A periferia das cidades grandes e as áreas rurais foram os locais onde ocorreu a maior parte da atuação pastoral dessas mulheres. Muitas vezes as condições de vida que as irmãs levavam eram bastante precárias em relação às condições em que viviam antes, trabalhando em colégios ou hospitais¹⁰. Não obstante, essas mudanças trouxeram para a vida religiosa feminina uma certa emancipação da mulher, em sua liberdade e capacidade de autonomia.

Gênero entre saber histórico e experiência religiosa: o emprego de uma categoria teórica

Uma das feministas que mais abalou essa concepção, trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero, foi a historiadora estadunidense Joan Scott, quando da escrita de seu célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*,¹¹ publicado originalmente em 1986.

Scott, influenciada por Michel Foucault, entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. E, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, gênero estaria imbricado a relações de poder, sendo uma primeira forma de dar sentido a estas relações.

Juntando esses referenciais, Scott conclui que gênero é um termo comumente empregado de forma a dicotomizar as diferenças sexuais, hierarquizando-as dentro de

¹⁰ NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 504.

¹¹ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

uma maneira de pensar bipolarizada. Scott não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas ela atenta, sobretudo, para como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

Transposta ao campo historiográfico, a categoria gênero foi amplamente empregada na produção de uma leitura história sob a perspectiva feminina, mais conhecida como “história das mulheres”. Esta mudança de foco inseriu-se em uma abertura mais ampla da historiografia para as vozes e práticas de sujeitos subalternizados, fossem operários, camponeses, escravos e as próprias mulheres.¹²

No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar sua presença e importância no conjunto da vida social em diferentes temporalidades. Rompe-se, assim, com uma visão estereotipada do feminino que a isolava em duas situações socioculturais antagônicas: a que a encerrava (ainda que sob críticas) no espaço do lar, sob os papéis da maternidade e do casamento, e a que a localizava em práticas tidas como ilícitas ou subversivas, como o concubinato, a prostituição e mesmo a criminalidade. Destaca-se hoje, no campo historiográfico, para as negociações, os trânsitos, os desvios velados de poder e ordem dentro dos sistemas político-simbólicos, protagonizados por mulheres.¹³

Fundamentação teórica e hipótese

As religiosas, tanto de ordens contemplativas como as de congregações de vida ativa fazem três votos: pobreza, castidade e obediência. A leitura das ciências sociais sobre esses votos geralmente destacou seu aspecto controlador da subjetividade feminina.

Quando as pessoas se movimentam em conjunto, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica, mas vigilância – fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros.¹⁴

Assim, o enfoque conferido à *pobreza* comumente realçava o não uso do dinheiro sem autorização. As irmãs não devem preocupar-se com questões financeiras, exceto aquelas envolvidas na administração dos bens da própria instituição. A *castidade*, por sua vez, significa a entrega incondicional e total a Deus, muitas vezes não destituída de

¹² *Ibidem.*

¹³ *Idem.*

¹⁴ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 18.

uma visão negadora da sexualidade. O hábito, ao longo da história, escondia as formas femininas, o que revela uma compreensão do sexo sob um estatuto pecaminoso. Por fim, o voto de *obediência* na vida religiosa feminina é tido como vinculado ao respeito à autoridade e também à visão de uma “ordem sacral” onde o superior é considerado como expressão da vontade de Deus. Para Rosado, este é o voto que mais caracterizava a “boa religiosa”,¹⁵ em afinidade com a milenar leitura católica sobre a mulher e sua posição subalterna na sociedade, fortalecendo a dependência das religiosas à sua “superiora” e ao homem, especialmente ao padre e ao bispo.

Mas não se pode restringir a compreensão da vida religiosa feminina a um aspecto meramente repressor. Há uma outra faceta, geralmente negligenciada pela historiografia, bastante criativa, em que as mulheres consagradas se vêem como protagonistas de uma ação de transformação social e religiosa. É esta a hipótese defendida por esta pesquisa: que as religiosas da Benepó privilegiaram, na constituição de suas identidades como mulheres, cristãs e freiras, o tornar-se agente de sentido no mundo, a partir da fé.

Esta hipótese sustenta-se, em termos teóricos, nas análises de Michel de Certeau, que apontam para a efetividade simbólica e social das práticas vividas no cotidiano. Tais ações, embora muitas vezes passem despercebidas numa escala macro-estatística, têm decisivas repercussões nas histórias de vida e nas relações comunitárias.

[...] crentes [...] reempregam um sistema que, muito longe de lhes ser próprio, foi construído e propagado por outros, e marcam esse reemprego por ‘super-ações’, excrescências do miraculoso que as autoridades civis e religiosas sempre olharam com suspeita [...] Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transforma em um canto de resistência, sem que essa metamorfose interna comprometa a sinceridade com a qual pode ser acreditada, nem a lucidez com a qual, aliás, se vêem as lutas e as desigualdades que se ocultam sob a ordem estabelecida.¹⁶

Cogita-se ainda que tal dimensão criativa tem sustentado a vitalidade da vida religiosa feminina no Brasil na atualidade. Segundos dados estatísticos da CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social), operam atualmente no Brasil 424 congregações femininas, responsáveis por inúmeras atividades religiosas e sociais. Essas congregações totalizam, em ano, uma média de 1400 irmãs, são aproximadamente 35.000 religiosas no país. Todas essas mulheres deparam-se com o dilema de promoção

¹⁵ NUNES, Maria José Rosado. *Op. Cit.*

¹⁶ DE CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 78-79.

de um projeto institucional-pastoral para este Terceiro Milênio, num contexto de arrefecimento das utopias transformadoras no cenário mundial. Tais congregações estão passando pela experiência de uma grande pluralidade de modelos da vida religiosa, que muitas vezes são praticados de forma concomitante dentro de uma mesma instituição. Assim, abandonando o recurso a um perfil homogeneizado, as religiosas deparam-se com o desafio de serem protagonistas explícitas de sua própria história, de estabelecerem com a hierarquia eclesiástica, com as comunidades de fiéis e com a sociedade civil uma relação dialógica que lhes possibilite articular a tradição cultural-religiosa que portam com as exigências e ofertas de um mundo globalizado.

Desenvolvimento da pesquisa

Esta pesquisa inicia-se com o capítulo “Consagradas no Brasil”, onde é tecida uma contextualização histórica e historiográfica da temática da vida consagrada feminina no Brasil, que acentua semelhanças e diferenças da trajetória institucional e intersubjetiva do objeto de pesquisa estudado.

No segundo capítulo, esta dissertação dedica-se a analisar os processos de formação da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular e a relação desta instituição com os arcebispos que compuseram a Arquidiocese de Mariana entre os anos de 1946 a 2006. Para isso, buscou-se contextualizar a vida do fundador, assim como o crescimento institucional da nova congregação. A “Benepó” passou por uma rápida e intensa expansão por algumas cidades, principalmente de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo a partir de 1950. Esta ampliação deveu-se, muitas vezes, por solicitação de algum membro eclesiástico, como exposto na pesquisa.

No terceiro capítulo, serão investigadas as variadas práticas cotidianas dessas mulheres imbricadas com os contextos sócio-pastorais em que elas atuavam. Destaca-se sua afinidade com as linhas pastorais implementadas com o Concílio Vaticano II (1962-1965) e em particular, com as Conferências Episcopais de Medellín (1986) e Puebla (1979), as quais, pautadas numa releitura promovida pela teologia da libertação, definiram como proposta a “opção preferencial pelos pobres”. Nesse sentido, muitas congregações femininas passaram a desenvolver práticas de conscientização e mobilização social com os setores mais marginalizados da população, vindo mesmo a assumir programas de inserção em comunidades de base – as CEBs – espalhadas não somente pelo meio rural, mas também na periferia dos grandes centros urbanos. Essa reformulação da vida religiosa feminina foi amplamente realizada no Brasil, com apoio

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Confederação dos Religiosos do Brasil. Nesse sentido, o capítulo examina como as religiosas da Benepó, a partir de mobilizações de fé, atuaram no campo das pastorais sociais, cuidando preferencialmente de idosos, crianças, doentes.

No quarto capítulo, visou-se destacar quem são essas mulheres pertencentes à “Benepó”, quais são as etapas para ingressar nesta comunidade e qual a formação profissional dessas mulheres. Em paralelo, também é indagado como as irmãs se vêem diante do trabalho que desenvolvem e como se depararam com o desafio de serem protagonistas explícitas de suas próprias histórias. Parte-se do pressuposto de que elas não são meras receptoras e, por esta razão, vieram a organizar/dirigir/manter uma Congregação, voltada ao que elas próprias reconhecem como sendo uma missão bastante abrangente e desafiadora. Por fim, narrou-se a vida da Madre Mariinha, uma das fundadoras da congregação. Com isso, almejou-se contribuir para dar a conhecer a história das primeiras irmãs, cujas práticas, gestos, sentimentos e devoções serviram de inspiração para suas seguidoras.

Cumprir dizer que este estudo pretende contribuir com o acervo da historiografia de congregações religiosas femininas nascidas no Brasil, considerando-se, com Paula Leonardi que,

Se, por um lado, há uma vasta bibliografia produzida pelas próprias ordens e congregações católicas a respeito de sua história e memória, a produção acadêmica sobre essas instituições é incipiente. Sabemos superficialmente da história dessas congregações e, comumente, a história das freiras também é negligenciada¹⁷.

Conforme já foi dito, esta pesquisa privilegiou o recurso a manuscritos e entrevistas com as irmãs, ou seja, a perspectiva que essas religiosas auto-atribuíam às suas experiências, como fonte para a escrita de suas trajetórias na Beneficência Popular e auxiliar na reflexão sobre os processos de formação desta congregação feminina. No entanto, salienta-se que é preciso cuidado ao utilizar estas e outras fontes similares no sentido de não aderir simplesmente às versões apresentadas, mas cotejá-las entre si e considerá-las à luz de uma bibliografia especializada, atentando-se tanto para a função crítica a ser exercida pela historiografia como para o tocante “alargamento de real” que tais produções suscitam, principalmente na vida das mulheres que a elaboram, como indica Virgínia Buarque:

¹⁷ LEONARDI, Paula. *Além dos Espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas*. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 26-27.

o relato [...] continua a se dar a ler e, neste processo, ele não se atém à sua condição de verdade institucional, de representação de uma totalidade teológica ou ética, ou mesmo de um comentário autorizado; ao ser interpretado por procedimentos (e controles) outros, [...] ele constituiu-se como uma “proliferação alterante”, despertando novos “estilos”, novas maneiras de viver a escrita, a constituição de si e a relação com o diferente.¹⁸

¹⁸ BUARQUE, Virgínia. *Paixão de Santidade: o epistolário de Madre Maria José de Jesus (1992-1959)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Capítulo 1

CONSAGRADAS NO BRASIL

1. Primeiros conventos e recolhimentos no Brasil

Durante o século XVII, surgiram os primeiros recolhimentos no Brasil, ou seja, casas em que acolhiam mulheres desejosas de uma vida de maior perfeição e penitência, mas sem os votos religiosos. Os recolhimentos surgiram a partir da proibição da Coroa em estabelecerem congregações religiosas na Colônia Portuguesa devido ao escasso número de mulheres que vieram da Europa.¹⁹ A autorização dos recolhimentos pela Coroa justificava-se, pois, eles possuíam fins educativos e corretivos, escondendo os motivos reais que era uma vida religiosa.

Porém, os recolhimentos femininos, neste período, não ofereciam às recolhidas o *status* de freira que a elite colonial desejava para suas filhas. Era, portanto, um espaço de reclusão feminina como opção para as moças que ansiavam obter uma vida religiosa sem enfrentar os custos de uma viagem para ingressarem nos conventos em Portugal. E se algumas famílias enviavam as filhas para a vida religiosa além-mar, esta opção viu-se duramente restringida em 1732, quando Dom João V promulgou um alvará proibindo a saída das jovens da Colônia para Portugal sem autorização régia. O objetivo desta proibição era estimular o povoamento da Colônia. Desta forma, os recolhimentos que surgiram no Brasil eram a única opção para mulheres que desejavam viver como religiosas.²⁰

Numa colônia tão rala, não havia espaço para a vida contemplativa feminina. Embora a presença de religiosos homens tenha marcado a colonização desde o início, o estabelecimento de congregações de mulheres é bem posterior. Mesmo quando a colonização já ia avançada, nos séculos XVII e XVIII, a Coroa procurou-se manter fiel à política de incentivo ao casamento, proibindo, sempre que possível, o surgimento de mosteiros para mulheres, principalmente nas zonas menos povoadas e pouco desenvolvidas. [...] A história da fundação das instituições religiosas femininas no período colonial é uma história de resistências dos colonos à política metropolitana de incentivo ao casamento e, em última instância, ao povoamento.²¹

¹⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da Colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993. p. 62.

²⁰ *Ibidem*.p. 66.

²¹ *Ibidem*.p. 62.

As mulheres que viviam nos recolhimentos geralmente usavam o hábito da ordem religiosa de sua preferência, viviam em comunidades, eram organizadas de acordo com estatutos inseridos nas regras religiosas e viviam em clausura, ou seja, possuíam uma vida conventual em moldes tradicionais. Em Portugal, a utilização do termo “recolhimento” também era aplicado para casas de repouso, asilo, abrigo, mas nesses casos, as mulheres ali ingressantes podiam entrar e sair com a autorização de seus familiares ou das autoridades civis. Já nos recolhimentos religiosos, a entrada das mulheres dependia da autorização dos bispos.²²

É difícil detectar na correspondência oficial, quando da autorização das fundações de tais recolhimentos, que tipo de instituição os monarcas tinham em mente; se eram estabelecimentos mistos, com finalidades diversas, até mesmo religiosas, ou recolhimentos do tipo que havia em Portugal. É indiscutível que eles não ignoravam que muitos recolhimentos leigos funcionavam como casas de religiosas. O que talvez possa sugerir, contudo, é que as autoridades, metropolitanas consentiam no funcionamento informal de casas para religiosas, na tentativa de sanar parcialmente a falta de conventos e atender às necessidades dos homens e mulheres da Colônia.²³

Segundo Algranti, a presença da escravidão, a ausência de votos solenes – que poderiam facilitar o retorno à vida secular – e as necessidades da população determinaram a direção tomada pelos estabelecimentos femininos na Colônia, sejam assistenciais ou religiosos.

Entre o fim do século XVII e meados do século XVIII aumentaram os pedidos para criação de conventos na Colônia. No bojo dessa dinâmica, o Convento do Desterro foi fundado em 1677, na Bahia, ficando também conhecido como Convento das Clarissas, as quais vieram de Portugal.²⁴ Depois de 20 anos de conflitos com a Coroa, possuía um limite de cinquenta vagas para as devotas.

Desde então, também multiplicou-se o estabelecimento de recolhimentos não oficiais, espalhados nas principais cidades coloniais – Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre os fatores que contribuíram para tais fundações está o desenvolvimento das regiões, as necessidades das populações e a ação da Igreja, já que os moradores encontravam respaldo em alguns bispos para efetivarem seus propósitos no tocante às

²²*Ibidem*.p. 78.

²³*Ibidem*.p 79.

²⁴ HERNÁNDEZ, Maria Hermínia Olivera. *A Capela Interna do Convento do Desterro da Bahia: legado artístico das Clarissas Franciscanas*. Disponível em: <www.cepesepublicacoes.pt/>. Acesso em: 17 out. 2015. p. 707

casas religiosas femininas.²⁵ Segundo Algranti, a origem das primeiras comunidades religiosas no Brasil costumava ser protagonizada por um pequeno grupo de devotas, cuja fama de piedosas logo atraía outras mulheres.²⁶

Cabe mencionar que, em 1733, diante do número considerável de monjas Clarissas, foi autorizado, através de Provisão Régia, a fundação de um segundo convento feminino na Bahia, novamente sob a regra de São Francisco de Assis, o de Nossa Senhora da Lapa. Suas fundadoras seriam irmãs procedentes do Desterro.²⁷

Algumas instituições religiosas surgiram a partir da iniciativa de beatos, que por grande devoção, obtiveram apoio a seus intentos fundadores. Assim, o que permitiu que estas instituições se estabelecessem como comunidades religiosas foi a fama de seus idealizadores.²⁸ Isso ocorreu, por exemplo, com o Recolhimento de Macaúbas, em Minas Gerais, fundado pelo beato Felix da Costa em 1720, tornado convento canônico somente no século XX.

Em 1750, foi permitida a construção do Recolhimento de Santa Teresa no Rio de Janeiro, fundado por Maria Jacinta Aires. Neste mesmo ano, foi fundado também o Convento da Ajuda nessa cidade. Pouco antes, em 1730, fora criado o Recolhimento de Santa Teresa, em São Paulo (que foi transformado em convento somente no século XX), seguido, na mesma cidade, em 1774, pelo Recolhimento da Luz.²⁹

A população que compunha as instituições de clausura no sudeste da Colônia era dividida em duas categorias: as mulheres que ingressaram em busca de uma vida religiosa e preferiram a clausura permanente e as mulheres que consideradas pensionistas e educandas, em que a clausura era apenas um estágio provisório.³⁰ Desta forma, religiosas, no sentido exato da palavra, eram especificamente as mulheres que professaram no Convento da Ajuda, fundado em 1750 e no Convento de Santa Teresa no Rio de Janeiro, a partir de 1781. As mulheres de clausura faziam apenas os votos simples, normalmente, de castidade. No Recolhimento de Macaúbas, as irmãs de hábito, como eram chamadas, adotavam a regra franciscana, vivendo como religiosas.³¹

²⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.* p. 82.

²⁶ *Ibidem.* p. 42.

²⁷ HERNÁNDEZ, Maria Hermínia Olivera. *A Capela Interna do Convento do Desterro da Bahia: legado artístico das Clarissas Franciscanas.* *Op. Cit.* p. 713

²⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.* p. 92

²⁹ *Ibidem.* p. 157

³⁰ *Ibidem.* p. 158.

³¹ *Ibidem.* p. 159.

Nas congregações e recolhimentos dos séculos XVII e XVIII viviam as irmãs de vida contemplativa. Possuindo ritmo próprio, o silêncio e a reclusão deveriam caracterizar o cotidiano dessas devotas. “[...] dependendo do costume das casas, mergulhava-se em silêncio total. Nos demais momentos, alternava-se o silêncio rigoroso com períodos de pouca falar”.³² Jejuns e mortificações físicas também eram práticas comuns a essas mulheres.

No Convento da Ajuda, eram permitidas 30 vagas para as noviças, e destas, 23 foram ocupadas imediatamente à abertura do Convento em 1750. Já em 1755, havia 38 freiras neste Convento; em 1760, eram 57 religiosas. A partir de 1780, já não havia mais vagas e as devotas dirigiram-se ao Convento de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, que foi oficializado como convento a partir de 1780.³³ O Convento de Santa Teresa, que possuía 21 vagas para noviças, obteve entre 1781 e 1782, 16 votos solenes realizados pelas irmãs. Sobre o número de vagas, Algranti completa, era

[...] bastante reduzido para uma cidade em pleno crescimento populacional e que esperara dois séculos e meio para obter a permissão de construir seus conventos. É digno lembrar que desde 1732 estavam proibidas as saídas de mulheres do Brasil para os conventos portugueses, o que aumentava a procura pelos estabelecimentos religiosos na Colônia³⁴.

2. Religiosas de vida ativa

Um novo crescimento da vida religiosa feminina, contudo, foi promovido apenas no final do século XVIII, devido aos entraves à mesma determinados pelo governo imperial no Brasil pós-emancipação, uma vez que fora mantido o regime de padroado. Assim, passaram a denominar-se “pupilas” as mulheres que viviam na clausura sem os votos religiosos, devido ao fechamento compulsório dos noviciados, ocorrido no Brasil a partir de 1855, legislação que perdurou até o fim do Padroado, com a proclamação da República.³⁵

Assim, com a mudança do regime político, abriu-se espaço para a restauração das velhas ordens e entrada de novas. Ao lado de antigos conventos, surgiram novas

³² *Ibidem.* p. 193.

³³ *Ibidem.* p. 160.

³⁴ *Ibidem.* p. 161.

³⁵ BUARQUE, Virgínia. *Op. Cit.*; NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia*. Bahia, 1994. p. 368.

congregações, na sua maioria vindas da França, para a abertura de colégios, orfanatos e hospitais.³⁶

Essa ampliação da vida religiosa feminina no Brasil ao final do Oitocentos, a partir do advento da República, não foi casual. Sem a garantia recursos estatais, que lhes eram repassados em função do padroado, vigente no Império, a hierarquia eclesiástica católica empreendeu um destacado esforço para assegurar a posição privilegiada que a Igreja, até então vinculada à Coroa, desfrutara no Brasil. Nesse sentido, foram tomadas várias medidas reformadoras do clero e da instituição católica, e as religiosas desempenharam papel primordial, tanto ao assegurar a assistência social da Igreja em orfanatos, asilos, hospitais etc., como em conferir visibilidade simbólica à importância do sagrado numa sociedade cada vez mais laicizada.

Dessa forma, a dinâmica através da qual se feminiza o catolicismo no Brasil, longe de significar um investimento das mulheres no exercício do poder sagrado, representa, de fato, a reafirmação de seu estatuto subordinado. Pode-se mesmo afirmar que é justamente porque a Igreja manteve, no período da reforma católica, práticas e discursos restritivos em relação às mulheres, que ela pôde incorporá-las em sua estratégia de reforma institucional.³⁷

Dessa maneira, aos poucos, em um processo denominado por Maria Aparecida Correa Custódio como “feminização do catolicismo”, as religiosas foram encarregando-se de inúmeras práticas sociais, e com isso apropriando-se de alguma parcela de poder, ainda que seu discurso continuasse a veicular uma visão tradicional do papel destinado à mulher na Igreja e na sociedade. Sob esta ótica, também discorre Ana Cristina Pereira Lage:

As congregações no século XIX aparecem como as únicas associações femininas que possuíam o direito de existir legalmente, de se multiplicar sem dificuldade e ainda oferecer às congregadas ‘segurança social’. Nesse meio a mulher encontrava estabilidade e respeitabilidade. Eram recrutadas em todas as classes sociais: entre mulheres das elites, mas também entre os pobres e especialmente camponesas.³⁸

Observa-se, portanto, um diferencial importantíssimo entre a vida religiosa feminina no início do período republicado e aquela da época colonial: as irmãs

³⁶ *Ibidem.* p 103.

³⁷ NUNES, Maria José F. Rosado. *Freiras no Brasil. Op. Cit.* p. 491.

³⁸ LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentista.* Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. p. 23.

passaram a adotar um estilo de vida ativa, em contraposição à vida contemplativa das religiosas de clausura,³⁹ a qual, por sua vez, tornou-se um poderoso atrativo para a juventude feminina,⁴⁰ que sentia valorizada com as funções sociais que passaria a exercer, além da legitimação simbólica que obtinha, pois as religiosas eram tidas como mulheres abnegadas, que cuidavam de idosos, enfermos, crianças.

A mentalidade moderna, com a valorização das pessoas, com a representação dessacralizada da vida, incorporaram-se à visão do mundo das religiosas. Agora fala-se mais em realização pessoal que em ‘sacrifício pessoal’. [...] Enfim, a grande novidade de agora era viver ‘como os outros’, de viver a realidade como acontece ‘lá fora’. Agora, não mais ‘separadas’ do mundo⁴¹.

À frente de suas congregações, eram as religiosas quem administravam os recursos financeiros e elaboravam planejamentos institucionais, ficando também responsáveis por sua execução; no exercício de seus cargos e tarefas cotidianas, elas emergem como agentes dinâmicas e, muitas vezes, inovadoras:⁴²

O que chamava atenção nessas congregações era seu novo formato, diverso das ordens tradicionais: havia uma casa-mãe ou casa-geral, espécie de matriz onde morava a fundadora ou a superiora geral da congregação, mas o projeto era se expandir e abrir novas casas (filiais) que deveriam estar sob a jurisdição da superiora geral. Com outras palavras, as congreganistas – outra expressão de Langlois – dependiam basicamente da sua fundadora ou superiora geral, embora também estivessem subordinadas ao bispo ou ao padre fundador da congregação. Essa estrutura, vigente até os dias de hoje, teria contribuído para o crescimento e expansão das congregações, pois a organização institucional favorecia a autonomia das congreganistas nos muitos campos onde atuavam, em especial, na educação feminina.

³⁹ Ação e contemplação, ou vida ativa e vida contemplativa, são duas expressões da vida da Igreja, às vezes representadas pela exegese de Lc 10,38-42 a respeito das suas irmãs de Betânia, Marta e Maria, cf. LACOSTE, Jean Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 141. Por vida ativa, compreende-se as congregações de irmãs que circulavam pelas cidades empreendendo tarefas assistenciais cotidianamente em hospitais, escolas, orfanatos, asilos, cf. LAGE, Ana Cristina Pereira. *Op. Cit.* p.26. Já por vida contemplativa, entende-se o enclausuramento, repleto de oração e contemplação na solidão e no silêncio. O sustento podia proceder do trabalho interno realizado pelos membros, como artesanato ou agricultura, mas também de dotes, heranças e outras ajudas. Aos olhos da modernidade, este modo de vida passou a ser visto como ocioso ou não produtivo. Para outros, era considerada como a vida de perfeição, cf. *Ibidem*. p. 48.

⁴⁰ BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930. *Op. Cit.* p. 126.

⁴¹ ALVES, Maria Jeane dos Santos. *Mulheres Contra o Arbítrio: As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em Maceió em tempos de AI5*. 2008. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2008. p. 47.

⁴² AZZI, Riolando. *A Neocrisandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

Ademais, as congreganistas podiam ter profissão, atuar em obras criadas por sua congregação ou assumir trabalhos externos.⁴³

A maioria das congregações femininas aqui chegadas nas primeiras décadas do século XX era de origem europeia. Sua vinda deveu-se tanto ao incentivo dos bispos locais como ao incremento de certa hostilidade à Igreja em seus países de origem, que era associada, pelos novos regimes políticos, às antigas monarquias restauradoras; isso ocorreu principalmente na França, quando, em 1903, essas congregações foram suspensas e expulsas. Assim, muitas delas encontraram na vinda para o Brasil uma saída para o impasse, embasadas no espírito religioso de “missão em terra estrangeira”.⁴⁴

Porém algumas das congregações femininas mais atuantes no período surgiram de iniciativas que emergiram no Brasil. Assim, foram fundadas diversas congregações religiosas femininas nacionais, em geral diocesanas (isto é, subordinadas ao bispo de cada diocese e não ao superior de uma Ordem ou Congregação masculina), mas perpassadas pelo mesmo viés europeizante, seja por terem como fundadores padres ou freiras estrangeiros, seja por adotarem regras e costumes dos conventos europeus. Exemplo de uma dessas congregações, que adquiriu maior visibilidade, foi a das Filhas da Imaculada Conceição, fundada em 1890 por Amabile Visintainer, que passou a ser chamada de madre Paulina.⁴⁵ Amabile veio com a família da Itália para o sul do Brasil em 1875 e a partir de 1880 iniciou suas atividades religiosas na comunidade em que morava, juntamente com sua amiga Virgínia Nicolodi.⁴⁶

A ação pastoral de Amabile e Virgínia pode ser compreendida como uma suplência da carência de religiosas no lugar. Por esta razão, as chamamos de freiras-leigas⁴⁷ pois exerceram um verdadeiro ministério feminino na comunidade de Vígolo. [Contudo], elas traçaram suas próprias práticas apesar de atuarem sob o comando dos padres. Assim fizeram nossas freiras-leigas: sem sair do lugar no qual foram colocadas para exercer a função de “catequistas, sacristãs e

⁴³ CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. *Op. Cit.* p. 104.

⁴⁴ QUINTANEIRO, Tânia. O sexo segregado: recolhidas e religiosas. *Retratos de mulher: o cotidiano no Brasil sob o olhar de viajadores do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁴⁵ CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. *Artes de Fazer de uma Congregação Católica: uma leitura certausiana da formação e trajetória das Filhas da Imaculada Conceição (1880-1909)*. 2011. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

⁴⁶ CUBAS, Caroline. *Articulações Entre o Campo Religioso e o Trabalho Profissional com a Saúde na Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (1960-1990)*. Disponível em: <<https://www.academia.edu/>>. Acesso em: 30 out.2015.

⁴⁷ Segundo Maria Aparecida Correa Custódio, *Op. Cit.* p. 111, a expressão freira-leiga é inspirada no conceito de padre-leigo ou padre de capela como é conhecido o leigo que exercia o ofício religioso nas colônias de imigrantes no contexto da falta de padres ou pastores ordenados para atender essas comunidades. Com outras palavras, esse homem fazia pastoral sem ser ordenado e sem ter reconhecimento oficial, mas era aceito e respeitado pelo povo.

enfermeiras”, instauraram aí sua criatividade: transformaram seu ofício cotidiano, instituído pela estratégia do jesuíta, em ocasião de amadurecer a ideia de dedicar a vida à religião. Dito de outra forma: malgrado desempenhassem sua função dentro do sistema estabelecido pelo jesuíta romanizado, o trabalho de freiras-leigas acabou constituindo-se em fonte de abastecimento de um ideal e espaço de articulação de jovens mulheres que passaram a empregar a ocasião para acumular experiências e construir aquilo que nossa cronista Matilde chama “sonho dourado”: a perspectiva de ser uma irmã de caridade.⁴⁸

No ano de 1899 a Congregação contava com mais de vinte religiosas e duas casas, ainda na cidade de Nova Trento. Com o passar dos anos, a nova fundação expandiu-se para além da cidade onde foi fundada e atualmente encontra-se organizada em quatro províncias e uma regional, possuindo casas por todo o Brasil, além de comunidades na Colômbia, Bolívia, Nicarágua, Guatemala, Chile, Itália e África.⁴⁹

Segundo Paula Leonardi, “as congregações femininas nascentes no século XIX tinham sempre um homem à sua frente. Fosse ele posteriormente considerado fundador ou retirado dessa função e considerado somente diretor espiritual, elas não eram de todo independentes.”⁵⁰ Essa figura masculina, no caso da congregação fundada por Amabile, era o padre Marcello Rocchi.⁵¹

A partir da segunda década do século XX, no decorrer do projeto de Neocristandade, quando a Igreja Católica tecia várias alianças com o Estado brasileiro, no plano nacional e estadual, a vida religiosa feminina foi novamente incrementada, visando um duplo objetivo: por um lado, fortalecer a autoridade e a influência eclesiástica; por outro, combater o chamado “catolicismo popular”. Para tanto, a participação feminina, majoritária em inúmeras associações religiosas, mostrou-se fundamental, embora as mulheres continuassem alijadas do poder sagrado de conferência dos sacramentos e da prática da palavra, mantendo seu secular estatuto subordinado.⁵²

Foi no bojo deste processo que, segundo José Oscar Beozzo, houve na década de 1920, um surgimento maciço de congregações religiosas femininas, totalizando 93 destas. Embora a quase totalidade delas fosse de origem europeia, 59,8% de seus

⁴⁸ *Ibidem*, p. 110 e 114.

⁴⁹ CUBAS, Caroline. *Op. Cit.*

⁵⁰ LEONARDI, Paula. *Op. Cit.* p. 137.

⁵¹ CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. *Op. Cit.* p. 123.

⁵² AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1930). In: MARCÍLIO, Maria Luíza. *A mulher pobre na história da Igreja latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 101.

membros no país eram brasileiras, demonstrando um recrutamento de vocações eficaz.⁵³ Tais congregações tornaram-se responsáveis por uma influente rede de escolas confessionais⁵⁴ para a infância e juventude feminina no país, além de hospitais, asilos e orfanatos. Foi neste contexto que se deu o surgimento da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, já na década de 1940.

É possível dizer que a expansão da rede escolar da Igreja Católica não só nas capitais como nas cidades do interior, ao propiciar a elevação cultural de inúmeras mulheres, possibilitou-lhes maiores chances de emancipação social. Como coloca Maria Jeane dos Santos Alves,

Nesse clima de mudanças, de um novo modo de viver sua relação com o mundo as religiosas foram estimuladas à profissionalização, a seguirem cursos superiores. [...] A Igreja, por sua vez, assumia cada vez mais o campo social, com as pastorais criativas e movimentadas, advindas com o sopro do Vaticano II. [...] Esse clima moderno agitava o interno das Igrejas, que onde encontraram agentes mais ativos, que fizeram gerar grandes novidades. Documentos da Igreja afirmavam o chamado de religiosos e também de freiras para trabalhos pastorais cada vez mais imperativos.[...] Vimos as religiosas assumirem tarefas no mundo, enquanto a maioria das mulheres ainda estava “no lar”. Condizendo com a história das mulheres na sociedade, as freiras foram pioneiras em assumirem serviços de educação na direção de colégios, na saúde pela assistência que prestavam aos enfermos nas já conhecidas Santas Casas de Misericórdia e no campo da assistência social.⁵⁵

Novas mudanças surgiram a partir de meados da década de 1960, com o Concílio Vaticano II e as profundas alterações que ocorreram na estrutura organizacional e na interpretação doutrinária da Igreja Católica. A partir daí, redirecionou-se significativamente os propósitos da vida consagrada, masculina e feminina, associando-os a um ideário de inserção no mundo. As congregações religiosas femininas tiveram de promover, por determinação episcopal, uma revisão de seus

⁵³ BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930. In: AZZI, Riolando (org.). *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas. 1983, p.108.

⁵⁴ Escola confessional “[...] refere-se à escola vinculada ou pertencente a igrejas ou confissões religiosas. A escola confessional baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa religião, diferenciando-se, portanto, das escolas laicas. Para esse tipo de escola o desenvolvimento dos sentimentos religioso e moral nos alunos é o objetivo primeiro do trabalho educacional. Dessa forma, se a escola leiga constrói sua proposta baseada apenas em correntes pedagógicas, a confessional procura ter um embasamento filosófico-teológico”, cf. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. ‘Escola confessional’ (verbete). In: *Dicionário interativo da educação brasileira* – Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=243>> . Acesso em: 2 dez. 2014.

⁵⁵ ALVES, Maria Jeane dos Santos. *Op. Cit.* p. 47.

estatutos e símbolos. Desta maneira, antigos hábitos foram substituídos por roupas comuns, prédios conventuais foram trocados por pequenas residências (sem quase nenhum aparato exterior que as distinguisse de moradias leigas), rigorosas atitudes do cotidiano religioso, como o silêncio ou as práticas penitenciais, foram flexibilizadas, substituídas ou até abolidas, em nome de outras condutas, mais condizentes com a realidade histórico-social.

Dessa maneira, as religiosas depararam-se com o desafio de serem protagonistas explícitas de sua própria história, de estabelecerem com a hierarquia eclesiástica, com as comunidades de fiéis e com a sociedade civil uma relação dialógica que lhes possibilite articular a tradição cultural-religiosa que portam com as exigências e contradições de um mundo cada vez mais globalizado.⁵⁶

Assim, a prática junto aos pobres tornou-se um elemento imperativo e legitimador de seu engajamento enquanto religiosas. Para Maria José Rosado Nunes:

De fato, uma parte delas não coloca mais a instituição, sua congregação e, no limite, a igreja, como referência primordial ou como espaço privilegiado para a realização de seu projeto de vida. São as práticas junto aos pobres, a ‘comunhão de vida’ com eles e a participação em ‘suas lutas’, os elementos legitimadores de seu envolvimento como religiosas.⁵⁷

⁵⁶ GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, 48-78, 1990.

⁵⁷ NUNES, Maria José F. Rosado. *Freiras no Brasil. Op. Cit.* p. 506.

1. Fundação

Como indicado no capítulo precedente, uma congregação feminina só obteria legitimidade caso conseguisse o aval de uma autoridade eclesiástica. As futuras religiosas da Benepó obtiveram respaldo na figura de monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, nascido em 1903 na cidade de Mariana, Minas Gerais. Sacerdote diocesano, ingressou no Seminário de Mariana em 1919 e concluiu seus estudos na Universidade Gregoriana, sediada em Roma, retornando para o Brasil em 1929. Logo foi nomeado vigário-geral⁵⁸ da Arquidiocese de Mariana e, em 1933, passou a exercer o cargo de diretor arquidiocesano do Apostolado da Oração⁵⁹ dessa Arquidiocese.

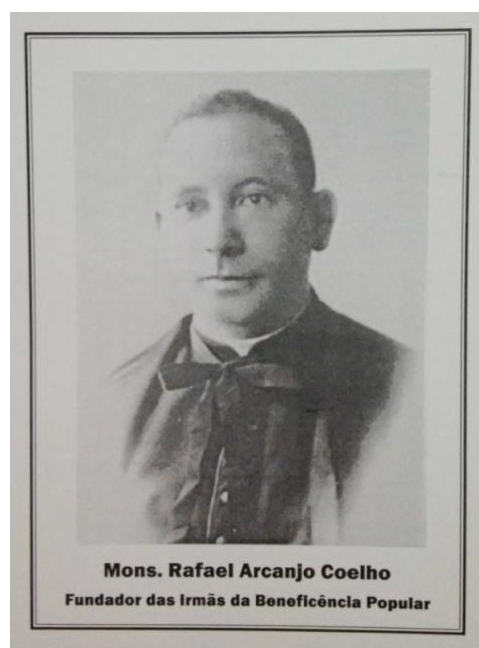


FIGURA 1: Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho.
Arquivo pessoal das irmãs da Beneficência Popular.

⁵⁸Vigário geral é o eclesiástico que o bispo escolhe para seu principal auxiliar no governo da diocese, conferindo-lhe, por isso, participação do poder ordinário episcopal. Os poderes do vigário geral cessam com a morte do bispo ou quando este desejar, cf. LOURENÇO, José. *Dicionário da Doutrina Católica*. Porto: Empresa Guedes, 1945. p. 16.

⁵⁹Apostolado da Oração é uma associação fundada em 1844 na França. Sua finalidade é promover orações nas intenções de seus membros. As práticas pedidas a seus membros são o oferecimento diário de todos os trabalhos, ações, orações e sacrifícios de cada um; a recitação de uma dezena do Rosário na intenção indicada cada mês pelo Santo Padre; uma comunhão reparadora feita mensal ou semanalmente, cf. AQUILINO, Pedro de. *Dicionário de Termos Religiosos e Afins*. Aparecida: Editora Santuário. 1993, p. 21.

Como vigário-geral, monsenhor Rafael tinha grande contato com Dom Helvécio, arcebispo de Mariana entre 1922-1960, acompanhando-o em algumas viagens. Além disso, ele promovia congressos religiosos em Mariana com a autorização do arcebispo. Porém, um dos congressos por ele planejado, denominado 1º Congresso Arquidiocesano do Apostolado da Oração, realizado em junho de 1938, deixou uma dívida de 30.000 mil réis para a Igreja. Priorizando o pagamento da dívida, o arcebispo mandou monsenhor Rafael mudar-se para Miguel Burnier, distrito do município de Ouro Preto, ainda em 1938, onde ele desenvolveria atividades que ajudassem a liquidar o débito.⁶⁰



FIGURA 2: Jornal *O Arquidiocesano*, noticiando o Congresso organizado por mons. Rafael em 1938. Arquivo pessoal das irmãs da Beneficência Popular.

⁶⁰ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação.* 1986. Mimeo. p. 17.

Foi em Miguel Burnier, em 1938, que monsenhor Rafael começou a acalentar um sonho: fundar uma congregação feminina que apoiasse a ação evangelizadora da Igreja junto aos segmentos populares, com o objetivo primordial de trabalhar e colaborar na conscientização dos pobres, principalmente do meio rural. Em suas próprias palavras:

A orientação social que desejo dar às Associações visa levar o povo, sobretudo do interior, a organizar-se para defender. O plano é o mesmo experimentado em diversos países, desde a Bélgica, onde os católicos têm a mais perfeita organização social do mundo, até a Argentina, onde a crise econômica imposta pela guerra, não alterou quase nada a vida do país.⁶¹

Nesta época, monsenhor Rafael esboçou um primeiro estatuto à futura congregação, porém, ao consultar o arcebispo Dom Helvécio a respeito da almejada criação, não obteve apoio deste prelado.

Em 1946, monsenhor Rafael mudou-se para a cidade de Alvinópolis, também no estado de Minas Gerais. Tratava-se de um município fundado em 1676, desmembrado da cidade de Mariana, mas ainda pertencente a esta Arquidiocese. Com a descoberta de ouro e terra fértil nas proximidades de Alvinópolis, iniciou-se o povoamento do lugar. A economia era basicamente agrícola destinada ao abastecimento das cidades mineradoras próximas. A construção da igreja matriz ocorreu sob o bispado de Dom Frei Manoel da Cruz em 20 de julho de 1754. Já a criação da paróquia ocorreu no dia 14 de julho de 1844, durante o bispado de Dom Viçoso.



FIGURA 3: Fábrica de tecidos Companhia Fabril Mascarenhas.
Arquivo pessoal das irmãs da Beneficência Popular.

⁶¹ ACERVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Carta escrita por monsenhor Rafael, destinada a Dom Helvécio, [1942?].

Na década de 1940, a cidade de Alvinópolis mantinha as principais características do início de sua fundação: uma comunidade rural com a economia voltada para o setor agrícola. Praticamente não havia mercado de trabalho, existindo somente a fábrica de tecidos Companhia Fabril Mascarenhas, conforme registro iconográfico na página anterior.⁶² Por isso, algumas pessoas mudavam-se para cidades vizinhas que ofereciam mais oportunidade de emprego:

[...] na paróquia e na cidade havia muita coisa a fazer e que era uma tarefa de todos. Era preciso melhorar a maneira de tratar a terra para que ela produzisse frutos sem esgotar sua capacidade de dar a vida. As crianças adoeciam alimentavam-se mal; vestiam-se mal. As casas eram sem beleza. O povo ia à missa, mas não compreendia bem o sentido de suas práticas. Faltava quem reunisse os lavradores, para ensinar a escolher as melhores sementes, a colocar adubo conveniente e a não afundar o suco do arado além da medida certa. Faltava quem soubesse orientar a alimentação com recursos mesmo da terra, quem instrísse sobre higiene dos pobres, quem ensinasse a costurar um vestido mais gracioso e alegre, quem mostrasse como a casa pode ficar acolhedora se a mãe de família sabe dar um jeito, quem instrísse as crianças no catecismo e quem ensinasse o povo a celebrar a ceia do Senhor, a missa, de maneira que o culto exprimisse melhor o louvor e a pureza de sua adoração. Faltavam coisas simples e importantes.⁶³

A atuação episcopal de Dom Helvécio seguia as diretrizes norteadoras da ação dos bispos católicos em plano nacional, especialmente as orientações de Dom Leme⁶⁴

⁶² SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação. 1986. *Op. cit.* p. 125

⁶³ *Idem.* Texto escrito pelas irmãs em comemoração aos 50 anos sacerdotais de monsenhor Rafael, 1977. p. 25.

⁶⁴ Sebastião Leme de Silveira Cintra nasceu em Espírito Santo do Pinhal, hoje Pinhal (SP) no dia 20 de janeiro de 1882. Ordenou-se padre em 28 de outubro de 1904 e foi nomeado bispo - auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 24 de março de 1911. Por indicação do cardeal Joaquim Arcoverde, em 26 de abril de 1916 Dom Sebastião Leme foi nomeado pelo Vaticano para a arquidiocese de Olinda (que somente em 1918 passou a se chamar arquidiocese de Olinda e Recife). Em 24 de fevereiro de 1921, Dom Sebastião Leme recebeu um cabograma do núncio apostólico, monsenhor Henrique Gasparri, comunicando-lhe que o papa Bento XV decidira nomeá-lo arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro em virtude do agravamento do estado de saúde do cardeal Arcoverde, impedido de prosseguir no exercício de suas funções. Em termos pastorais, a principal preocupação de Dom Sebastião Leme foi com a instrução religiosa. Criou a congregação da Doutrina Cristã (organizou 62 centros de catequese no estado) e firmou, em setembro de 1916, um acordo com o governo para a introdução do ensino religioso nas escolas públicas estaduais. Desenvolveu também o trabalho de catequese de adultos que resultou, mais tarde, na criação do Curso Superior de Religião. Dom Leme reformou o ensino de formação de sacerdotes e deu novo impulso à Obra das Vocações Sacerdotais, instituindo o Dia das Vocações e determinando a realização de pregações especiais voltadas para despertar os católicos para o sacerdócio. Conferiu também grande importância à organização dos leigos — inclusive intelectuais —, pretendendo aumentar a difusão da doutrina católica na sociedade e a capacidade de pressão da Igreja sobre o Estado. Em 17 de outubro de 1942, Dom Sebastião Leme faleceu no Rio de Janeiro.

no Rio de Janeiro, por quem Dom Helvécio tinha muito apreço.⁶⁵ Em 1941, Dom Helvécio deu início ao processo de “abertura” dos arquivos eclesiais⁶⁶ da cidade de Mariana. Foi feito um trabalho de preservação dos bens culturais da Igreja, tanto no setor de artes, quanto na organização de museus, preservando e divulgando a memória religiosa de Minas Gerais. Em paralelo a este esforço identitário realizado na sede da Arquidiocese, monsenhor Rafael buscava condições para realizar seu propósito de fundar uma congregação feminina no meio rural. Mas como monsenhor Rafael iria realizar seu sonho de fundação?

A alternativa surgiu do acompanhamento que promovia junto a um grupo de moças da Pia Associação das Filhas de Maria. Esta associação surgiu na Itália, em 1872, para que mulheres pudessem realizar o trabalho educativo e evangelizador. No Brasil, as Filhas de Maria chegaram em 1892, atuando em escolas, centros de formação profissional, casas-lares, catequese, obras de primeira evangelização etc. Contudo, havia um forte controle das associações religiosas formadas por leigos, de acordo com as normas implantadas na Arquidiocese pelos antecessores de Dom Helvécio.⁶⁷

O grupo de moças da Pia Associação de Alvinópolis foi organizado pelo padre Antônio Miguel de Castro em 1944. Este chegou a Alvinópolis em 1943 e trabalhou na paróquia Nossa Senhora do Rosário com movimentos litúrgicos, pregações bíblicas diárias etc. As moças, que posteriormente seriam as fundadoras da Beneficência Popular, eram conhecidas como as moças das capinhas, pois se vestiam de preto e com uma capinha até a cintura.

Em 1945, a mando de Dom Helvécio, chega a Alvinópolis o padre Napoleão Lacerda de Avelar, com o intuito de acabar com “toda loucura de rezação”⁶⁸ em Alvinópolis promovida pelo padre Antônio Miguel de Castro, vindo a extinguir o grupo das moças da capinha. Segundo o bispo, esse sacerdote cometia excessos religiosos, exigindo do povo longas horas de oração.⁶⁹

Mas foi de um núcleo de moças que até então participavam da Pia Associação que surgiu o grupo inicial da futura associação de Vida Apostólica Beneficência Popular. Sua configuração inicial foi bastante singela, com moças de famílias

⁶⁵ PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade* (1888/1952). 2010. 349f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte: UFMG/ FAFICH, 2010. p. 190.

⁶⁶ *Ibidem.* p. 300.

⁶⁷ *Ibidem.* p.270.

⁶⁸ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Documento escrito pelas irmãs sobre a vida do monsenhor Rafael. Sem título.[197-?] p.4.

⁶⁹ *Ibidem.* p.4.

empobrecidas e de pouco estudo. Sua criação foi difícil, pois o arcebispo Dom Helvécio apenas permitiu que as moças atuassem na paróquia, não autorizando, inicialmente, a construção de um noviciado.

Assim, em 17 de maio de 1946 foi oficialmente instituída a associação religiosa feminina denominada Beneficência Popular. Na inauguração da Congregação estavam presentes monsenhor Rafael, padre Antônio Pena e as irmãs fundadoras, Maria Marques Ferreira, Nadir Maria de Barros, Judith Guimarães, Maria Miranda, Dalva Gomes Amora e Odília de Assis Pinto. As novas religiosas passaram a morar em residência alugada por monsenhor Rafael especialmente para este fim.

No dia 28 de junho de 1946, depois de uma semana de retiro, as congregadas emitiram seus votos religiosos ocultamente, devido à proibição de Dom Helvécio quanto à fundação canônica da Congregação. Pouco depois, o governo da República reconheceu a fundação como utilidade pública federal por ato nº 25.658 de 12 de outubro de 1948.⁷⁰

Elas deveriam ser simples no agir, ser humildes para aceitar as condições, as provações, fazendo penitencias, rezando, ser mansas para viver, para que pudessem acolher, compreender, ser amável e identificar-se com os fracos e oprimidos, mas também saber ser forte, firme quando se tratasse de tomar posição contra a injustiça e a misericórdia do pai.⁷¹

Com a comunidade iniciada, as fundadoras assumiram inúmeros encargos na paróquia de Alvinópolis e aperfeiçoaram vários trabalhos que já eram executados. Monsenhor Rafael tinha grande preocupação com as crianças e adolescentes, assim assumiu, junto com as irmãs, a iniciativa pela criação de creches e orfanatos.

Para realizar seu objetivo e colaborar na conscientização dos pobres, principalmente do meio rural monsenhor Rafael também fundou a escola agrícola, pois ele acreditava que faltava uma orientação que ajudasse os lavradores a trabalhar bem a terra e aproveitar os próprios recursos do lugar pra seu sustento. Ele também promovia Exposições Agrícolas e a Semanas do Lavrador em Alvinópolis. E para preparar a mulher do lar, ele fundou a Escola Doméstica.

⁷⁰ Notas do “Arquivo Social Histórico” da Casa de cultura Academia Marianense de Letras (CCAML).

⁷¹ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. cit.* p. 88.

No período, a Igreja Católica buscava afirmar os valores familiares por ela defendidos, a despeito das mudanças trazidas pela modernidade.⁷² As transformações político-sociais advindas da industrialização incidiram fortemente sobre a vida familiar, colocando a sociedade patriarcal em crise. A mulher entrava no mercado capitalista como mão-de-obra. A ação individual de algumas mulheres fortaleceu o movimento de defesa de seus direitos; a reivindicação quanto às condições de trabalho da mulher na fábrica foi encampada pelo movimento sindical e por partidos de cunho socialista, anarquista e liberal-democrático. Simultaneamente, mulheres das classes abastadas lutam pela instrução superior e pela oportunidade de exercerem as profissões correspondentes, além do direito de voto.

Diante dessa luta, a Igreja Católica reafirmou o tradicional papel da mulher no lar, como esposa e mãe, com nítida divisão de funções sociais pautadas no gênero: “O ideal feminino e seu destino natural – alheamento do mundo, perene sofrimento e renúncia – configurava-se através de virtudes como pureza, bondade, paciência e abnegação”.⁷³ Com isto a mulher alcançaria a salvação eterna.

A tradicional ética familiar e sexual constituía um dique frente às mudanças sócio-culturais ocorridas a partir de 1930, consideradas portadoras da anarquia social. Ao esforçarem-se por preservar, um modelo idealizado de família burguesa, bastante distanciado dos dilemas cotidianos, muitas ações apostólicas católicas não logravam sucesso.

Uma das tentativas da perspectiva eclesial então vigente foi a *Encíclica Casti Connubii*, de 1931, promulgada pelo Papa Pio XI, em que é reiterada a santidade do matrimônio, considerado tão santificador quanto o celibato. Paralelamente, mulheres assumiram uma experiência apostólica mais explícita na Ação Católica,⁷⁴ sobretudo

⁷² Ao longo dos anos, mudam os padrões tradicionais referentes à família, à mulher e a sexualidade: 1) enfraquece-se progressivamente o modelo de família patriarcal originário do mundo rural; 2) diminui o sentido de dependência da mulher em relação ao marido. E ela passa a exercer algumas atividades fora do lar; 3) inicia-se a prática do planejamento familiar; 4) ganha mais aceitação a ideia do divórcio ou do desquite legalizado. A vida urbana vinda com a industrialização viabilizou à mulher uma maior consciência dos seus direitos. Ampliou-se a influência dos meios de comunicação e das oportunidades de lazer através dos clubes, teatro e cinema.

⁷³ AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In.: MARCÍLIO, Maria Luísa (org.) *Família, Mulher, Sexualidade E Igreja Na História Do Brasil*. São Paulo: Loyola. 1993, p. 104.

⁷⁴ A Ação Católica foi criada com o apoio do papa Pio XI, em 1935 no Brasil, mas com inspiração europeia. É composta pela intelectualidade laica, estritamente ligada à hierarquia católica, que propunha, com visão missionária, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social. Este grupo, baseado em uma retórica política humanista e anti-liberal, cria mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade. A Ação Católica era inicialmente vista como elemento de oposição ao

como catequistas, mas ao mesmo tempo, mantinham a visão tradicional da sexualidade feminina.⁷⁵ Com a Ação Católica, começavam a abrir-se às mudanças sociais e a assumirem um compromisso com elas. Já um grupo minoritário de católicos buscou aproximar a Igreja das classes trabalhadoras, criando instituições que apoiavam as reivindicações dessa classe. Esta linha deu origem à Ação Católica Especializada.

O clero latino-americano foi bastante favorável à criação da Ação Católica, em nome da difusão da doutrina social da Igreja, do combate ao comunismo, de assistência aos mais pobres e até, como no Brasil, como instrumento de recristianização da sociedade e de obtenção de reconhecimento jurídico da posição que o episcopado julgava legítima. Nessa organização, as mulheres eram encarregadas de preservarem-se dentro da ordem tradicional, frente às ameaças do mundo moderno. A Ação Católica levou a doutrina social da igreja às escolas, universidades, meios de comunicação, sindicatos, fábricas e ao campo.

2. A expansão e seus desafios

Em 1950, por solicitação de Dom Helvécio, monsenhor Rafael mudou-se para Timóteo, Minas Gerais, onde assumiu a paróquia da cidade. Levou com ele um grupo de moças e fundou mais uma casa da Beneficência Popular. Participaram as irmãs, Maria Marques, Nadir Barros, Odília Pinto, Iracema Lovres e Maria José Guerald. Monsenhor Rafael permaneceu em Timóteo por oito anos, mas as irmãs mantiveram os trabalhos que ali promoviam com grande autonomia, mesmo depois que monsenhor Rafael, novamente, mudou-se para outra localidade.

Timóteo é uma cidade relativamente nova, sua fundação é de 1960, ano em que se emancipou da cidade vizinha Coronel Fabriciano. A emancipação e o desenvolvimento urbano do município de Timóteo deveram-se às grandes empresas localizadas na região, como a Acesita, que foi criada em 1944. Assim, neste local concentrava-se um grande número de pessoas à procura de emprego. Com o crescimento rápido da cidade, e o conseqüente povoamento desordenado, foram

sistemático avanço do materialismo liberal e contra o ateísmo socialista e comunista. A luta concentrou-se em nível ideológico, sem uma análise sócio-econômica.

⁷⁵ URÁN, Ana Maria Bidegain de. Sexualidade, vida religiosa e situação da mulher na América Latina. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Mulher Pobre Na História Da Igreja Católica Latino-Americana*. São Paulo: Cehila/Paulinas, 1984, p. 54.

surgindo vários problemas, o que fez Dom Helvécio tomar a decisão de levar a congregação para esta cidade.⁷⁶

Em Timóteo, monsenhor Rafael assumiu a paróquia de São José, que foi criada no mesmo ano em que ele mudou-se para esta cidade. Monsenhor fez com que a paróquia tivesse grande relevância no município e teve participação ativa dos operários recém-chegados. Ele desenvolveu atividades como alfabetização, datilografia, escola doméstica, curso de pintura, corte e costura, magistério, contabilidade, entre outros cursos. O terreno, onde seria construído o Colégio e residência das irmãs, foi cedido por Dom Oscar de Oliveira.⁷⁷

Paulatinamente, ações da Beneficência Popular foram ficando conhecidas em outras dioceses, que passaram a solicitar a presença das irmãs para o trabalho pastoral, social e outras atividades necessárias de acordo com a realidade do local. Assim, seguiu-se uma sequência de fundações.⁷⁸

No ano de 1949, monsenhor Rafael foi convocado pelos Vicentinos⁷⁹ para ficar responsável pelos trabalhos no Hospital Nossa Senhora de Lourdes, em Alvinópolis. A comunidade do Hospital foi dirigida pela irmã Eva até o ano de 1972. As irmãs trabalhavam sem remuneração, visto que o Hospital não contava com recursos financeiros.



FIGURA 4: Hospital Nossa Senhora de Lourdes em Alvinópolis.
Arquivo pessoal das irmãs da Beneficência Popular.

⁷⁶ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. cit.* p. 130.

⁷⁷ *Ibidem.* p. 132.

⁷⁸ *Ibidem.* p. 23.

⁷⁹ Membro da Sociedade de S. Vicente de Paulo. Sociedade para obras de caridade organizada em 1833 por Frederico Ozanan. Desejava minorar as necessidades dos pobres depois da Revolução Industrial, e melhorar a vida dos jovens por meio das obras de caridade. O grupo começou por visitar os pobres em suas casas e assisti-los espiritual e materialmente de todos os modos possíveis. A sociedade desenvolveu-se rapidamente: em 1834, um ano após o início das Conferências, já contava essa sociedade com uma centena de membros. Logo se estendeu para fora da França, cf. PINTO, Mons. José Alberto L. de Castro. *Dicionário Prático De Cultura Católica, Bíblica E Geral*. Rio de Janeiro: Edição Barsa, 1971. p.208.

Em 1952, a pedido de Dom José Lázaro Neves – nomeado bispo da diocese de Assis, São Paulo, em 1956 – monsenhor Rafael aceita assumir a paróquia Santo Antônio, na cidade de Quatá, em São Paulo. Dom José Lázaro levou algumas irmãs para esta cidade e elas foram morar no Educandário São Paulo da Cruz, onde ministravam aulas de corte e costura e datilografia. Foi oferecida às irmãs “uma casa de tijolos em bom estado, uma casa de madeira e um salão de festas, onde as irmãs ficariam sem ônus enquanto permanecessem nesta diocese”.⁸⁰

O pároco da cidade de Rancharia, em São Paulo, o padre Paulo Kuhn, vendo os trabalhos das irmãs em Quatá, pediu-lhes para também assumirem a responsabilidade do Educandário de São José, em 1952. Foram disponibilizadas duas casas de tijolos e um salão de festas. O Educandário foi assumido pelas irmãs Lindaura Coelho e Agripina Vilela, pelas noviças Nair Silva e Maria das Dores Campos e a postulante Suzana de Assis. Já em 1963, as irmãs ficaram responsáveis pela Casa do Pedrinho, orfanato para meninos. E em 1969 se responsabilizaram pelo Asilo São Vicente de Paulo.⁸¹

Para a cidade de Assis, São Paulo, sede do Arcebispado, foram as irmãs Maria de Assis Drumond, Auta Maria de Jesus e Auxiliadora Maria. Ficaram responsáveis por um orfanato chamado Casa da Menina São Francisco de Assis. Em Belo Horizonte, as irmãs assumiram a creche Nossa Senhora Medianeira durante os anos de 1951 e 1952.⁸²

No ano de 1953, houve várias cidades que receberam as irmãs da Beneficência Popular. Convidadas pelo cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, as irmãs Terezinha Pena, Doracy Bráz de Souza, Edite Maria e Jesus e a Madre Maria Marques foram para São Paulo, onde foram recebidas pelo Bispo Dom Ozione e pelo Padre Batistelo. A Madre Maria Marques permaneceu neste local por um ano, deixando lá as outras irmãs. Catas Altas, Minas Gerais, também recebeu algumas irmãs com a fundação da Escola Doméstica Santa Tereza e o orfanato Monsenhor Mendes e Pompéia. São Paulo recebeu a irmã Icó, para mais uma casa da congregação. Antônio Dias, Minas Gerais, algumas irmãs assumiram um trabalho com a população rural. Elas ficaram morando na Escola Ana Angélica, e, posteriormente, a congregação comprou um terreno, sendo a metade dele doação de uma família. Porém, com o passar do tempo,

⁸⁰ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação.* 1986. *Op. cit.* p. 134.

⁸¹ *Ibidem.* p. 144 e 169.

⁸² *Ibidem.* p. 167.

a casa construída no terreno estava precisando de reformas, mas como as irmãs não tinham condições para isto, a casa caiu e as irmãs tiveram que se mudar. Sendo assim, elas foram morar em Timóteo, que era perto de Antônio Dias, mas continuavam atendendo as necessidades da população deste local.⁸³

Na cidade de Bom Jesus do Amparo, Minas Gerais, no ano de 1955, chegam as irmãs da Beneficência Popular Dalva Gomes e Carmem Abdala, onde foi fundada a Escola Doméstica Monsenhor Horta, mais conhecida como Colégio das Irmãs. Eram ministrados cursos de datilografia, corte e costura, bordado etc. Depois de certo tempo, a Madre Maria Marques mudou-se para esta cidade e fundou o Ginásio do CNEG, juntamente com o padre Pessoa. Dom Carlos Carmelo Mota doou um grande terreno para a Beneficência Popular para que elas construíssem a casa de formação. Também foi construído um Centro Infantil com um semi-internato.⁸⁴

Em 1956, as irmãs Maria da Conceição de Jesus e Nair de Paula responsabilizaram-se pela Casa de Saúde Santa Inês, localizada na cidade de Paraguaçu Paulista, em São Paulo.

Perante os resultados advindos das ações da Beneficência Popular, Dom Helvécio concedeu licença para a construção do noviciado em 1956. No ano seguinte, fundou-se a casa das irmãs na cidade de Mariana, sede do Arcebispado. Ao celebrar a missa de Ação de Graças pelo início do noviciado, Dom Helvécio

[...] falou palavras de alegria que estava sentindo de ver a Beneficência Popular caminhando. Dirigiu palavras de estímulo e de coragem para monsenhor Rafael e para as irmãs dizendo que a Beneficência crescia espalhando o reino de amor, verdade e simplicidade, para anunciar o Reino do Coração de Jesus ao mundo. Disse que a Beneficência popular estava sendo o ‘sustentáculo de um mundo melhor, mais humano e mais justo’ e que acreditava muito no trabalho da Beneficência Popular.⁸⁵

Dom Helvécio também colocou à disposição da congregação o Santuário do Sagrado Coração de Jesus, em Miguel Burnier, e a casa anexa a este santuário. Posteriormente, esta casa passou a ser o Educandário Monsenhor Horta para a população local com possibilidade de internato para 200 meninas.⁸⁶ Em 1958, monsenhor Rafael assumiu os trabalhos pastorais em Miguel Burnier a pedido de Dom

⁸³*Ibidem.* p. 148, 150, 151, 152.

⁸⁴*Ibidem.* p. 155.

⁸⁵*Ibidem.* p. 119.

⁸⁶*Ibidem.* p. 121.

Oscar de Oliveira, que assumira a Arquidiocese de Mariana em 1960. Neste local, fundou-se o noviciado no Educandário monsenhor Horta, onde teve início as aulas de bordado, datilografia, atendimento na paróquia e assistência às crianças. Em 1959, Dom Oscar celebrou a missa no Educandário, pregou o Retiro espiritual e presidiu a cerimônia dos votos das irmãs do noviciado de Miguel Burnier.

Atuantes na comunidade, principalmente no trabalho pastoral, as irmãs contribuíram para a criação, no ano de 1974, do Centro Catequético São Domingos Sávio, onde acontecia a catequese de jovens e adultos, festas educacionais, entre outros eventos. As atividades do Centro Catequético proporcionaram reformas das capelas com aquisição de bancos, paramentos, mesas para o altar etc.

Em São Paulo, em 1958, foi constituída, por monsenhor Rafael, a Obra de Reabilitação Negra, que tinha como campanha a “Integração Social e Cultural da Coletividade Negra”.⁸⁷ Para isto, havia um programa na rádio 9 de Julho, que fazia o trabalho de entrosamento dos lares cristãos. Também em São Paulo, no ano de 1963, surge o trabalho da Associação Beneficente Pio XII, fundada por monsenhor Rafael. Em 1964, criam-se a Casa de Crianças na paróquia São Domingos.

Para o Rio de Janeiro, as irmãs Mercês Leal e Margarida de Oliveira mudaram-se em 1961 e permaneceram até 1964. Trabalharam na Obra Social da Paróquia de Santo Afonso, dirigida pelos padres redentoristas. A congregação do Santíssimo Redentor, que fazem parte os padres redentoristas, tem sua origem na Itália, em 1732. Fundada por Santo Afonso, dedicam-se à pregação de missões populares e ao atendimento nas comunidades necessitadas. Os padres redentoristas do Rio de Janeiro atuam em paróquias e trabalham em locais carentes, ajudando a organizar a vida das comunidades e formando novas lideranças. A cidade do Rio de Janeiro recebeu os redentoristas em 1894. Os trabalhos missionários estenderam-se aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia⁸⁸. No Rio de Janeiro, as irmãs também fizeram um recenseamento no Morro do Salgueiro, ofereciam assistência a crianças e adultos, catequese, organizavam casamentos e batizados e promoviam campanhas para ajudar na construção de casas para os pobres⁸⁹.

Mais uma vez em Belo Horizonte, as Irmãs Tereza Cota, Lindaura Coelho e Rita Faria, marcaram presença na capital de Minas Gerais no ano de 1961. Fundou-se a casa

⁸⁷ *Ibidem.* p. 27.

⁸⁸ Redentoristas no Brasil. Disponível em :<www.redentoristas.com.br> . Acesso em: 17 de maio 2015.

⁸⁹ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação.* 1986. *Op. cit.* p. 163.

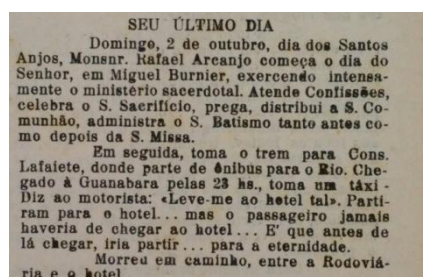
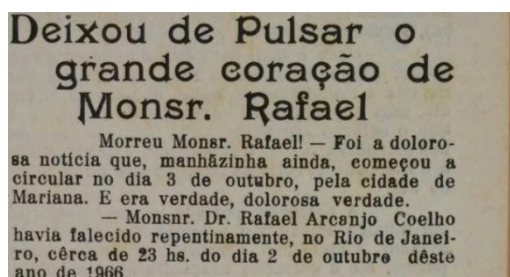
de encontros onde aconteciam retiros espirituais. As irmãs assumiram trabalhos de administração nesta casa que pertencia aos Padres Redentoristas. Em 1976, foi comprada uma casa para a Beneficência Popular no bairro Renascença. Inicialmente, esta casa funcionou como casa de formação. Em seguida, passou a ser a Casa da Acolhida, onde as irmãs, que tinham que ir para Belo Horizonte fazer tratamento de saúde, estudar ou para assuntos comerciais, se hospedavam.⁹⁰

Do ano de 1962 até 1977, atuando no Hospital Nossa Senhora das Dores em São Domingos do Prata, Minas Gerais, foram as irmãs Nadir Leal e Maria da Conceição Torres⁹¹. Neste mesmo período, mais especificamente em 1967, irmãs Alvimar, Célia, Margarida e Carmem, foram designadas para a diocese de Itabira. Trabalharam em duas comunidades sem padres residentes nas paróquias de Santa Isabel de Juiracu e Vagem Linda.⁹²

Entre os anos de 1962 a 1964, monsenhor Rafael dedicou-se com exclusividade à Beneficência Popular. Ele visitou cada comunidade e foi compreendendo as dificuldades, desafios e bons resultados que cada casa ia passando. Ele notou que as congregações sofriam muitas dificuldades econômicas. “[monsenhor] sabia da pobreza pela qual sempre, desde o início enfrentamos. Era normal, para quem optou viver nesta comunidade, não é”?⁹³

Em 1975, ocorreu uma nova e significativa mudança, Dom Oscar de Oliveira solicitou à Associação que instalasse a Casa Matriz da congregação em Mariana, onde até hoje está a sede da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular.

A congregação Beneficência Popular continuou se espalhando pelo Brasil mesmo com a morte do monsenhor Rafael, em 1966.



⁹⁰*Ibidem.* p. 173.

⁹¹*Ibidem.* p. 166.

⁹²*Ibidem.* p. 165.

⁹³*Ibidem.* p. 31.

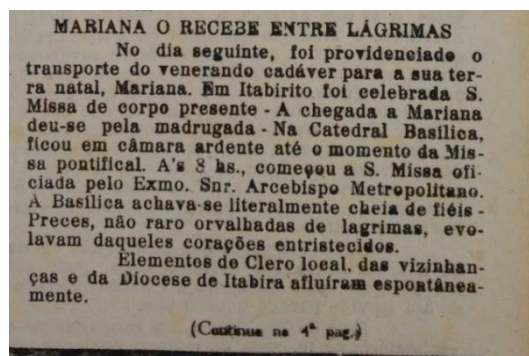


FIGURA 5: Jornal *O Arquidiocesano* anunciando a morte de monsenhor Rafael em 1966⁹⁴

No ano de 1984, a pedido de Dom José Elias Chaves, as irmãs Dulce, Luzia, Margarida, Francisca e Icó foram para Limoeiro do Ajuru, no estado do Pará, aí trabalhando junto à Pastoral da Saúde e à Pastoral Comunitária.⁹⁵



FIGURA 6: Irmãs da Benepó, Pará, 1985.
Arquivo pessoal das irmãs da Beneficência Popular

Por fim, em função do pedido do bispo da Diocese de Itabira, estado de Minas Gerais, Dom Mário Teixeira Gurgel, algumas irmãs se mudaram para esta cidade em 1986, ali atuando em atividades sociais junto aos segmentos mais empobrecidos.⁹⁶

⁹⁴ ORGÃO OFICIAL DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Deixou de pulsar o grande coração de MonsrRafael. *O Arquidiocesano*, Mariana 16 out. 1966. N. 370. Ano VIII.

⁹⁵ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. Cit.* p. 175.

⁹⁶ *Ibidem.* p. 179.

3. Consolidação simbólica

Toda instituição busca legitimar sua existência, apresentando-a como lógica. Há vários níveis de legitimação, sendo o quarto deles o do “universo simbólico”.⁹⁷ A justificação da vida religiosa, por sua vez, pauta-se em critérios bastante singulares, porque remetidos ao plano teocêntrico, trata-se da vontade divina, assumida pelas distintas pessoas congregadas na instituição. Por remeter-se a Deus, a simbologia da vida religiosa, todos os aspectos da história de vida de cada irmã. Pelo mesmo motivo, o projeto institucional vê-se dotado de uma forte coerência e primazia na experiência individual. “[...] nela se está (nessas instituições) porque nela se crê”.⁹⁸

Além de legitimar a instituição, o universo simbólico integra a biografia de cada religiosa, constituindo a “história da vocação” ao longo de toda vida, articulando nela elementos conflitivos a partir da perspectiva religiosa (a vontade de Deus). A sacralização das ações torna-as plenamente justificadas. Somando-se tal aspecto à dimensão histórico-cultural de perfil hierárquico que caracterizou a Igreja Católica por muitos séculos, há uma tendência à valorização da concórdia, ao lado da ordem e do respeito à autoridade constituída.⁹⁹

Também monsenhor Rafael buscou tal legitimação institucional e simbólica à Sociedade que fundara. No ano de 1951, ele enviou para Dom Helvécio uma carta na qual pedia ao arcebispo que aprovasse a Congregação Beneficência Popular, neste escrito descreve,

Como fundador da Beneficência Popular, apresentando a V.Exia. Revma., seus Estatutos, venho humildemente pedir a V.Exia se digne dar-lhe aprovação, se merecerem, para que a instituição continue a existir como congregação religiosa. Nestes termos, peço benigno deferimento e E.R.M.¹⁰⁰

Contudo, foi somente no ano de 1956, que Dom Helvécio concedeu a licença para a fundação do noviciado da Congregação,¹⁰¹ quando estava patente sua capacidade de sustento e gestão, além da mesma já ter obtido expressiva expansão, segundo os padrões da época, e em relação aos recursos que dispunha.

⁹⁷ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 132.

⁹⁸ ALBUQUERQUE, J.A.G. *Instituição e Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

⁹⁹ NUNES, Maria José F. Rosado. *Op. Cit.* p. 61.

¹⁰⁰ ACERVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Carta escrita por monsenhor Rafael destinada a Dom Helvécio. 1951.

¹⁰¹ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação. 1986. *Op. Cit.* p. 21.

Mas desde o ano de 1954, fora estabelecido por monsenhor Rafael que, anualmente, as religiosas renovassem seus votos em cerimônia litúrgica, juntamente com as noviças. Em congregações tradicionais, é promovido o voto permanente, ou seja, as irmãs proclamam seus votos apenas uma vez, quando passam de noviça para irmã juniorista.

Não podereis estranhar se vos disser que nenhum dia do ano para nós é tão solene como do dia do Coração de Jesus. Compreendemos bem a razão disto, pois é o divino coração do Mestre o fundador, guia e sustentáculo de nossa instituição. Se até agora, mercê de Deus, temos celebrado este dia com pompa e piedade, devemos para o futuro celebrá-lo com ainda mais fervor. É que ficou estabelecido, para maior solenidade interna, para maior intercâmbio com o Salvador, que neste dia, em nossa querida comunidade, se renovem os santos votos, que em nosso Estatuto, são anuais. [...] Diversas são já as comunidades religiosas que adotaram este estilo, tão fácil e tão prático. Fica assim determinado que anualmente, na festa do Sagrado Coração de Jesus, todas as religiosas da nossa congregação, firmado o propósito de continuar a vida religiosa, renovem seus sagrados votos, em singela cerimônia, a ser anteriormente combinada com o Revmo. Snr. Pároco ou capelão – Precedido o dia por um recolhimento ou retiro espiritual sem prejuízo dos compromissos da casa, celebrar-se-á a festa do Coração de Jesus, com a maior solenidade interna possível.¹⁰²

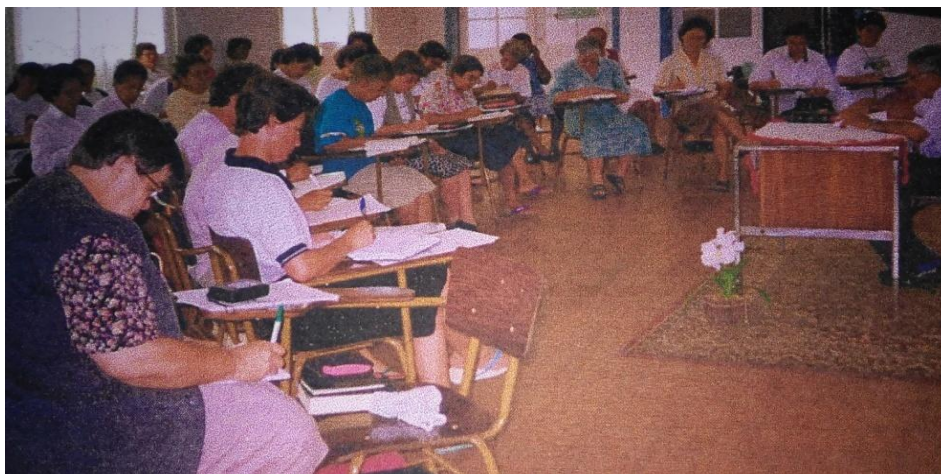


FIGURA 7: Retiro Espiritual realizado na Beneficência Popular, sem data, sem local. Arquivo pessoal das irmãs da Beneficência Popular.

Em carta dirigida às irmãs, monsenhor Rafael exorta:

Estamos na presença de Deus. Adoremo-lo com amor e gratidão. Ele nos congregou aqui para este Retiro, uma das melhores e maiores graças da vida espiritual, agradecemos-lo com toda alma e coração, certos de que neste agradecimento, Ele encontrará razões para nos cobrir de novas bênçãos e graças. Qualquer retiro pode ter proveito

¹⁰² ACERVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Carta circular escrita por monsenhor Rafael destinada às irmãs, 1954.

quando nele entramos como ensina santo Inácio de Loiola: entrarei todo, ficarei só e sairei outro. Norma bem fácil desde que não falte a reta intenção.¹⁰³

Após o retiro, no ato da renovação dos votos, as irmãs proferiam a seguinte fórmula:

Ato de consagração

Com os olhos e o coração fitos em Deus, a quem consagro toda a minha vida, para a glória do Sagrado Coração de Jesus e dilatação de seu reino de amor nas almas, ciente, livre e espontaneamente, faço os votos de pobreza, castidade e obediência por um ano, prometendo observar com fidelidade todas as prescrições de nossa associação e obedecer as determinações de meus legítimos superiores. Confio na bondade misericordiosa do Sagrado Coração de Jesus e no amparo carinhoso as S.S. Virgem, minha eterna Mãe, que hei de cumprir o que prometo e perseverar na vocação que escolhi.¹⁰⁴

No ano de 1956, monsenhor Rafael determinou que anualmente, no dia 17 de maio, fosse celebrado o aniversário da instituição.

No dia 17 de maio faz precisamente 10 anos que a Beneficência entrou em regime de comunidade. As primeiras filhas lembram-se disto com saudades. Proponho que este dia seja celebrado com muito fervor eucarístico, conseguindo-se comunhões dos fiéis nas intenções de nossa instituição.¹⁰⁵

Em setembro de 1963, Dom Oscar de Oliveira foi até Roma para participar da segunda Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II. Monsenhor Rafael pediu que ele levasse os documentos da Beneficência Popular, na tentativa de aprovação do Estatuto da Instituição. Neste mesmo ano, a Congregação recebeu de Roma uma folha com sugestões de aperfeiçoamento do Estatuto para que a instituição fosse aprovada. Logo em seguida, em 1964, monsenhor Rafael envia para todas as casas da Beneficência Popular, cópia do estatuto corrigido conforme as instruções do Padre Xavier Bockeyofm, especialista no assunto. Monsenhor solicita às irmãs que estudem, corrijam e emendem o que acharem relevante e devolvam ao padre para que ele entregue ao Arcebispo que retornaria a Roma para a terceira Sessão do Concílio Ecumênico.

¹⁰³ *Idem*. Carta circular escrita por monsenhor Rafael para as irmãs. Acesita, 27 dez. 1956.

¹⁰⁴ Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho. Fórmula para a emissão dos votos das irmãs da Beneficência Popular. Folha 9, Apêndice IV. Estatuto ainda sem aprovação canônica escrito por monsenhor Rafael antes da aprovação da Congregação. Sem data. Documento do acervo da Cúria de Mariana, MG.

¹⁰⁵ ACERVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Carta circular escrita por monsenhor destinada às irmãs, 1956.

Até 1963, foram feitas três tentativas de aprovação do Estatuto da Congregação, porém sem sucesso. Somente em 28 de novembro de 1988, já na gestão arquidiocesana de Dom Luciano Mendes de Almeida, foi que as irmãs da Beneficência Popular finalmente conseguiram a aprovação do Vaticano para a fundação da Congregação. Receberam o *Nihil Obstat* em carta da Sagrada Congregação *Pro Religiosis et Institutis Secularibus*.

A antiga associação foi então erigida, por decreto de Dom Luciano, em Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, regida pelo direito Diocesano:

[...] usando das atribuições que nos concedeu a mesma Sagrada Congregação, muito *ex corde* aprovamos e confirmamos pelo presente as Constituições da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular. Que a fidelidade ao carisma do virtuoso monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, seu fundador, possa levar os membros da sociedade a proclamar a boa nova do amor e da bondade de Deus Salvador, por meio da devoção ao Sagrado Coração.¹⁰⁶

Um episódio, contudo, é tido pelas integrantes da Congregação como um sinal do aval divino à criação do Instituto. Ele ocorreu em 11 de novembro de 1953, quando Maria Cornélia, uma órfã de sete anos de idade, foi posta sob os cuidados da Beneficência Popular, em Alvinópolis. Na deferida data, esta criança viu uma aparição de Nossa Senhora, sendo sua descrição narrada como milagre:



Transcrição de extrato da reportagem:

Como sacerdote, não tenho a menor dúvida de que a menina está sendo sincera. Conheço o seu pequenino passado de sofrimentos. Não é de temperamento místico e quase nenhuma influência religiosa, sofreu, pois morava com uma senhora avessa às coisas da religião, quando me foi confiada, pelas autoridades de Acesita. A ingenuidade quase tímida de sua narrativa não deixa de impressionar ninguém, ademais, vários outros fatos se deram, em confirmação do ocorrido na noite de 11 de novembro.¹⁰⁷

FIGURA 8: Jornal noticiando a aparição de Nossa Senhora para a criança Maria Cornélia. Arquivo pessoal das irmãs da Beneficência Popular.

¹⁰⁶ ALMEIDA, Luciano Mendes de. Decreto de criação da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular: Constituições das irmãs da Beneficência Popular, 1988. s/ pagina.

¹⁰⁷ Não há menção de nome ou data do periódico, reproduzido acima.

Em 1954, Dom Helvécio concedeu licença para a construção de uma ermida no alto do morro onde se deu a aparição.

1. Transpasses entre a assistência sócio-religiosa e a pastoral social

Em 1916, Dom Sebastião Leme de Silveira Cintra, que na época era arcebispo de Olinda, publicou uma carta pastoral que se tornou um marco para a Igreja no Brasil. Nela, indicava a fragilidade da Igreja institucional. As deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, a precariedade da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e suas dificuldades financeiras. Para este arcebispo, sendo o Brasil, uma nação católica, a Igreja deveria marcar uma presença muito mais forte na sociedade.¹⁰⁸

[...] não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são nossas escolas; leigo, o nosso ensino. Na força armada da República, não se cuida da Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública. Anti católicos ou indiferentes são as obras de nossa literatura. Vivem a achincalhar-nos os jornais que assinamos. Foge de todo à ação da Igreja a indústria, onde no meio de suas fábricas inúmeras, a religião deixa de exercer a sua missão moralizadora. O comércio de que nos provemos parece timbrar em fazer conhecido que não respeita as leis sagradas do descanso festivo. [...] Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escola, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo?¹⁰⁹

Pouco tempo depois desta carta, na década de 1920, delineou-se mais claramente o projeto de neocristandade,¹¹⁰ que atingiu seu apogeu entre 1930 e 1945 no Brasil. A Igreja não alterou seu caráter hierárquico, pautado na autoridade eclesiástica, mas buscou reconquistar sua influência na sociedade através de um diálogo parcial com as

¹⁰⁸ MAINWARING, Scott. A igreja da neocristandade, 1916-1955. In: *Igreja e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 41.

¹⁰⁹ *Carta Pastoral de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos*. Vozes, Petrópolis, s/d [O documento original data de 16 de julho de 1916].

¹¹⁰ A neocristandade é um termo utilizado para designar o conjunto de práticas e estratégias católicas utilizadas pelos membros da Igreja para que esta voltasse a ocupar o lugar privilegiado de que fora despojada com o fim do Padroado, cf. AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. Op. Cit. p. 47. Segundo Mainwaring, Op. Cit. o projeto eclesiástico de neocristandade no Brasil tem como marco inicial a Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, de 1916, que propôs a recatolicização do país.

inovações da modernidade no campo tecnológico (ciências) e político (Estados liberais), através da tentativa de exercer uma hegemonia no ensino e na moral.¹¹¹ Apenas nos anos 1960 a Igreja Católica adotou uma postura diferenciada, levando em consideração a autonomia e os reclamos do mundo do trabalho e da vida social, com apoio de lideranças leigas e populares.

Mas, no período em que a Sociedade Apostólica Beneficência Popular foi criada, na década de 1940, o imaginário católico via ainda com certa desconfiança não apenas as mudanças da época, mas também a interioridade humana, atingida pelo pecado, segundo a fé cristã. Assim, o filósofo Procópio Camargo elaborou o conceito de “internalização da fé”,¹¹² como síntese da resposta religiosa ao processo de mudança social associado à modernização. Com isso, ao mesmo tempo em que o fiel católico inseria-se no mundo segundo os preceitos político-sociais da sociedade liberal, ele mantinha suas crenças e valores inabaláveis. Porém, sobretudo a partir da década de 1930, essa internalização da fé mostrou-se insuficiente para assegurar a incidência da Igreja na sociedade, e com isso a fé ganhou dimensões inusitadas, sendo as ações apostólicas então articuladas, mobilizadas e visibilizadas sob a inspiração da Ação Católica.¹¹³

Dessa maneira, Alceu Amoroso Lima,¹¹⁴ em 1938, publicou a obra *Elementos da Ação Católica*, clamando pela necessidade de se passar de catolicismo praticante para catolicismo militante. O primeiro caracterizar-se-ia pela vivência de um catolicismo tradicional, associado à frequência aos sacramentos, os quais deveriam ganhar uma outra dimensão, integral, nos novos tempos que surgiam.¹¹⁵ Já o segundo propõe-se a “recatolizar os católicos”, o que, por sua vez, exige um grau de internalização da fé bastante elevado: uma nova identidade religiosa vai superar a antiga, sem romper com esta.

¹¹¹ MAINWARING, Scott. *Op. Cit.* p. 43.

¹¹² *Ibidem.* p. 84.

¹¹³ *Ibidem.* p. 85.

¹¹⁴ Alceu Amoroso Lima (ou Tristão de Athayde) nasceu no Rio de Janeiro em 1893. Formou-se em Direito em 1913. Desde 1919, quando publicou seus primeiros artigos em *O Jornal*, até hoje, ele é sinônimo de erudição e testemunho das transformações sociais. Foi um intelectual diretamente associado ao Modernismo Brasileiro, que atuou em várias frentes (foi crítico literário, crítico cultural, poeta, professor, ensaísta, advogado). Em sua dinâmica trajetória intelectual, houve um divisor fundamental, que foi sua volta ao catolicismo, numa atitude contrária ao que se esperava de um intelectual naquele momento. Vários intelectuais viram em tal fato um retrocesso, com risco de fechamento à vida cultural. Mas ocorreu o oposto: Alceu continuou aberto ao novo, às experiências estilísticas, mas mantinha intactas suas convicções religiosas, que eram o seu paradigma de vida. BUARQUE, Virgínia. *Historia do Catolicismo no Brasil contemporâneo*, 5ª aula (2014). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mimeo.

¹¹⁵ QUADROS, Eduardo. *Op. Cit.* p. 84.

A Dom Leme, aliaram-se o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio Cabral, e o arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, assim como Dom Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá e membro da Academia Brasileira de letras. O Vaticano apoiou o esforço da Igreja brasileira para fortalecer sua presença na sociedade, especialmente durante o papado de Pio XI (1922-1939). Foi nesse período que a Ação Católica tornou-se a peça-chave para a Igreja, bem como foram incentivadas as alianças com o Estado.¹¹⁶ Perdurava, inclusive, uma grande ligação entre Pio XI e Dom Leme, que o encorajou em sua restauração católica. O pontificado de Pio XI teve como lema “Restaurar todas as coisas em Cristo”, ou seja, restaurar no mundo o domínio espiritual da fé católica. Assim, a palavra “restaurar” serviu de base aos bispos brasileiros, que estavam em plena consonância com a Santa Sé.¹¹⁷

O período do apogeu da neocrisandade foi a primeira Era Vargas quando D. Leme consegue uma clara aproximação com o Estado conquistando apoio deste.¹¹⁸ Em contrapartida, setores importantes da Igreja apoiaram a instauração do Estado Novo em 1937. Em meados da década de 1940, surgiram outras figuras significativas da neocrisandade, como Dom Jaime Câmara, sucessor de Dom Leme, Dom Vicente Sherer, sucessor de Becker, e Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, na Arquidiocese de São Paulo. No final do período, recebeu o apoio de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, cardeal de São Paulo, e Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro.¹¹⁹

Para o projeto de neocrisandade, mostrava-se de crucial importância a presença de congregações religiosas, quer masculinas (atuando em paróquias e colégios), quer femininas (educação e saúde), como já mencionado no capítulo anterior. Estas congregações divulgam a fé católica entre as classes médias urbanas, contrapondo-se a outras igrejas cristãs e, paralelamente, atuavam na assistência social junto aos segmentos empobrecidos. Assim, a inclusão do religioso na modernidade social ocorreu por princípios de utilidade das instituições educacionais e de saúde. A crença tinha

¹¹⁶ A Ação Católica compartilha da proposta da neocrisandade de evangelizar em todos os campos, numa visão integralizante e totalizadora: não pode haver estado cristão, política cristã, alheios à ordem espiritual, alheios à catolicidade, ao espírito universal da igreja, que deve incluir e superar todas as demais ordens. A extinção da Ação Católica se deu em 1966, por orientação da CNBB. BUARQUE, Virgínia. *Historia do Catolicismo no Brasil contemporâneo*, 9ª aula (2014). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

¹¹⁷ AZZI, Rioldo. *A neocrisandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994, p.21.

¹¹⁸ MAINWARING, Scott. *Op. Cit.* p. 42-43.

¹¹⁹ BUARQUE, Virgínia. *Historia do Catolicismo no Brasil contemporâneo*, 9ª aula (2014). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

grande repercussão quando transformada em prática social, sobretudo em áreas onde o Estado era muito ausente.

Foi nesta específica configuração histórico-política que a Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, juntamente com monsenhor Rafael, desenvolveu vários trabalhos sócio-pastorais desde o início da fundação, nos diversos locais onde atuou. Assim, ela prestou auxílio aos segmentos populares em escolas, orfanatos, asilos, creches, centros catequéticos etc., com as irmãs adotando um estilo de vida similar ao cotidiano socioeconômico da comunidade em que se encontram inseridas, buscando viver a máxima evangélica de colocar-se a serviço do próximo. Segundo Clarice Bianchezzi,

Viver o compromisso religioso residindo junto aos pobres e bairros de periferia foi também aprender a conviver com a realidade concreta, conviver com as dificuldades que até então não se vivenciava dentro dos conventos, lidar com inúmeras limitações e negações. E ainda assim, manter vivo o compromisso religioso, dando testemunho da sua opção de vida religiosa [...] Inserir-se nos meios populares, nos anos 1960 a 1970, passa por uma opção vocacional, não como algo imposto, mas como uma escolha pessoal-religiosa de morar, atuar nos locais onde estariam os pobres, abandonando estrutura, estabilidade e vida nos conventos de muitas ordens tradicionais.¹²⁰

A abrangência de ações pastorais fora recomendada pelo próprio monsenhor Rafael desde os primórdios da história da Sociedade nos anos 1940, conforme registrado na memória institucional:

Peço às minhas filhas que muito se compadeçam do povo do interior. Temos tantos meios de melhorar a sorte destas populações. É preciso que todos tenham espírito de fé e trabalhem decididamente pelos pobres. O melhor não é dar esmolas, mas o trabalho. Por isso é que nossa sociedade existe. E que mantemos os seguintes projetos e atividades: projetos na região rural, escolas, asilo, creche, hospital, formação de liderança, educação popular, educandários.¹²¹

A orientação do fundador foi ratificada pelas *Constituições* ainda em suas versões sem aprovação canônica:

¹²⁰ BIANCHEZZI, Clarice. *Entre documentos e narrativas, marcas de identidade: a organização dos Centros de Desenvolvimento Infantil pelas religiosas da Fraternidade Esperança*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 57; 59.

¹²¹ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. Cit.* p. 91.

5. A finalidade da Beneficência Popular é colaborar com a Igreja na evangelização dos povos, para que o Reino de Jesus Cristo seja reconhecido entre os homens. 6. Para atingir a finalidade própria da sociedade, os membros: buscam na Eucaristia a fonte de suas energias e fazem da simplicidade, humildade e mansidão o patrimônio espiritual e característico da Beneficência Popular; Participam e acompanham as transformações do tempo e as exigências da Igreja, na luta pela construção do Reino de Verdade, justiça e amor; promovem humana e cristãmente todos, principalmente os mais necessitados do meio rural e periferia das cidades; Trabalham na Pastoral da Educação e Saúde, em Escolas Domésticas e Agrícolas, na Educação Popular, em Educandários e em quaisquer atividades onde se faça necessária a presença da Igreja, na evangelização e libertação integral do homem.¹²²

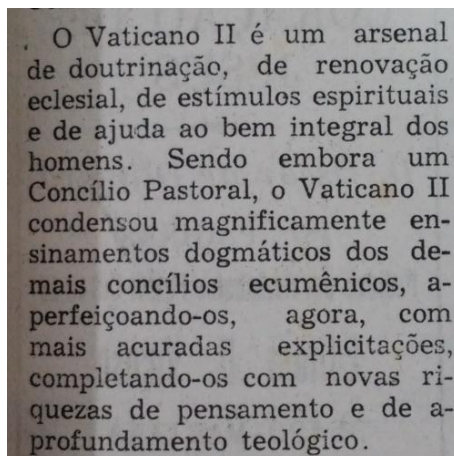
A preocupação de monsenhor Rafael coadunou-se, a seguir, com o enfoque mais explícito das questões sociais, assumido pela Igreja Católica desde, principalmente, a década de 1960, sob o viés dos projetos desenvolvimentistas. Sobretudo a partir desta data, a Igreja expandiu sua base social, abrindo-se para as camadas populares, sem abrir mão da colaboração Igreja-Estado. A atenção às camadas médias e populares foi ainda mais fortalecida com o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1959, e realizado entre 1962 e 1965, com o objetivo de aproximar Igreja e modernidade, atraindo cristãos afastados. A hierarquia eclesiástica reuniu-se para discutir a situação religiosa como necessidade emergente da Igreja em acompanhar o período de transformações sociais que ocorriam na sociedade e percebendo a urgência em restaurar algumas práticas pastorais com condição indispensável para sua própria sobrevivência institucional. Dentro esta renovação, estava o anseio em deter-se em aspectos sociais até então pouco valorizados em sua trajetória histórica. Nesse sentido, a instituição católica começou a valorizar sua composição para além do clero e religiosos consagrados, pois o povo também fazia parte de sua existência, muito mais que ser o receptor do anúncio evangélico, esse povo era protagonista da fé e do evangelho e sua valorização poderia colaborar para a sustentação do catolicismo mundo afora.¹²³ Segundo Scott Mainwaring, tal postura repercute nos rumos do catolicismo moderno mundial:

Tanto para os críticos como para os partidários, o Concílio Vaticano II (1962- 1964) marcava um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano. A despeito das contradições, tensões e limites que cercavam as mudanças, o Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou,

¹²² *Constituições* das irmãs da Beneficência Popular, 1988, p.8.

¹²³ BIANCHEZZI, Clarice. *Op. Cit.* p. 29

por exemplo, maiores responsabilidades, co-responsabilidade entre papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações.¹²⁴



O Vaticano II é um arsenal de doutrinação, de renovação eclesial, de estímulos espirituais e de ajuda ao bem integral dos homens. Sendo embora um Concílio Pastoral, o Vaticano II condensou magnificamente ensinamentos dogmáticos dos demais concílios ecumênicos, aperfeiçoando-os, agora, com mais acuradas explicitações, completando-os com novas riquezas de pensamento e de aprofundamento teológico.

FIGURA 9: Trecho do Jornal *O Arquidiocesano* significando o Concílio Vaticano II.¹²⁵

Para aplicar as orientações do Concílio Vaticano II na América Latina, foi organizada a II Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, no ano de 1968, na Colômbia. O tema central deste encontro era: *A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II*. Segundo Bezzo,

Medellín refaz, num certo sentido, o Vaticano II e, em muitos pontos, dá um passo além, aí emerge pela primeira vez a importância das comunidades de base, esboça-se a teologia da libertação, aprofunda-se a noção de justiça e de paz ligadas aos problemas da dependência econômica, coloca-se o pobre no centro da reflexão da Igreja no continente.¹²⁶

Dentre as orientações, foi definido que era preciso intensificar e adaptar as ações pastorais de acordo com as realidades do continente americano. Assim, os resultados da Conferência de Medellín traduzem-se no fortalecimento da opção pelos pobres,¹²⁷ com a

¹²⁴ MAINWARING, Scott, Op. Cit. p. 62.

¹²⁵ ORGÃO OFICIAL DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Concílio Vaticano II, sublime Dom de Deus. *O Arquidiocesano*, Mariana 28 nov. 1976. N. 898. Ano VXIII.

¹²⁶ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II*. Petrópolis. Vozes. 1993. p. 117.

¹²⁷ Leonardo Boff, procurando definir a teologia da libertação qualifica-a como sendo “o reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre essa mesma práxis.” Respalhada pela análise da situação social latino-americana, ela propunha-se a ser uma teologia libertada dos moldes europeus e enquadrada a uma nova situação. Uma “teologia pá no chão” como definiu Clodovis Boff (BEOZZO, José O. Igreja e Política. História Viva. *A Igreja Católica no Brasil: Fé e transformações*. Edição especial temática n. 2. Segundo semestre de 2005. Ver também: CUBAS, Caroline Jacques. *O Corpo Habitado: sentidos e*

consequente busca de fazer do evangelho uma força libertadora das opressões sofridas por eles.

Essa resolução desdobrou-se e foi amplificada pela experiência das Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs¹²⁸ – que se pluralizara e se potencializara dentro da Igreja e da sociedade, visando promover a pessoa, revigorar a comunidade e participar da construção de uma sociedade “justa e solidária, a caminho do Reino definitivo”.¹²⁹ Para Clarice Banhezzi,

[...] ‘desenvolver a noção de Igreja como povo de Deus’, abriu-se a noção de que a autoridade não poderia ficar apenas nas mãos dos bispos, padres, pois todas as pessoas eram/são Igreja, dessa forma, eram/são co-responsáveis e capazes de falar de e sobre Deus. Quebrando a ideia de monopólio de Deus, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs - na América Latina foram um dos exemplos ‘de que o povo de Deus organizado’ foi capaz de fomentar e transformar muitas realidades de opressão em ‘sementes de esperanças’ e concretude de mudanças sociais, aliando leigos, freiras, padres e bispos.¹³⁰

Segundo a pesquisadora Martina, as CEB’s são formadas, principalmente por mulheres:

A convocação dos fieis para tornarem-se sujeitos de sua história, saírem de sua condição de opressão e enfrente os problemas da pobreza, favoreceu uma participação maior das mulheres dentro da Igreja e da sociedade. Assumir funções de liderança nas atividades religiosas das comunidades; participar de um trabalho intenso de formação e conscientização; participar de clubes de mães; organizar-se para reivindicar água, luz, transporte, creche, moradia, preço acessível para os produtos; apoiar greves... , todas estas ações estimularam e legitimaram outras possibilidades para as mulheres em relação ao que lhes permitia o espaço doméstico.¹³¹

sensibilidades na formação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (Província Nossa Senhora de Lourdes, 1960 – 1990). 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis) ou uma “teologia da enxada”, nas palavras de José Comblin. Inspirada na ideia do Êxodo Bíblico, da luta de um povo escravizado por sua libertação, tal teologia era antes uma reflexão religiosa e espiritual que um discurso social e político, no entanto as preocupações com o social estão presentes e são fundantes dessa nova teologia.

¹²⁸As CEB’s surgiram no Brasil no início dos anos sessenta, como uma extensão do trabalho de Dom Agnello Rossi (quando estava em Volta Redonda, Rio de Janeiro) e Dom Eugênio Sales (quando em Natal, Rio grande do Norte). Comunidades Eclesiais de Base são pequenos grupos organizados que se formam em torno da paróquia por iniciativa de leigos, padres ou bispos com o intuito de desenvolver ações pastorais e evangelizadoras na comunidade que está inserida. (Professora Dr.^a Virgínia Buarque. *Historia do Catolicismo no Brasil contemporâneo*, 9ª aula (2014). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.)

¹²⁹CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991/1994.

¹³⁰BIANCHEZZI, Clarice. *Op. Cit.* p. 30.

¹³¹GARCIA, Martina Maria Eudósia, *Op. Cit.* p. 37.

No Brasil, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil),¹³² criada em 1952, lançou, em 1966, o *Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970*, com o intuito de que a Igreja se ajustasse rápida e o mais plenamente possível à proposta do Concílio Vaticano II.¹³³ Buscava-se, em termos metodológicos, enfatizar o conhecimento da realidade de uma localidade fazendo uma reflexão pastoral sobre ela, formando agentes e organizando assessorias à população, numa ação distribuída por seis “linhas de trabalho: Unidade visível da Igreja Católica; Ação Missionária; Ação Catequética; Ação Litúrgica; Ação Ecumênica; Ação da Igreja no mundo.”¹³⁴

No Brasil, as Pastorais Sociais, segundo a conceituação atual, nasceram na década de 70 do século passado, por um motivo muito claro: a insuficiência das mediações de trabalho social na Igreja Católica para dar conta, na época, dos novos problemas que atingiam amplos setores da sociedade brasileira.¹³⁵

A CNBB e a CRB¹³⁶ (Conferência dos Religiosos do Brasil) foram as grandes articuladoras das ações da Igreja Católica brasileira. Elas incentivaram algumas práticas pastorais e fizeram extinguir outras, conduzindo a Igreja ora a enfrentamentos com o governo, ora acomodando divergências. As pastorais sociais trazem para a Igreja a importância do engajamento da população e dos líderes populares, dando início ao processo de cidadania nas comunidades. Dessa maneira, “Comissão Pastoral da Terra (CPT) porta uma relação direta com o MST; a Pastoral da Saúde abre-se aos Conselhos de Saúde; a Pastoral Operária está ligada à luta sindical e à economia sócio-solidária; a Pastoral do Negro trabalha conjuntamente com a luta dos negros/as; a Pastoral da Mulher Marginalizada articula-se com a luta das mulheres e se liga à Marcha Mundial das Mulheres; a Pastoral da Criança participa dos conselhos da criança e do adolescente

¹³² A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é uma organização instituída pela Hierarquia eclesiástica do Brasil e aprovada pela Santa Sé, tendo como finalidade estudar problemas de interesse da Igreja, particularmente no Brasil e apresentar normas, aprovar e coordenar medidas, que facilitem e promovam a unidade de orientação e a conveniente atualização da pastoral. (Professora Dr.^a Virgínia Buarque. *Historia do Catolicismo no Brasil contemporâneo*, 9ª aula (2014). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.)

¹³³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Plano Nacional de Conjunto, p. 25.

¹³⁴ *Ibidem*. p. 2.

¹³⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. O que é Pastoral Social? Brasília/DF, 2001, p. 13.

¹³⁶ Órgão que também era responsável pelos aspectos que regiam oficialmente a vigência institucional da religião no país.

e do Conselho Tutelar e a Pastoral de Fé e Política articula-se com os Partidos Políticos ligados à luta popular”:¹³⁷

Para o nascimento e difusão das CEB's foi crucial o papel desempenhado pelas religiosas. Respondendo, com audácia e generosidade ao apelo do episcopado, um grande número dentre elas, vindas de diferentes ordens e congregações abandonaram o conforto de seus colégios voltados para jovens da classe média ou da elite e foram viver entre os mais pobres nas favelas, na periferia das grandes cidades ou em áreas social e pastoralmente desassistidas da zona rural.¹³⁸

As consequências do Concílio Vaticano II para as religiosas foram aos poucos sendo incorporadas. Nas CEB's, as religiosas mantiveram contato com movimentos sociais em que tratam, num primeiro momento, desigualdades sociais e, posteriormente, questões de gênero e raça. Na sua inserção como agentes de pastoral numa Igreja com ações direcionada para tornar o povo agente de transformações sociais, as religiosas se descobrem sujeitos nesse processo:¹³⁹ “[N]as CEBs, as religiosas foram não somente as mais numerosas [...], mas também, a qualquer outro fator que se possa compará-las, as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades.¹⁴⁰ Também as irmãs da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, assumiram o compromisso com as pastorais sociais em Mariana, Minas Gerais, em diferentes dimensões.

2. Na educação

No Brasil, em função da herança colonial do país, inúmeros integrantes do mundo intelectual e artístico foram providos de educação católica. Muitos assumiram a filiação religiosa como aspecto importante de sua identidade cultural, e outros ainda converteram o catolicismo no princípio gerador de seus trabalhos, em nome do qual intervinham nas disputas estéticas e políticas. Neste último grupo, encontram-se os

¹³⁷ FERRARO, Benedito. Prática pastoral e transformação social. *Horizonte* Revista de estudos de Teologia e Ciência da Religião da PUC Minas. Belo Horizonte, Vol. 5, nº.10, 19-31, jun. 2007.

¹³⁸ NUNES, Maria José Rosado. A Religiosa e o compromisso com os pobres no Brasil, in CEHILA, A *Mulher pobre na História da Igreja na América Latina São Paulo* 1984, 124-137. Apud BEOZZO, José Oscar. *A Recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil*, 2012. p. 15.

¹³⁹ GARCIA, Martina Maria Eudósia. *Recomposição da Vida Religiosa: Estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregações femininas*. 2006. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p.90.

¹⁴⁰ CUBAS, Caroline Jaques. A Vida Religiosa Feminina No Brasil Durante A Segunda Metade Do Século XX: um olhar historiográfico. *Revista expedições: teoria da história & historiografia* v. 5, n.2, julho-dezembro de 2014, p. 147. Ver também: Rosado Nunes, Maria José F. *Freiras No Brasil. Op. Cit.* p. 504.

intelectuais católicos que emergiram na cena cultural brasileira no final dos anos 1920 e tiveram impacto relevante até ao menos o fim da década de 1940.

A educação foi um campo de atuação característico da Congregação Beneficência Popular desde sua fundação, já que, o ensino era tido como recurso/canal para a promoção social. Nas diferentes cidades onde as irmãs da Beneficência Popular moraram, elas promoviam cursos de acordo com a realidade do município. Aulas de bordado, tricô, crochê, pintura, datilografia, escolas de ensino fundamental foram alguns dos cursos oferecidos.

A educação no Brasil no período em que a Congregação foi fundada (1946) até o ano de 1962 foi marcada pela disputa entre católicos e liberais e entre escolas públicas e escolas privadas. Na Constituinte de 1946, a escola católica defendia a liberdade de ensino e o direito da família em optar pela educação dos filhos. Fortificou-se a consciência de assumir com intensidade a tarefa de melhoria das escolas católicas para preparar elites cristãs capazes de influenciar a sociedade.

Nos anos 1960, eclodiu no Brasil e em grande parte da América Latina um movimento denominado progressismo católico, com seu núcleo doutrinal na Teologia da Libertação. Gestado nos anos 50, no bojo do desenvolvimento do catolicismo social, este movimento trouxe uma novidade: a igreja latino-americana desatrelava-se do Estado e das elites, fazendo uma opção pelos pobres e oprimidos do continente. Esse novo modo de ser Igreja redirecionou o aparato ideológico do catolicismo¹⁴¹.

Em 1962, antes do início do Concílio Vaticano II, a CNBB lançou o *Plano de Emergência* com o intuito de preparar a Igreja para uma profunda renovação. Seu foco maior foi na paróquia e no exercício do ministério sacerdotal, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade socioeconômica. Assim, o terceiro capítulo do Plano de Emergência foi dedicado à renovação dos educandários católicos que deviam caracterizar-se pelo espírito de família e pelo espírito missionário, para se tornarem “comunidades em estado de missão”. Com isto, iniciou-se a preocupação com a formação extramuros de religiosos e leigos educadores, por meio de cursos e congressos. Fortaleceram-se as associações de pais e o apoio ao movimento estudantil.¹⁴² Na Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, 1968, a

¹⁴¹BEOZZO, José Oscar, Op. Cit. 161.

¹⁴² CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência* para A Igreja do Brasil, Paulinas: São Paulo: 1963, p. 36.

educação foi um dos assuntos principais, sendo a educação libertadora¹⁴³ a alternativa apresentada como proposta para os modelos vigentes.

Seguindo estas orientações, as irmãs da Beneficência Popular, oferecem os cursos em cada casa da congregação, de acordo com realidade social do município onde residem. Como aconteceu em Timóteo, Minas Gerais, que, para melhorar a formação básica de toda a família dos moradores que foram residir neste município, foi fundado, em um edifício cedido pela empresa Acesita, o Instituto Educacional Monsenhor Rafael, onde foram oferecidas aulas de corte e costura, datilografia e alfabetização.



Figura 10: Aula de bordado para crianças da comunidade de Mariana, realizada pela Benepó, sem data. Acervo pessoal das irmãs da Beneficência Popular

Também em Miguel Burnier, quando foi constituída a casa de fundação da congregação, as irmãs ofereceram aulas de bordado e datilografia. Atualmente as irmãs organizam, em Alvinópolis, Minas Gerais, uma creche contendo 205 crianças no bairro mais pobre da cidade, além de ensinarem tricô, crochê, pintura e bordado na comunidade.

Não ocorreu, contudo, na maioria das escolas, uma passagem brusca da educação tradicional para a libertadora. Nos anos que precederam Medellín, grande parte delas já pusera em prática muitas das teorias da escola nova, principalmente as chamadas pedagogias não diretivas, sobretudo no pré-escolar.¹⁴⁴

¹⁴³Educação no meio social e político em que o aluno está inserido, ou seja, no seu contexto real.

¹⁴⁴CRESPO, Samyra, Escolas católicas renovadas e a educação libertadora no Brasil. In: Sanches. Pierre (org.) *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Loyola, 1992, 207.



Figura 11: Aula para alfabetização de adultos, [Sem local e data], realizada pela Benepó. Acervo pessoal das irmãs da Beneficência Popular

Segundo Samyra Crespo, o catolicismo era entendido como doutrina, estratégias institucionais e dinâmica social complexa, entre os anos de 1960 e 1980. No conjunto, como agência capaz de projetar diferentes identidades culturais no tempo e realizar projetos históricos aparentemente contraditórios¹⁴⁵. Importante ressaltar que o termo “educação católica” engloba tanto o ensino formal ministrado em escolas e universidades católicas, como o ensino não formal, voltado para a qualificação de grupos empobrecidos, sobretudo através de cursos profissionalizantes de curta duração na rede paroquial¹⁴⁶, como era os cursos lecionados pelas irmãs da Beneficência Popular.

3. Na promoção étnico-social

Monsenhor Rafael iniciou, em 1961, uma campanha de Integração Social e cultural da Coletividade Negra do Brasil, antes mesmo deste tema ser discutido, em 1965, no Concílio Vaticano II e em 1968, na Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín. Monsenhor Rafael estava preocupado com a realidade precária do grupo negro em São Paulo e viu a necessidade urgente de setores da sociedade fazerem algo a respeito,¹⁴⁷

¹⁴⁵*Ibidem*.p.153

¹⁴⁶*Ibidem*.p.154.

¹⁴⁷SILVA, Mário Augusto Medeiros. Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 85, p. 227-273, 2012. p. 262.

Empenhei-me nesta campanha, que me preocupa desde 1935, em favor dos 20 milhões de pretos abandonados no Brasil. Pelo programa da obra, pretendo habilitá-los à vida. Esmola é paliativo que não resolveria o problema [...] Peço a V. Excia. me auxilie a conseguir a Estação de Rádio e Canal de TV, como a organizar a Universidade Afro-Brasileira, números do programa que me possibilitarão levar avante a campanha [...] Quem se põe à frente de uma campanha, é forçado a lançar mão de todo recurso para vencer. [...] Dirigindo-vos esse apelo, em favor da integração nacional e cultural da coletividade negra no Brasil, penso nos 20 milhões de brasileiros que esperam ainda sua redenção econômica. Para acelerar a solução do problema [...] peço-vos a contribuição pessoal de Cr\$ 1.000,00, que unida às demais, possibilitará a aquisição do aparelho, a entrar imediatamente em atividade, levando o abençoado nome de São Paulo a todos os recantos do país.¹⁴⁸

Assim, monsenhor Rafael divulgava este trabalho em um programa na Rádio Nove de Julho, em São Paulo, e realizou o 1º Congresso Mundial da Cultura Negra em 30 de agosto de 1961 em Dom Silvério, cidade vizinha a Alvinópolis, Minas Gerais:

Estamos na hora de trabalhar para o levantamento do nível cultural e social dos homens de cor, descendentes dos escravos, que alicerçaram nossa nacionalidade. Protelar esta importante tarefa seria descuidar uma das mais elementares obrigações para com nossa Pátria, devedora dessa pobre gente que, abolida a escravatura, não conseguiu sair de sua situação deficitária.¹⁴⁹

No Concílio Vaticano II e na conferência em Medellín foi discutida a possibilidade de uma pastoral dos grupos étnico-culturais de acordo com a diversidade cultural que se encontra no Brasil. No ano de 1978, foi realizado, na sede da CNBB, em Brasília, o encontro de um grupo de estudiosos em busca de propostas para a evangelização do povo negro brasileiro. Assim, foi definido que a evangelização dos negros no país fosse considerada prioridade:

Nos últimos tempos, verifica-se um incremento notável, qualitativo, da consciência de uma identidade afro-brasileira que encontra suas principais manifestações em iniciativas não somente recreativas e folclóricas, mas especialmente de caráter associativo no campo

¹⁴⁸ Excertos de cartas do monsenhor Rafael Arcaño Coelho para a ACN, s. d. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo Ueim-UFSCar. SILVA, Mário Augusto Medeiros. Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 85, p. 227-273, 2012, p. 248.

¹⁴⁹ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. cit.* p. 28.

cultural, social e religioso. A Igreja não pode deixar de estar presente neste processo de tomada de consciência.¹⁵⁰

4. No trabalho

Na primeira metade do século XX, a Igreja Católica no Brasil percebia o trabalho como um valor moral dignificador do indivíduo e da sociedade, capaz de torná-la produtiva. Deveria ser assegurado e não explorado, mas condenava-se a luta de classes:

O medo da desordem como consequência do crescimento do proletariado internacional [que] levou a Igreja a divulgar, além das nacionalidades, seu discurso teológico-político de propaganda anti-revolucionária, legitimando-o, ao mesmo tempo, como um discurso crítico ao individualismo. A Igreja, colocando-se acima das classes, lança-se na pacificação da sociedade, buscando a solução da questão social pela via do paternalismo, e, principalmente, por meio da criação de um aparato jurídico-político que garantisse a harmonia social.¹⁵¹

De acordo com Quecini, para a Igreja Católica, a paz social seria resultado do acordo entre as classes, ou seja, da aceitação do papel de cada classe na hierarquia social determinada por Deus. Assim, o papel da igreja era de se posicionar como mediadora diante de qualquer conflito entre capital e trabalho. Com esta postura, o objetivo da igreja era de interceder, de forma mais ativa, no comportamento moral dos homens.

Foi neste contexto que Dom Helvécio solicitou ao monsenhor Rafael que se mudasse para Timóteo, em 1950. Desde o início da construção da empresa Acesita neste município, o papel da Igreja Católica foi fundamental para a conformação da sociedade local, evidenciada pela construção da Matriz de São José, padroeiro dos operários¹⁵², neste período. Com o mesmo propósito, as irmãs da Beneficência Popular também foram para a cidade de Timóteo, onde ofereceram cursos profissionalizantes e de alfabetização para as famílias dos trabalhadores.

Monsenhor Rafael insistia que “não devemos dar esmolas, mas sim, ensinar o povo a trabalhar” e, nesse sentido, as irmãs da Beneficência Popular desenvolveram

¹⁵⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. 8º Plano Bienal dos Organismos Nacionais, Brasília, DF, 1985-1986

¹⁵¹ SOUZA, Jesse Jane V. de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. p. 46.

¹⁵² São José era o modelo de operário ideal, de modo que a consagração da capela a este santo também reforçava o tipo de comportamento considerado adequado, ou seja, como São José, os operários deveriam ser amáveis e serviçais, fiéis à família, à pátria e à religião, pois como José, era do suor do rosto que extraíam o ganha-pão da família, devendo, como ele, suportar provações diante das quais outros teriam se revoltado.

parceria com a Acesita em projeto de reflorestamento de eucalipto que oferecia emprego e aumento de renda da família.¹⁵³ “Visto pela Igreja e pela companhia como uma forma de caridade, pois como diz Nazareno Ataíde (1986), para elas, este trabalho ‘... significava dar ocupação e salários, embora magros, a muita gente desempregada que não tinha onde se agarrar’”.¹⁵⁴

5. Nas ações comunitárias

As ações comunitárias, desenvolvidas pelas pastorais sociais, possuem um caráter social e educativo, como indicado pela CNBB:

Desenvolver atividades concretas que viabilizem essa transformação em situações específicas, tais como o mundo do trabalho, a realidade das ruas, o campo da mobilidade humana, os presídios, as situações de marginalização da mulher, dos trabalhadores rurais, dos pescadores, e assim por diante.¹⁵⁵

Composta por grupos de voluntários católicos, as ações comunitárias exercem uma assistência fundamentada na ideia de amor fraterno aos menos favorecidos da sociedade – famílias carentes, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais – sem interesses pessoais ou recompensas materiais. Desta forma, em nome da caridade, as irmãs da Beneficência Popular atuaram em pastorais sociais em várias cidades do país:

A Igreja Católica, por sua longa experiência e tradição na prática de ajuda à população em situação de carência, qualquer que seja ela, desenvolve, através de seus membros, ações voltadas para o atendimento a essa população, seja a partir de ações individuais ou de instituições assistenciais.¹⁵⁶

No ano de 1961, no Morro do Salgueiro, na cidade do Rio de Janeiro, as irmãs trabalharam fazendo recenseamento no bairro, assistiram crianças e adultos, ofereceram catequese, casamentos, batizados e promoveram campanhas para ajudar na construção de barracos para os pobres.

¹⁵³ QUECINI, Vanda Maria. *Timóteo: o legado urbano de um projeto*. 2007. 396f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, p. 299.

¹⁵⁴ ATAÍDE, Nazareno (1986), *Apud* QUECINI, Vanda Maria, *Ibidem*.p. 298.

¹⁵⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *O que é Pastoral Social?* Cartilhas de pastoral social, nº1. São Paulo: Ed. Loyola, 2001. p. 22.

¹⁵⁶ SILVA, Claudia Neves. Igreja Católica, Assistência Social E Caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, nº 15, p. 326-351, jan/jun 2006, p.330.

Como já foi dito, após a Conferência em Medellín, em 1968, é que as ações sociais se fortaleceram nas Comunidades Eclesiais de Bases e nas pastorais sociais. Isto foi possível com os incentivos de padres, leigos e religiosas de paróquias localizadas nos bairros de periferia. Ou seja, as atividades das pastorais sociais mobilizaram dezenas de voluntários, que atenderam outras dezenas de pessoas. Uma ação que é de pouca visibilidade, atuando em locais em que o poder público tem pouca ou nenhuma ação, substituindo-o na maioria das vezes.

Todas as primeiras sextas-feiras do mês, durante a madrugada, monsenhor Rafael e as irmãs faziam uma celebração e davam comunhão para o povo às pessoas que participavam. As irmãs contam, em entrevista, que a igreja ficava cheia. Era um trabalho de orientação e promoção do povo.

A irmã Francisca, relata que os trabalhos com as pastorais sociais, durante os episcopados de Dom Helvécio e Dom Oscar em Mariana, Minas Gerais, não eram tão presentes quanto foram durante o período de Dom Luciano. Com este, houve uma mudança de perspectiva. Ela concluiu que o trabalho que havia durante os episcopados dos dois primeiros bispos era apenas de assistencialismo, pois a igreja era mais fechada e conservadora. Com Dom Luciano houve uma abertura maior, possibilitando a realização das pastorais sociais mais efetivamente, pois com a vinda das mineradoras para Mariana na década de 1980 ocorreu uma expansão da cidade. Os problemas sociais cresceram e Dom Luciano viu a oportunidade de criar as pastorais sociais.¹⁵⁷

Já em Alvinópolis, além de algumas pastorais, uma das formas de ação comunitária por parte das irmãs, é o atendimento de medicina alternativa com a distribuição de chás para as enfermidades de acordo com a necessidade do povo.

Importante ressaltar que, ao menos no discurso, as ações comunitárias desenvolvidas pelas pastorais sociais, não se limitam a fornecer cestas básicas, roupas, remédios etc. É possível notar uma preocupação de que esta caridade possibilite a superação da situação de pobreza, em que vivem aqueles que são atendidos pelas pastorais. Preocupação essa que também está presente em documentos de orientação da CNBB, como a cartilha “O que é pastoral social?”, que coloca que a igreja demonstra a compaixão e amor de Jesus pelo ser humano através de ações de promoção humana junto aos setores marginalizados da sociedade.

¹⁵⁷ Entrevista cedida pela irmã Francisca Anselma Ferreira a Diego Omar Silveira, em 2004. *Apud* SILVEIRA, Diego Omar. *Religião, gênero e cidadania. 15 anos da Pastoral da Criança em Mariana (1988-2003)*. Monografia (Bacharelado em História). Mariana: UFOP, 2007.

6. Na Pastoral da Criança

A Benepó deu atenção privilegiada à Pastoral da Criança, sobretudo em Mariana, afinal, a Pastoral da Criança é um dos organismos que integram as ações sociais da CNBB. Ela atua, através da opção preferencial pelos pobres, na organização de algumas comunidades da periferia, orientando e acompanhando as famílias em ações básicas de saúde, educação, nutrição, cidadania e vida cristã desde a gestação até os seis anos de idade. Fundada em 1983, a Pastoral da Criança, foi fundada, pela médica pediatra e sanitarista Dra. Zilda Arns Neumann.

A dinâmica da Pastoral da Criança consiste em capacitar líderes voluntários, que residem na própria comunidade, para impulsionar atividades de combate à mortalidade infantil – que tinha índices elevados na década de 80 - e de melhoria da qualidade de vida familiar.

Em Mariana, Minas Gerais, a pastoral da criança foi inserida na comunidade através de Dom Luciano Mendes de Almeida, no ano de 1989. A Irmã Francisca coloca,

A pastoral da Criança caminhou rapidamente, ela cresceu rapidamente, por que o povo estava com vontade de participar. Então, assim, eu acho que a pastoral da criança foi um veículo de grande conscientização porque ela é uma pastoral muito organizada, tem um conteúdo muito bom, justamente nesse compromisso sócio-político muito grande como ela é. [...] A proposta da pastoral da criança é mais de acolher de 0 a 6 anos. Então seria a mãe gestante, depois a criança até essa idade de 6 anos. Seria mais assim: atender até a família, orientar muito a família, no sentido de estar cuidando desta criança, cuidando mais na parte da saúde. Da saúde em todos os sentidos, não só da saúde física, mas da saúde mental e espiritual da criança e da família. Então são atividades muito diversas.¹⁵⁸

Para irmã Francisca, colocar as crianças no centro, como fez a Pastoral da Criança, foi um grande desafio e, com suas ações, foram vendo as dificuldades que algumas crianças passavam de alimentação, estudos, educação etc. Assim, surgiram outras associações para dar mais suporte a essas crianças necessitadas como, os Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e os Conselhos tutelares em Mariana.

Segundo a irmã Icó, que assumiu a coordenação arquidiocesana da Pastoral da Criança após a saída da irmã Francisca deste cargo, uma das principais funções da Pastoral da Criança é visitar as famílias mensalmente para ver o desenvolvimento da

¹⁵⁸Entrevista cedida pela irmã Francisca Anselma Ferreira a Diego Omar Silveira, em 2004. *apud* SILVEIRA, Diego Omar. *Op. Cit.*

criança, sua alimentação e as necessidades da família. Em Mariana, a Pastoral da Criança e do Menor estão unidas e a Pastoral da Família separada destas. Porém, para irmã Icó, as três deveriam estar juntas, pois quando a Pastoral da Criança e do Menor visitavam as casas havia mais acesso aos problemas familiares que a Pastoral da Família não conseguia enxergar.



Figura 12: O trabalho na Pastoral da Criança. [Mariana, sem data].
Acervo pessoal das irmãs da Beneficência Popular

Ao falar do “Guia do Líder da Pastoral da Criança” irmã Icó coloca,

Seguimos todas as orientações da CNBB, porque a Pastoral da Criança é uma dimensão social da CNBB. Então ela segue todas as orientações da igreja em relação ao nosso trabalho de mística. Então todos os documentos que saem da CNBB são trabalhados na Pastoral da Criança também e isso tudo faz com que a fé seja sempre mais viva.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Entrevista concedida pela irmã Etsuko Haibara (Icó) a Diego Omar Silveira, em 2004. *Apud* Silveira, Diego Omar. *Religião, gênero e cidadania. 15 anos da Pastoral da Criança em Mariana (1988-2003)*. Monografia (Bacharelado em História). Mariana: UFOP, 2007.

Atualmente, a Pastoral da Criança não é mais coordenada pelas irmãs da Beneficência Popular, mas possuem uma irmã representante na composição dos membros do Conselho Arquidiocesano Pastoral (CAP) que está sob a presidência do atual arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha.

7. Na formação dos agentes

No *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970* e nas *Diretrizes gerais da pastoral da igreja no Brasil*, há uma preocupação em relação à formação de agentes pastorais com ação evangelizadora que realizem ações missionárias, catequéticas e litúrgicas, enfatizando o conhecimento da realidade da comunidade. Com este plano, juntamente com as orientações do Vaticano II, a igreja Católica via a necessidade de entender como os setores populares, os mais atingidos pelas novas religiões, expressavam sua conduta de fé.

É fundamental que os agentes transformadores estejam inseridos na realidade do povo, não para conduzi-lo, apresentando-lhes soluções prontas, mas para estimular o diálogo como aprendizado para a participação consciente, solidária, responsável. Nenhuma transformação autêntica se realiza por outorga benevolente. Os que resistem às transformações necessárias se dispõem a aceitar o diálogo, para evitar os conflitos, apenas quando se defrontam com um povo consciente de seus direitos e responsabilidades, e decidido a se comprometer com isso.¹⁶⁰

Neste sentido, as irmãs da Beneficência Popular, a partir de suas experiências pastorais, ofereceram em Timóteo, Minas Gerais, assistência em paróquias e capelas vizinhas. Onde não havia sacerdote, as irmãs promoveram encontros de comunidades eclesiais de base (CEB's) e atividades pastorais sociais. No Rio de Janeiro, em 1961, foi disponibilizado pelas irmãs catequese para adultos, batizado e casamentos. Em Alvinópolis, Minas Gerais as irmãs visitam hospitais e família dos doentes.

A presença marcante das irmãs em Miguel Burnier contribuiu para a formação religiosa da população do local. No ano de 1974, foi criado o Centro Catequético São Domingos Sávio.

Fundado em 15/03/74 e inaugurado no dia 6 de maio do mesmo ano, na festa do padroeiro de Miguel Burnier com missa festiva e

¹⁶⁰CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da pastoral da igreja no Brasil*. p. 5

procissão. A diretoria foi constituída por 36 membros sob a orientação do vigário da paróquia e irmã Geralda. As atividades do Centro Catequético se desenvolveram na Paróquia, “Usina Wigg” e “Chrochatt de Sá”, onde se promove a Catequese, festinhas educacionais de promoção e esportiva. Também a catequese de adultos, se realizou e conferiu 25 diplomas de formação evangélica. O catecismo infantil contava na época, com um total de 400 crianças nos três centros. As atividades do Centro Catequético promoveram melhoramentos das capelas com aquisição de bancos, paramentos, mesa para o altar etc. Além da catequese, o Centro Catequético desenvolveu também um trabalho social entre as crianças da maior importância para a comunidade local.¹⁶¹

8. A espiritualidade de se fazer povo

A partir de suas experiências, as irmãs da Beneficência Popular reafirmaram o seu intento de trabalhar pelos pobres e marginalizados, de acordo com as orientações do monsenhor Rafael. A proposta das irmãs era de identificar-se ao máximo possível com o povo,¹⁶² principalmente do meio rural assumindo, neste sentido, como lema “Tudo para todos”. Assim, irmã Helena afirma:

Hoje somos muitas, em comparação com o início. Das mais variadas famílias, das mais diversas situações, dos mais distantes lugares, fomos reunidas numa só família. E o que nos une é também o que nos dá força. Todos sabem muito bem que o que nos une não são interesses econômicos, pois não constituímos uma empresa, mas a fé, a esperança e a caridade. Pela fé acreditamos na bondade de Deus e no poder que ele deu aos homens. Pela esperança estamos sempre à procura, sempre inconformadas com o presente e abertas para o futuro. Pela caridade, queremos estar a serviço dos mais pobres, em todas as suas necessidades. Nossa missão exige que vivamos uma vida pobre, sem muita complicação exterior. Enfim, todas as exigências de uma vida que nos faz irmãos dos irmãos.¹⁶³

As irmãs expressaram graficamente, em um escudo, esse lema, então reconhecido como missão da Congregação:

O triângulo, símbolo da perfeição da Trindade, nos convida a vivermos mais no amor, na fraternidade, na solidariedade, na justiça e na amizade, a exemplo do Pai, que não hesitou em enviar seu Filho para anunciar: ‘Amai-vos uns aos outros’. A sigla B.P., circundada pelo triângulo, sugere que a Beneficência Popular tenha como meta

¹⁶¹ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. cit.* p. 122.

¹⁶² Segundo Eduardo Quadros, o conceito de “povo” emergiu como um assunto religioso na segunda metade do século XIX. Antes, surgira como uma questão política, nas Revoluções, e como objeto de ciência, na segunda metade do século XIX, cf. QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Op. Cit.* p. 86.

¹⁶³ Trecho da Irmã Maria Helena Vasconcelos Paiva, extraído do documento “Beneficência Popular”, elaborado pelas irmãs. Sem numeração de página.

estar sempre vivendo o amor trinitário. As letras pontiagudas do B e P demonstram que a Beneficência deve estar sempre voltada para o Projeto de Deus, em todo e qualquer lugar. As palavras de São Paulo, 'Tudo para todos', circundada pelo triângulo, simboliza que só podemos realizar a nossa missão apostólica, em sintonia com o amor que nos une o Pai, o Filho no Espírito Santo. A cor encarnada do 'B.P.' simboliza o calor ardente do coração de Cristo, que deve sempre nos impulsionar a fazer o bem, para que os ensinamentos de Cristo, possam sempre se transformar em terra, pão e liberdade para o homem. A cor azul do 'Tudo para todos' quer expressar: O bem não tem fronteiras – é aberto e livre com a extensão do céu.¹⁶⁴



Figura 13: Irmãs da Benepó com o escudo da Congregação em uma bandeira [sem local e data].¹⁶⁵

¹⁶⁴ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação.* 1986. *Op. cit.* p. 114.

¹⁶⁵ *Ibidem.* p.113.

1. Um perfil de formação profissional

Desde a fundação da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, em 1946, até os dias de hoje, 159 religiosas ingressaram nessa Congregação. De acordo com a irmã Consolação,¹⁶⁶ atual diretora geral da instituição, no início, a maioria das integrantes eram negras, pertenciam a famílias pobres e tinham pouco ou nenhum estudo, como ela coloca, “No começo da Congregação a grande maioria das irmãs era negra e tinham apenas o ensino fundamental, 50% negras ou indígena e 5% eram brancas”.¹⁶⁷

Provindas de grupos sociais empobrecidos e discriminados, as irmãs que ingressaram na Beneficência Popular fizeram a opção por se dedicarem aos demais que, como elas, passavam por inúmeras provações socioeconômicas, e isto através de uma prática religiosa à qual se consagravam como irmãs de vida ativa. Elas escolheram permanecer em tal condição de pobreza, ainda que não de miséria, sobrevivendo do próprio trabalho,¹⁶⁸ mesmo tendo como possibilidade o ingresso em congregações de maior suporte, onde disporia de maiores recursos financeiros e até um certo conforto.¹⁶⁹

Desde a fundação da Congregação, em 1946, até a década de 1980, grande parte das irmãs, mais exatamente 38,5%, ao ingressarem para a Benepó, havia concluído os estudos apenas até o ensino fundamental, como mostra a tabela 1, entanto 24% haviam concluído o ensino médio e 37,5% das irmãs não possui este dado na ata.¹⁷⁰ A partir desta data até os dias de hoje,¹⁷¹ o número de irmãs com escolaridade concluída até o ensino médio tornou-se maior. Nesta perspectiva, como indica Maria Aparecida Correa Custódio, as congregações de vida ativa acabavam por propiciar, em função das exigências requeridas àquelas que nelas atuavam, uma profissionalização e de uma

¹⁶⁶Entrevista concedida pela irmã Maria da Consolação Coelho a Clarissa Milagres Caneschi em 8 jul. 2015.

¹⁶⁷*Ibidem.*

¹⁶⁸ Algumas irmãs desempenham trabalhos paralelos à manutenção das casas da Congregação, a exemplo da Irmã Maria Batista que trabalha na prefeitura da cidade de Coronel José Dias, estado do Piauí.

¹⁶⁹ BIANCHEZZI, Clarice, *op. cit.*, p. 65.

¹⁷⁰ ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Ata de registro de dados pessoais das irmãs da Beneficência Popular.

¹⁷¹ GARCIA, Martina Maria Eudósia, *Op. Cit.* p. 152.

formação intelectual, contribuindo para sua saída do mundo doméstico.¹⁷² Isto mostrou-se procedente no caso da Benepó: várias irmãs concluíram seus estudos (tanto no ensino fundamental quanto o ensino médio) depois de entraram para a Congregação. Ademais, a partir de 1947, outras religiosas buscaram formação em cursos profissionalizantes, e outras ainda, que entraram a partir de 1956, graduaram-se em nível superior em cursos diversos.

A maioria das irmãs da Benepó, ao formarem-se nos cursos profissionalizantes, privilegiaram atividades associadas às demandas mais imediatas dos grupos sociais a que buscavam atender, concentrando-se em áreas de ensino e saúde: corte e costura, datilografia, enfermagem, administração hospitalar, decoração e magistério. Também Ana Cristina Pereira Lage destacou, em suas pesquisas, a preferência por áreas de ensino e enfermagem na formação das irmãs, em função dos trabalhos que elas já executavam nas comunidades:

[...] as congregações de ‘vida ativa’ caracterizavam-se por um misto de práticas sociais e religiosas, sendo que as mulheres poderiam circular pelas cidades e responderiam principalmente às necessidades de auxílio aos doentes, ao cuidado de crianças órfãs e abandonadas, como também aos princípios educativos do momento. [...] Praticavam diversas atividades, como professoras e enfermeiras [...].¹⁷³

Martina Maria Eudósia Garcia, por sua vez, destaca que tal opção formativa não viabiliza uma transformação mais efetiva das áreas de atuação feminina na sociedade brasileira, perdurando a restrição da ação profissional da mulher à similitudes com o espaço da casa e ao cuidado com os frágeis:

A maioria das escolhas [dos cursos] continua dentro das funções tradicionalmente próprias de mulheres, ou do estereótipo feminino: cuidado com a educação, saúde, assistência, funções que prolongam o espaço doméstico e com elas a perpetuação da lógica da divisão sexual do trabalho e de seu universo simbólico, da forma como se constroem as relações de gênero na sociedade e na Igreja.¹⁷⁴

De forma concomitante, 17 irmãs da Benepó formaram-se em nível superior, nos cursos de: medicina, contabilidade, letras, enfermagem, economia doméstica, história, filosofia, música, terapias naturais e pedagogia. Note-se que, nos anos 1990, ocorreu

¹⁷² CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa, *Op. Cit.* p. 104.

¹⁷³ LAGE, Ana Cristina Pereira, *Op. Cit.* p. 48.

¹⁷⁴ GARCIA, Martina Maria Eudósia, *op. cit.* p. 152.

uma maior valorização do ensino superior entre as irmãs das congregações, pois as religiosas começaram a procurar novos campos de trabalhos, em paralelo à sua ação pastoral inserida em paróquias e CEB's.¹⁷⁵ Em entrevista com a irmã Francisca, que se graduou em economia doméstica, ela explica a escolha do seu curso, reforçando a hipótese de que as irmãs norteavam suas preferências formativas para um melhor atendimento das demandas sociais. Ao mesmo tempo, sua narrativa lança algumas indagações acerca da restrição da atuação profissional das mulheres ao lar e ao âmbito do cuidado, mesmo com uma formação profissional em nível superior. Assim, a despeito do curso concluído por irmã Francisca denominar-se “economia doméstica”, a atuação das mulheres por ela orientadas mostrava-se fundamental para prover a subsistência de suas famílias, em um ambiente social em que o pequeno comércio, pequenos serviços, atividades agropastoris, além do próprio cuidado com a casa, crianças e idosos encontravam-se mesclados. Pode-se então supor que as religiosas atuavam, sim, a partir da casa e das atividades de cuidado social (ensino e saúde), mas sem necessariamente limitarem-se apenas a ela; pelo contrário, por vezes faziam dessas práticas (com as relações humanas que elas propiciavam) um trampolim para outras questões que poderiam ser abordadas:

[...]eu li sobre o curso, o conteúdo dele, né? O currículo e tudo e falaram que tinha matéria que ajudava as pessoas da zona rural e essas moças que se formavam na escola doméstica, era como se fosse assistente social do meio rural, né? Preparadas mais pra ajudar e complementar o trabalho do meio rural porque tinha matérias que ensinava meios de cultivar terra então as moças estudavam economia doméstica pra ajudar a viver, a família, a fazer projetos de promoção da família.¹⁷⁶

Observe-se que, curiosamente, apenas algumas religiosas dispunham de formação específica em licenciaturas, com habilitação para o ensino na educação formal. Simultaneamente, porém, algumas irmãs deram continuidade em seus estudos concluindo também a pós-graduação na área de pedagogia. A configuração cultural-educativa das religiosas da Benepó encontra-se apresentada na tabela 2.

Em paralelo, a falta de estudos não foi um empecilho suficientemente forte para impedir a atuação das irmãs da Benepó. Em entrevista, a atual superiora da congregação relatou que, desde os primeiros tempos dessa instituição, aquelas que não possuíam formação mais qualificada passavam determinadas horas do dia estudando o que iam

¹⁷⁵*Ibidem*.p. 156.

¹⁷⁶ Entrevista concedida pela irmã Francisca Anselma Ferreira a Clarissa Milagres Caneschi em 2014.

ensinar durante a noite, num criativo e corajoso processo de autodidatismo, face à ausência de recursos financeiros e mesmo de cursos em que as irmãs pudessem capacitar-se.¹⁷⁷ “Antes, as irmãs davam aula sem ter curso, a irmã era confiada por ser irmã. Passavam o dia estudando para ensinar depois”.¹⁷⁸

Afinal, a responsabilidade assumida pelas religiosas era muito grande, uma vez que, segundo irmã Consolação, as pessoas confiavam nos ensinamentos por elas ministrados em aulas, cursos, atividades catequéticas e outras ações pastorais, simplesmente por serem irmãs que estavam instruindo.

Atualmente, a Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular conta com 50 irmãs, destas, 36 são aposentadas, 9 não trabalham de forma remunerada e 5 têm carteira assinada, como mostra a tabela 3. Para a irmã Consolação, hoje as irmãs da Benepó “concorrem em concursos, têm competência e entendem que são presença no trabalho.”¹⁷⁹

Observa-se, portanto, que as religiosas, articulando apostolado e formação cultural, potencializaram-se através dessas ações. Ministrando catequese, lecionando cursos diversos, coordenando uma associação, dirigindo ações de caridade como a Pastoral da Criança eram tarefas que exigiam inteligência, imaginação e memória, em similitude a atividades tradicionalmente tidas como de atribuição a segmentos letrados e culturalmente refinados, como a homilia de um padre, por exemplo.¹⁸⁰ Havia também um esforço constante para que o tempo presente pudesse ser acompanhado, pois, como indicado por irmã Ilda, monsenhor Rafael as aconselhava a não viverem fora da época,¹⁸¹ e sim estar sempre acompanhando a atualidade. Para esta religiosa, “a realidade é bem exigente, mas a gente consegue viver e testemunhar”.¹⁸² Nas entrevistas feitas com as irmãs, é possível notar que elas não apenas viviam sua opção, mas também falavam sobre elas, dando-lhes sentido e confirmação:

[...] Nosso trabalho é de dedicar mesmo. Como me sinto bem fazendo isso! Me entristece quando domingo eu preciso ficar em casa. Às vezes as pessoas falam que vêm visitar a gente, eu entendo que não é só fazer visita, ela tem que ver como pode ajudar. Nosso trabalho é atender o povo, se precisou de conversar com a gente, estamos prontas pra atender. Somos aposentadas com salário mínimo e é disso que nós

¹⁷⁷ Entrevista concedida pela irmã Maria da Consolação Coelho a Clarissa Milagres Caneschi em 8 jul. 2015.

¹⁷⁸ *Ibidem*

¹⁷⁹ Entrevista cedida pela irmã Maria da Consolação Coelho, *Ibidem*.

¹⁸⁰ CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa, Op. Cit. p 106.

¹⁸¹ Entrevista cedida pela irmã Ilda Gomes, *Ibidem*.

¹⁸² Entrevista cedida pela irmã Ilda Gomes, *Ibidem*.

nos mantemos. Os desafios são grandes porque nós somos 7 irmãs [em Alvinópolis], 6 aposentadas e as despesas são grandes. Mas, o povo em Alvinópolis valoriza muito o trabalho das irmãs então nos ajudam, tem umas pessoas que falam até que não gostamos de pedir, mas a gente não pede não. Às vezes mandam cesta básica pra gente, nós dividimos com uma moça que precisa, que não tem pai nem mãe mais, mas é nosso trabalho. E assim a gente vai conduzindo a vida até quando Deus permitir.¹⁸³

Em outro depoimento, também é afirmado:

Hoje somos muitas, em comparação com o início. Das mais variadas famílias, das mais diversas situações, dos mais distantes lugares, fomos reunidas numa só família. E o que nos une é também o que nos dá força. Todos sabem muito bem que o que nos une não são interesses econômicos, pois não constituímos uma empresa, mas a fé, a esperança e a caridade. Pela fé acreditamos na bondade de Deus e no poder que ele deu aos homens. Pela esperança estamos sempre à procura, sempre inconformadas com o presente e abertas para o futuro. Pela caridade, queremos estar a serviço dos mais pobres, em todas as suas necessidades. Nossa missão exige que vivamos uma vida pobre, sem muita complicação exterior. Enfim, todas as exigências de uma vida que nos faz irmãs dos irmãos.¹⁸⁴

Assim, é possível perceber que o acesso das irmãs da Benepó à formação profissional e superior desenvolveu a visão, os espaços, alargou os discursos e as formas de atuação, admitindo distintas possibilidades de participação na Igreja e na sociedade, mas sem afastá-las de seu compromisso com a promoção dos setores populares.

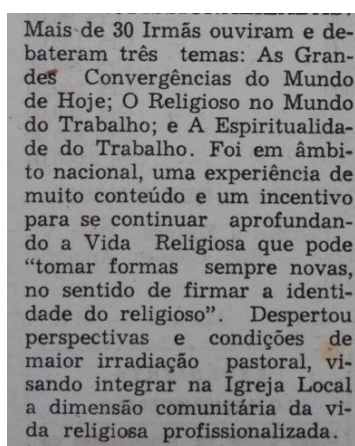


FIGURA 14: Jornal *O Arquidiocesano* ressaltando a importância da profissionalização das religiosas.¹⁸⁵

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Trecho da Irmã Maria Helena Vasconcelos Paiva extraído do documento “Beneficência Popular” confeccionado pelas irmãs. Sem numeração de página. Sem data.

¹⁸⁵ ORGÃO OFICIAL DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Religiosas Profissionalizadas. *O Arquidiocesano*, Mariana, 28 dez. 1975. N. 850. Ano XVII.

2. O exercício do poder no interior da Congregação

Pode-se considerar que as mulheres da Beneficência Popular apresentam-se como sujeitos também sob o viés da definição foucaultiana, ou seja, formadas nas/pelas relações de poder. Para este autor, o poder pode ser compreendido como

Um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.¹⁸⁶

De forma específica, no cotidiano do exercício de poder da Benepó, observa-se que esta Congregação confere grande autonomia à ação feminina. Desde 1950, quando monsenhor Rafael foi convocado a fazer algumas viagens a pedido da Igreja, as irmãs se viram com uma maior emancipação para gerenciar a casa. Registros de atividades, serviços e despesas são atribuições comuns na Congregação às mulheres, delas exigindo conhecimentos em administração, matemática e contabilidade. Saberes que, não raramente, sobretudo nos primeiros tempos de fundação, as irmãs tiveram que aprender na prática.

Na hierarquia da administração da Congregação, a autoridade máxima é exercida pela diretora-geral, apoiada por seu Conselho, composto por cinco irmãs: “Em atitude de serviço, a diretora geral governa, anima, coordena, promove a unidade no Instituto, segundo o carisma do fundador, visando a sua vitalidade espiritual e apostólica”.¹⁸⁷ Cabe à diretora-geral representar o Instituto junto à Igreja e ao fórum civil; manter as boas relações comunitárias e as trajetórias de cada irmã no interior da Congregação; convocar e presidir as assembleias; zelar pela observância das *Constituições*. Já em conjunto com o Conselho, a diretora-geral é responsável por: escolher e nomear as coordenadoras locais; transferir as irmãs de comunidade; estudar os pedidos de fundação de novas casas, bem como fechamento de outras; admitir novos membros com a participação da equipe de animação vocacional; autorizar despesas importantes com o parecer da equipe de administração financeira; conceder, se for o caso, licença às irmãs

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hebert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 243.

¹⁸⁷ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Novena ao Sagrado Coração de Jesus em Ação de Graças ao Centenário de mons. Rafael Arcaño Coelho*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2003. p. 50.

que a solicitarem.¹⁸⁸ As pesquisas na área das ciências humanas têm indicado que a estrutura de organização religiosa feminina, com a instituição do “cargo” de superiora geral - como comumente ocorreu nas congregações de vida ativa e apostólica-¹⁸⁹, criado entre os séculos XVII e XVIII no contexto da Reforma Católica, atraiu grande número de mulheres, durante vários séculos.¹⁹⁰ E na sequência do Concílio Vaticano II (1962-1965), “as religiosas, atualmente, contam com um espaço de liberdade individual e poder de participação que não tinham ontem em relação a poder decidir sobre a organização interna de suas congregações.”¹⁹¹ Tal atrativo parece ter se mantido na Benepó, face à possibilidade das mulheres serem gestoras, em alguma medida, da própria trajetória institucional. Aliás, irmãs da Benepó participaram da construção do próprio *Estatuto* da Congregação, a pedido do monsenhor Rafael:

Estou enviando a todas as casas da Beneficência cópia de nossos *Estatutos* já refundidos e reformados conforme instruções do Revmo Senhor Padre Francisco Xavier Bockey OFM, especializado no assunto, para que todas vejam, estudem, ponderem, corrijam, emendem, e devolvam ao meu endereço, a tempo de neles introduzir as sugestões apresentadas, passando-os logo às mãos do Exmo.e Revmo. Senhor Arcebispo Dom Oscar, que os levará a Roma, para a terceira e última sessão do Concílio, em setembro próximo.¹⁹²

Por esse *Estatuto*, as eleições da diretoria-geral e do Conselho da Benepó são feitas em assembleia geral, com os votos dos membros presentes. O mandato destes cargos é de quatro anos, e pode haver reeleição.¹⁹³ Segundo irmã Consolação, a “Congregação tem a sua vida própria, porém devemos nos aconselhar para determinadas decisões com o Arcebispo de Mariana que nos acompanha nas assembleias, sendo o elo entre o Instituto e a Igreja”.¹⁹⁴

Mesmo com toda essa organização na gestão da Congregação, é inegável que conflitos são inevitáveis, contudo, segundo a irmã Consolação, “vida consagrada é feita de seres humanos, mas nada que não seja resolvido com um bom diálogo como nos

¹⁸⁸ *Constituições das Irmãs da Beneficência Popular*. 1988, p. 50. Por sua vez, compete à diretora de cada casa local: organizar com as irmãs o planejamento comunitário; zelar pela fidelidade das irmãs ao carisma do fundador; animar a comunidade para a missão etc. cf. *Ibidem*, p. 52.

¹⁸⁹ GARCIA, Martina Maria Eudósia, *Op. Cit.* p. 170.

¹⁹⁰ CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa, *Op. Cit.* p. 104.

¹⁹¹ GARCIA, Martina Maria Eudósia, *Op. Cit.* p. 127.

¹⁹² ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Carta Circular de monsenhor Rafael destinada às Irmãs*, 1964.

¹⁹³ *Constituições das Irmãs da Beneficência Popular*. *Op. cit.*

¹⁹⁴ Entrevista cedida pela irmã Maria da Consolação Coelho, *Ibidem*.

ensina o mestre Jesus.”¹⁹⁵ Sob tais tensões, porém, documentos e depoimentos silenciam.

3. Uma nova simbólica

A figura da mulher religiosa na Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular configurava-se de maneira bastante distinta das representações comumente associadas às imagens das freiras circulantes no Brasil ainda em meados do século XX, quanto esta instituição foi fundada.

Um dos aspectos que logo chamava a atenção das comunidades paroquiais em que as religiosas da Benepó atuavam era a dispensa do uso do hábito, concedida por monsenhor Rafael. O propósito era favorecer um contato mais efetivo entre as consagradas e o cotidiano das pessoas e grupos sociais com que lidavam, isto, quase vinte anos antes da reforma litúrgica e institucional do Concílio Vaticano II. Desta maneira, conforme enunciado pelas irmãs:

Vivemos e convivemos na simplicidade para poder não demonstrar. Ele [Monsenhor Rafael] não deixou que a gente usasse o hábito, porque ele dizia que o hábito distanciava as pessoas de nós, então ele fundou a congregação sem hábito, justamente para ter mais aproximação, esse calor humano juntamente às pessoas. [...] Antigamente as irmãs usavam sempre manga cumprida e saia. Depois foi mudando, hoje nos vestimos normal. [As irmãs] eram conhecidas como ‘irmãs de monsenhor Rafael’. Não temos distintivo nenhum, não carregamos nada para poder falar ‘eu sou Irmã’ não o próprio ser da gente demonstra, às vezes, em viagem, as pessoas perguntam ‘a senhora é freira?’ não é porque ‘tô’ com escapulário ou com o terço na mão, mas parece que a gente é diferente, querendo ou não, demonstra ser pessoas diferentes.¹⁹⁶

Pode-se projetar o alcance inovador desta prática se for cotejada com descrições do aparato simbólico que envolvia a tradicional figura da religiosa no Brasil.

É promovida uma desorganização da imagem pré-existente seguida de uma reorganização de acordo o modelo religioso. Isso é alcançado através de práticas ritualizadas, como os ritos de iniciação – mudam de nome, vestem o hábito e a idade natural é substituída pelo tempo de entrada na ordem – ou as práticas de perda da propriedade pessoal – os objetos, mesmo pessoais, eram considerados de todos –, de controle

¹⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁹⁶ Entrevista cedida pela irmã Ilda Gomes. *Ibidem.*

e bloqueio das informações sobre si – evitam conversar sobre seu passado ou famílias.¹⁹⁷

Segundo a pesquisadora Martina Garcia, após o Concílio Vaticano II, a reorganização da vida religiosa deixou de tomar o passado como referência prioritária, bem como de valorizar o “afastamento do mundo”. De forma distinta, ela passa a buscar inserir-se na sociedade. Os muros materiais e simbólicos que tinham como intento preservar as consagradas dentro de concepções pré-modernas tinham caído.¹⁹⁸

E uma dessas barreiras mais expressivas, tanto no sentido simbólico como material, era a corporeidade. De acordo com o historiador Riolando Azzi, no período em que a Beneficência Popular foi fundada, o corpo era visto, pela Igreja Católica, como um elemento negativo, devendo ser ocultado e, se possível, negado. A repressão ao corpo era ainda mais intensa na vida religiosa. A ética sexual pela qual a mulher aparecia como um ser perigoso e pecaminoso dificultou às freiras das congregações tradicionais assumirem sua condição de mulheres. A veste religiosa era uma forma de negação da feminilidade ao esconder as formas naturais do corpo e ao incorporar elementos do vestuário masculino.¹⁹⁹ Essa aparente negação veiculava certa imagem de mulher – fazia-se morrer Eva (a tentação, o pecador), e viver Maria (a pureza, a graça).²⁰⁰

Religiosas transmitiram essas mentalidades às alunas, que, por exemplo, embora dormissem em quartos comuns, nunca se apresentavam despidas diante das colegas (elas colocavam a colcha ou o lençol sobre os ombros para se trocarem); eram tomados cuidados durante o banho, que deveria ser rápido e com uma irmã à porta do banheiro, nela batendo em caso de demora. Assim, atitudes de modéstia e pudor com relação ao corpo eram frequentemente inculcadas nas jovens. Embora a pureza fosse a maior virtude, os pecados contra a castidade eram um assunto muito delicado, quase sempre abordado por metáforas.²⁰¹

A contraposição entre o estilo de vida religiosa adotada pela Benepó fica ainda mais evidente se confrontadas fotografias dessas religiosas com as de outra congregação

¹⁹⁷ SERVAIS, É et HAMBYE, F. *Structure et signification: problème de méthode en sociologies des organisations claustrales*. Social Compass, XVIII, 1, 1971, p. 27.

¹⁹⁸ GARCIA, Martina Maria Eudósia, *Op. Cit.* p. 96.

¹⁹⁹ AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luísa (org.). *Família, Mulher, Sexualidade E Igreja Na História Do Brasil*. São Paulo: Loyola. 1993, p. 126.

²⁰⁰ NUNES, Maria José F. Rosado. *As religiosas e o compromisso com os pobres no Brasil*. In: MARCÍLIO, Maria Luísa (org.). *Op. Cit.* p.131.

²⁰¹ AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). *Op. Cit.* p. 127.

feminina atuante na Arquidiocese de Mariana na mesma época, a exemplo das irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, do Colégio Providência, que também se dedicavam ao ensino e ações sociais.



FIGURA 15: Irmã Lourdes Godoy, 1963. (Acervo particular da Congregação Beneficência Popular)



FIGURA 16: Irmã Blanchot, 1949. (Acervo particular da Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo)

Um aspecto no entrecruzamento entre corpo, saúde e representação da mulher consagrada é o expressivo quantitativo de religiosas idosas entre as irmãs da Beneficência Popular, que atinge 60% do total de integrantes da instituição. Segundo irmã Consolação, “não temos nenhuma acamada, todas têm condições de se locomover.”²⁰² Para o futuro, a congregação sente a necessidade de uma casa para abrigar um número maior de idosas, porém, atualmente, percebem que é melhor as irmãs idosas, enquanto estiverem condições, estarem trabalhando nas comunidades: “Ainda sentimos que é melhor as idosas estarem nas comunidades, elas têm muita riqueza para ensinar com sua vida”.²⁰³

Na velhice, uma sensibilidade específica da vida religiosa passa a delinear-se mais fortemente: as irmãs sentem aproximar-se, de uma forma muito peculiar, da identidade de “esposa de Cristo”, pois perdendo o controle sob suas forças, abandonam-

²⁰² Entrevista cedida pela irmã Maria da Consolação Coelho, *Ibidem*.

²⁰³ *Ibidem*.

se mais completamente à graça divina. Nesse período da vida, as freiras são geralmente dispensadas de várias obrigações rituais, religiosas e de trabalhos.²⁰⁴

De acordo com pesquisas do CERIS, a idade média entre as religiosas residentes no Brasil é de 59 anos, ou seja, grande parte das irmãs está para atingir ou já atingiu a terceira idade. Este envelhecimento não deixa de causar certa preocupação, pois ocorre de forma simultânea à diminuição do número de novas vocações. Para justificar tal declínio, Sílvia Regina Alves Fernandes discorre:

Para as religiosas entrevistadas em meu estudo, alguns fatores existentes na sociedade atual vêm contribuindo para o declínio das vocações para a VR. Questões internas à instituição foram apontadas por todos os grupos analisados, como por exemplo, a falta de autenticidade na VR; a tensão entre o "conservar" e o "renovar" que as irmãs apontam como uma questão institucional forte a ser refletida; a abertura para o trabalho leigo, o que favoreceria o trabalho nas comunidades religiosas, sem necessariamente haver a consagração. Porém, as religiosas também identificam como elementos que influenciam para o declínio das vocações, questões presentes no tecido social, como por exemplo, a desestrutura familiar, que deixaria o jovem sem referenciais de valores e a secularização, no sentido de perda do sentimento religioso.²⁰⁵

Em paralelo, no que toca à saúde, recursos obtidos pelas irmãs da Benepó não as permitem contratar um seguro privado para todas. Somente as irmãs que possuem alguma enfermidade, necessitando de maiores cuidados médicos, é que contam com o plano de saúde pago pela Congregação. Quando as irmãs que não possuem plano de saúde adoecem, as demais assumem os cuidados de que necessita. E em caso de agravamento no quadro, elas procuram o serviço público de saúde oferecido pelo SUS.

Além da corporeidade, outro traço distintivo da Benepó é a maneira pouco formal de vivência da rotina religiosa cotidiana. Como nas demais congregações, as refeições são feitas com horário pré-estabelecido para que todas as irmãs possam sentar à mesa juntas, como coloca irmã Consolação, “Como vivemos em comunidade, temos um horário para as refeições em comum, onde todas (quando possível) sentam a mesma mesa juntas”.²⁰⁶ A oração matinal também conta com a participação em conjunto, porém, a prece noturna é individual, devido a presença das religiosas nas mais diversas atividades pastorais, o que lhes exige certa flexibilidade. Mas, ainda assim, os horários

²⁰⁴ GROSSI, Mirian Pillar. *Op. Cit.* p. 52

²⁰⁵ FERNANDES, Sílvia Regina Alves. *Pesquisa Sobre Vida Religiosa Feminina: novas interpretações frente à modernidade contemporânea*. Disponível em: <<http://www.ceris.org.br/antigo/pesquisa-sobre-vida-religiosa-feminina.html>>. Acesso em: 14out. 2015.

²⁰⁶ Entrevista cedida pela irmã Maria da Consolação Coelho, *Ibidem*.

das orações feitas individualmente são pré-estabelecidos: “É indispensável a oração diária pela manhã a oração comum levando em conta: estudo, trabalho tratamento de saúde (etc). A noite é mais livre devido inserção nas pastorais; quanto a oração pessoal: todas têm seu horário definido conforme sua possibilidade”.²⁰⁷

Jejuns e penitências também são práticas realizadas pelas irmãs da Benepó. A primeira dessas práticas ocorre em ocasiões recomendadas pela Igreja, podendo ser também promovidas quando a irmã desejar, como relata irmã Consolação: “Normalmente nas ocasiões que a igreja recomenda a irmã que, de acordo com sua vida espiritual, deseja fazer em outras ocasiões, ela assim o realiza” Já a penitência não é definida nem exigida às irmãs. Ela ocorre quando a irmã delibera a melhor forma e momento de penitenciar-se: “Não temos uma penitência definida como exigência para todas, cada irmã pode encontrar a melhor forma de se penitenciar”.²⁰⁸

Situação bem distinta daquela prevista em séculos anteriores para a vida religiosa feminina, quando os regulamentos conventuais ou dos regulamentos, muitos dos quais escritos ou aprovados por bispos, determinavam penas pré-definidas de acordo com a gravidade das culpas cometidas. Assim, por exemplo, na diocese de Mariana na segunda metade do século XIX, “Empenhado em reformar os costumes das reclusas das Macaúbas, D. Antônio Viçoso pedia à regente que escrevesse sempre, participando-lhe o que ocorria no recolhimento, e lhe fornecesse os nomes das irmãs que desrespeitassem os estatutos em pontos importantes”.²⁰⁹

Já em termos de festas e solenidades litúrgicas, as irmãs portam especial devoção ao Sagrado Coração de Jesus, por quem monsenhor Rafael possuía grande piedade. Assim esta é a maior festa da Congregação, seguida da festa de Cristo Rei: “A festa do Sagrado Coração de Jesus é nossa maior festa. Mas também, a festa de Cristo Rei, por ser as pelo que elas têm em comum. A centralidade de Cristo que se entrega por amor”.²¹⁰ A devoção das irmãs da Benepó a Cristo Rei associa-se à importância conferida a esta piedade no decorrer da neocristandade no Brasil. Assim, entre as décadas de 1920 a 1960, processou-se, no imaginário católico, um expressivo deslocamento da ênfase na devoção a Cristo, que passou a destacar sua Realeza, associada à ideia de soberania espiritual de Jesus sobre o mundo. Tal ênfase não se configura como um simples anacronismo, embora associado a inspirações da época

²⁰⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸ *Ibidem*

²⁰⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *Ibidem*.p. 208.

²¹⁰ Entrevista cedida pela irmã Maria da Consolação Coelho, *Ibidem*.

medieval. Naquele período, particularmente em função da experiência religiosa das cruzadas, os aspectos humildes da vida de Cristo ficaram em segundo plano, ressaltando-se seu aspecto conquistador, sua realeza. Tal associação foi retomada no século XX pela festa de Cristo Rei.²¹¹ Simultaneamente, esta dignidade real contrapunha-se, no plano simbólico, às novas prerrogativas requeridas pelo Estado laico e pelas soberanias nacionais, no período contemporâneo.

4. O recrutamento

Mas como era desenrolado o processo de inserção nessa Congregação? Inicialmente, moças interessadas em entrar na Beneficência Popular deveriam passar pela Pastoral Vocacional, onde recebia orientações das irmãs. Sobre isto, é descrito nas *Constituições*:

63. Na Beneficência Popular, o meio pelo qual usamos para despertar Vocações, é em primeiro lugar o nosso testamento de vida fraterna e de engajamento como comunidade, na ação evangelizadora da igreja. 64. Organizamos nossa Pastoral Vocacional, por meio de: Encontros, Dias de Oração, Participação na Pastoral Vocacional Diocesana, Atividades Paroquiais e Pastoral no Meio Rural. 65. As Vocacionadas que nos procuram, são orientadas primeiro em suas famílias, em seguida, fazem uma experiência de três meses na Casa de Formação, depois de uma de nossas comunidades, no período de seis meses a um ano.²¹²

A seguir, as moças cumpriam algumas etapas formativas: o *aspirantado* com duração de seis meses a dois anos, que se destina às primeiras orientações da candidata, que deve ter entre 16 e 30 anos; depois o *noviciado* com duração de dois anos, tempo em que a candidata conhece melhor sua “vocação divina e a vocação própria da Beneficência Popular”.²¹³ Durante estes dois processos, as moças moram na Casa de Formação da Congregação. No fim da segunda etapa, é feito um compromisso:

A candidata pede a sua incorporação para viver o espírito e a missão da Beneficência Popular e o Instituto, pela sua autoridade competente, declara-a admitida com direitos e deveres. Estes são adquiridos

²¹¹ QUADROS, Eduardo Gusmão de. Cristo vence, reina e impera: catolicismo e modernidade em uma cidade inventada. *PLURA, Revista de estudos de religião*, vol. 3, nº 2, 2012. p. 83. Ver também HARGEAVES, H. J. O sentido social da festa do Cristo Rei. *A Ordem*, Rio de Janeiro, vol. XVII, jan. 1937. p. 19.

²¹² *Constituições das irmãs da Beneficência Popular*, 1988, p. 35.

²¹³ *Ibidem*. p.39.

progressivamente segundo as determinações do direito próprio e do direito universal.²¹⁴

Em seguida, a noviça faz os votos de pobreza, castidade e obediência e passa para a *Formação permanente ou juniorato*. Nesta etapa, a proposta da Congregação é “cultivarmos sempre a nossa vocação, buscando o seu sentido na Igreja e no mundo. E para melhor servir, atualizaremos nossos conhecimentos culturais, profissionais e teológicos-pastorais”.²¹⁵ Assim, as irmãs participam de cursos, encontros, retiros, aprofundamento bíblico, atualização teológica-pastoral promovidos pela diretora geral da congregação. Segundo Martina, “neste tempo, conhecido como formação inicial, é exercitado um comportamento regulamentado pessoal e de grupo, do qual dependerá, em boa parte, a possibilidade de viver relações entre irmãs de modo responsável”.²¹⁶

Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana entre os anos de 1988 a 2006, legou à Congregação a *Oração Vocacional*, síntese das propostas e expectativas do Instituto:

Senhor Jesus Cristo, é grande a alegria de vos servir amando a todos, especialmente aos mais pobres. Ensinai-nos a dizer sempre sim, a exemplo de Maria, nossa Mãe, e a viver os Conselhos Evangélicos na fraternidade. Convocai, Senhor, jovens generosas que se dediquem em vosso nome ao serviço dos irmãos. Concedei-nos vosso Espírito Santo e conservai-nos unidas e fiéis para anunciarmos com simplicidade e coragem, as maravilhas do amor de vosso Sagrado Coração. Amém.²¹⁷

Nas cartas circulares enviadas regularmente para as irmãs da Benepó, monsenhor Rafael frequentemente solicitava às irmãs que façam campanhas para que moças se interessem pela vida religiosa na congregação: “Proponho então [...] como resolução da festa de hoje: [...] campanha intensiva para angariarmos novos elementos; sem ela não conseguiremos evoluir. Há muitas meninas que só esperam uma palavra nossa para se decidirem”.²¹⁸ Em outra carta, ele também recomenda: “Intensifiquemos nossa campanha para angariarmos vocações. Pedidos de fundações não faltam; mas não temos gente para enfrentar os trabalhos de novas casas”.²¹⁹

²¹⁴ *Constituições das irmãs da Beneficência Popular*, 1988, p. 41.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 42.

²¹⁶ GARCIA, Martina Maria Eudosia, *Op. Cit.* p. 113.

²¹⁷ *Novena ao Sagrado Coração de Jesus em Ação de Graças ao Centenário de mons. Rafael Arnanjo Coelho. Op. Cit.* Contracapa. Sem data.

²¹⁸ ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Carta circular escrita por monsenhor Rafael para as irmãs, 24 jun. 1960.

²¹⁹ *Idem*. Carta circular escrita por monsenhor Rafael para as irmãs, 17 maio 1960.



FIGURA 17: Monsenhor Rafael Arcanjo e algumas irmãs da Benepó, s. d.²²⁰

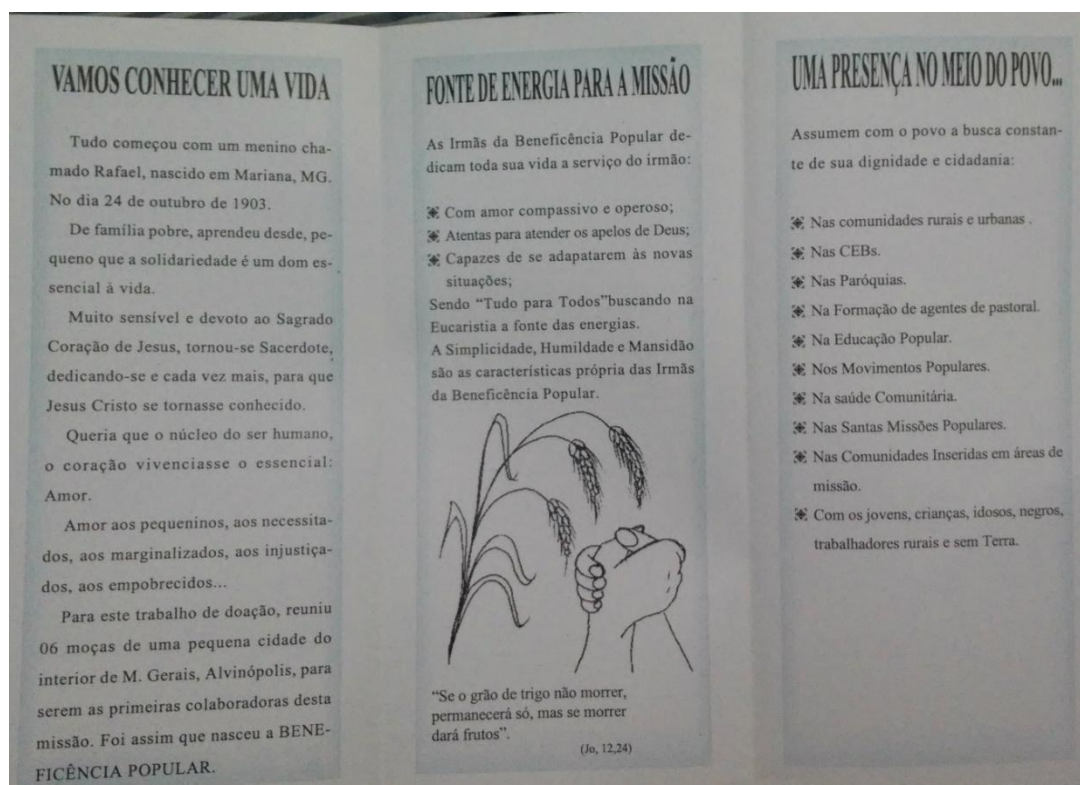
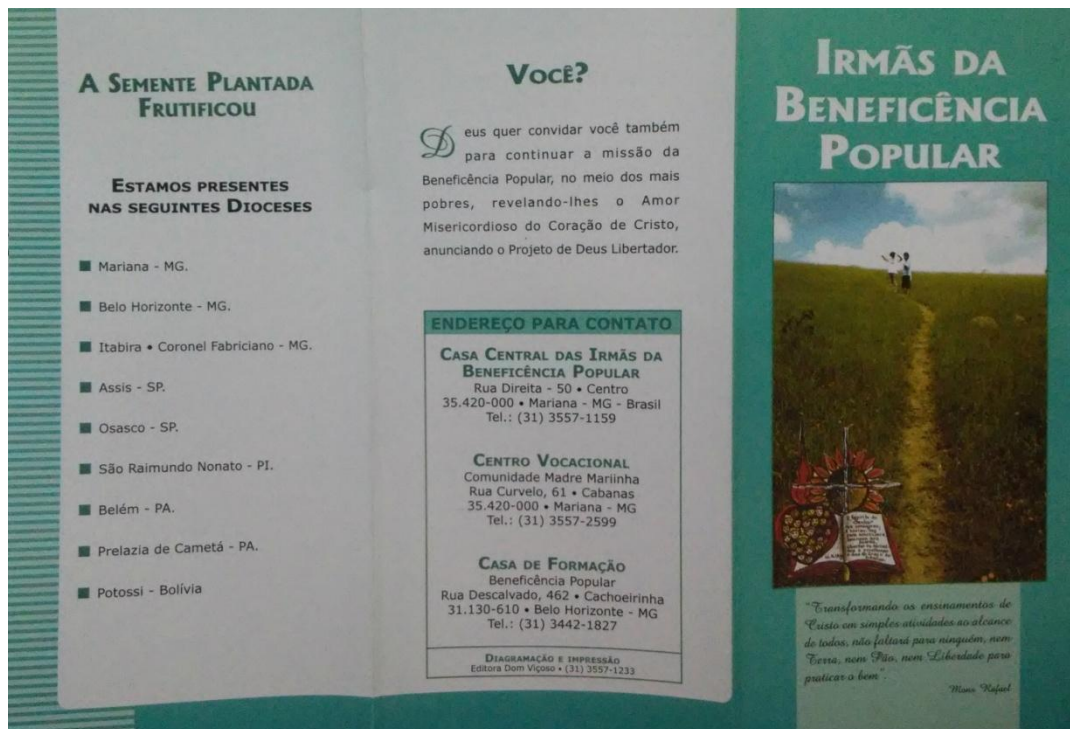
Mesmo assim, uma das maiores dificuldades que as irmãs relatam é o desafio de conseguir candidatas interessadas para entrar na Congregação, como coloca irmã Ilda em entrevista:

É uma missão bem exigente porque estamos com poucas irmãs. Tem muito trabalho, tem muitas irmãs idosas que não estão totalmente ativas, não podem sair para fazer uma visita, para encontrar com as famílias, para levar um conforto. Somos só 50 irmãs. É pouca gente porque não tem vocações, aliás, não é que não têm, ter têm, mas é desafiador a realidade de onde vem até chegar a fazer os votos. Então o desafio é isso porque a congregação é pequena, pobre o trabalho é muito. Temos poucas casas porque não tem muita gente mais pra dar continuidade ao trabalho. Temos q sacrificar as irmãs. Penso que, no tempo dele [monsenhor Rafael] era mais fácil, ele publicava muito através das cartas circulares encorajando sempre para não desanimar. Há 20 anos que elas falam dessa dificuldade grande que tem porque comunidade comunitária é todo mundo diferente. E ele, com um coração grande, acolhia a todos e a todas do jeito que a pessoa é, mas hoje não pode ser assim, você tem que ver que a realidade hoje 'ta' aí gritante.²²¹

Como recurso a este desafio, as irmãs confeccionam e distribuem *folders* para divulgação da Congregação, como o reproduzido abaixo:

²²⁰ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Livro escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação. *Op. Cit.* 1986, p. 68.

²²¹ Entrevista cedida pela irmã Ilda Gomes, *Ibidem*.



FIGURAS 18 e 19 - Folder de divulgação da Beneficência Popular, circulante em 2015.

Porém, um outro grande desafio que a Beneficência Popular enfrenta é o expressivo número de desistência de irmãs, como mostra a tabela 4. No período durante e pós Vaticano II, é possível perceber um maior volume de desistências das irmãs da Beneficência Popular. No total, entre os anos de 1962 e o final da década de 1980,

retiraram-se desta congregação 31 religiosas. Algumas pesquisas indicam que, em termos macroestruturais, essa perda de vocações teve como um dos motivos a falta de apoio eclesial às congregações femininas no período,²²² enquanto, em tempos mais atuais, observa-se um esvaziamento vocacional para congregações que optaram por uma inserção entre as camadas populares.²²³

A partir da década de 1990 até o ano atual, o número de desistências na Benepó também foi bastante expressivo: 25 irmãs desistiram da vida religiosa. De acordo com a pesquisadora Martina, cada vez mais a vida religiosa nos meios populares torna-se complexa, plural, coberta de desafios e necessidades:

Nos anos 90, muda o contexto socio-eclesial em que se insere a experiência da inserção nos meios populares e com ele mudam as condições favoráveis ao projeto da VR feminina. A militância junto aos movimentos populares caiu. Os movimentos de libertação deixaram de fornecer aos religiosos e as religiosas a nova razão de ser. Caía, assim, o “absoluto” que tinha dado sentido e força na trajetória de renovação da VR nos meios populares, canalizando a crise pós-conciliar. (...) a identidade que se desenvolve entre as religiosas que participam desse projeto dá-se em torno do espaço eclesial e está pouco voltada para suas próprias instituições. Com frequência, elas foram em seu próprio nome, em pequenos grupos, influenciando o conjunto do grupo maior e/ou em conflito com ele, recebendo maior ou menor apoio de suas congregações. Contudo, a dinâmica na qual se envolvem não partia da força que, nesse momento, detinha o carisma quem o via a congregação como um todo. Na compreensão do “novo modo de ser na VR” gestado nos meios populares, não está no foco a pertença à congregação.²²⁴

Irmã Consolação, por sua vez, considera que os motivos para as irmãs deixarem a Congregação são bem diversos, tais como “dificuldades para a vida em grupo (comunidade), perda da motivação e irmãs que pedem licença para resolver problemas familiares, por exemplo, e não voltam.”²²⁵

5. Madre Mariinha

Dentre as congregadas que fizeram ou fazem parte da Beneficência Popular, uma delas recebeu um maior destaque por parte de monsenhor Rafael e das próprias irmãs: Madre Maria Marques Ferreira, conhecida como Madre Mariinha. Sempre sendo

²²² ALVES, Maria Jeane dos Santos. *Op. Cit.* p. 46.

²²³ GARCIA, Martina Maria Eudosia. *Op. Cit.* p. 46.

²²⁴ GARCIA, Martina Maria Eudosia. *Op. Cit.* p. 53-54.

²²⁵ Entrevista cedida pela irmã Maria da Consolação Coelho, *Ibidem*.

lembrada por suas boas ações, continua sendo apresentada pelas religiosas como fonte de inspiração. Até hoje, as irmãs recordam dela com muito carinho em forma de poemas, homenagens, entrevistas e na história de vida:

Madre Mariinha, você nasceu, cresceu, experimentou um lar cristão. Ao sei redor, firmeza e alegria, paz, coragem e compreensão. Você cresceu conquistando o Reino de amor e verdade, você soube construir fraternidade “coração de fogo, vontade de ferro” foi sua divisa, divisa essa vivida e testemunhada. Você sempre forte, alegre, otimista e corajosa na caminhada. Você se doou por inteira, entendeu o que é ser pobre. Você foi simples com as coisas belas são simples. Você foi você.²²⁶



FIGURA 20: Madre Mariinha
Acervo da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular

Madre Mariinha também foi homenageada na Escola Rural onde trabalhou na cidade de Bom Jesus do Amparo, Minas Gerais. A Escola recebeu o seu nome como forma de agradecimento pelos trabalhos que ela executou no local.

²²⁶ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Livro escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação. 1986. *Op. Cit.* p. 64.

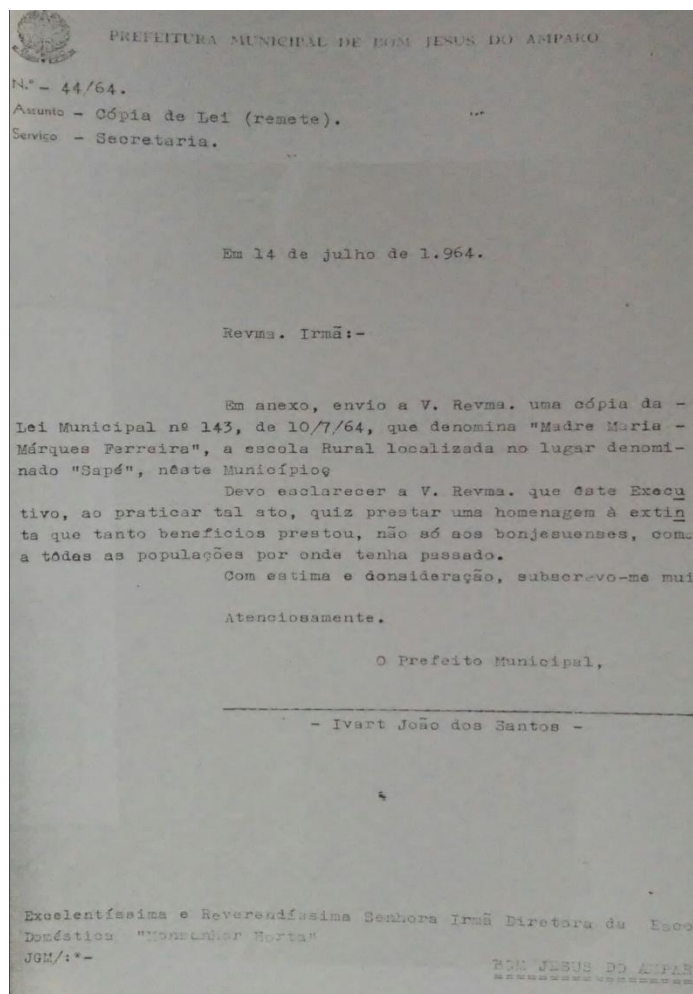


FIGURA 21: Documento da prefeitura de Bom Jesus do Amparo oficializando o nome da Escola Rural que passou a chamar-se “Madre Maria Marques Ferreira”.
Acervo pessoal das irmãs da Benepó.

Madre Maria Marques Ferreira nasceu em 26 de abril de 1913, em Major Ezequiel, próximo a Alvinópolis. Sua memória, construída ao longo de sua vida e reforçada, após seu falecimento, assumiu claros contornos de santidade: “Como Maria, a menina ia identificando a sua vida na simplicidade e guardava no seu coração o seu grande ideal”.²²⁷ Desde nova, atuou como catequista, educadora e missionária.

Maria Marques estudou no colégio Salesiano em Ponte Nova, estado de Minas Gerais. Ao terminar o Curso Normal²²⁸ voltou para sua cidade, onde foi catequista. Ingressando na Congregação, dedicou-se a ensinar trabalhos manuais e orientava os lavradores no cultivo das terras.

²²⁷ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Livro escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação. 1986. *Op. Cit.* p. 60.

²²⁸ Tipo de habilitação para o magistério realizado nas séries iniciais do ensino fundamental.

Comparada a Maria, mãe de Jesus, pelas irmãs de Congregação, Madre Mariinha destacava-se, segundo a memória institucional por ser uma mulher com espírito de oração, “buscando sempre realizar o plano de Deus na sua vida”.²²⁹ Madre Mariinha adoeceu gravemente em 1957 e não quis tratar-se em um hospital. Monsenhor Rafael assim a descreve, na ocasião:

Adoeceu gravemente nossa querida madre Maria Marques Ferreira. Desde o passamento de sua pranteada progenitora, ela, abalada com a tremenda provação. Sofreu forte declínio de saúde. Dedicada a seus deveres até a prova de sacrifício, não quis tratar-se como aconselhável, para não prejudicar seus compromissos e não ser pesada ao Instituto. Agora mal recrudescer e inspira sérios cuidados ²³⁰.

Porém, devido a tal enfermidade, em 1963, monsenhor Rafael pediu autorização ao arcebispo Dom Oscar de Oliveira, que assumira a arquidiocese em 1960, para dirigir a Congregação enquanto a Madre se recuperava. Neste mesmo ano, madre Mariinha convocou o Conselho para definir qual das irmãs iria lhe substituir. A irmã Maria de Lourdes Godoy, já tida como presidente do conselho, foi a eleita e reconhecida pelo Arcebispado.

Madre Mariinha veio a falecer em 21 de julho de 1964 e monsenhor Rafael propôs que esta data deveria ser celebrada anualmente em memória da Madre Mariinha²³¹.

O dia 21 de junho, comemorativo de seu passamento, será celebrado anualmente na Beneficência Popular em perpetua memória de nossa 1º madre geral. Sabemos quanto foi reta e pura sua alma, reta e pura sua a vida, por isto, Deus lhe deu a ventura de voar para o céu no dia do angélico protetor da mocidade São Luiz de Gonzaga. Servia-nos ela de modelo e estímulo.²³²

A figura de Madre Mariinha aproxima-se das figuras-tipo das mulheres religiosas que foram importante suporte à ação de eclesiásticos, quer na promoção de fundações institucionais, quer no campo do apostolado social, a exemplo de Luísa de Marillac que auxiliou o padre Vicente de Paulo na fundação da Companhia das Irmãs de Caridade no ano de 1933, na França. A atuação missionária de Madre Mariinha na

²²⁹ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Livro escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação. 1986. *Op. Cit.* p.66.

²³⁰ ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Carta circular de monsenhor Rafael às irmãs, em 18 ago. 1957.

²³¹ ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Carta circular de monsenhor Rafael às irmãs, 1964.

²³² *Ibidem*.

cidade de Alvinópolis também fez com que monsenhor Rafael a convidasse para ingressar na nova congregação que este fundou,

E vendo ele [monsenhor Rafael], esta jovem Mariinha, tão atuante e compromissada com a causa do povo, cuja fé era inabalável, - pois, a confiança que depositava em Deus, era por demais, grande, pois fundamentava sua fé na devoção de Nossa Senhora das Dores. Aquela mulher que em pé junto à cruz de seu filho dava graças ao Pai e sentia-se mais forte. Monsenhor Rafael foi no endereço certo. Atingia o alvo. Mariinha seria uma das primeiras a colaborar nos trabalhos de monsenhor Rafael. Mariinha, aceitando o convite de monsenhor, deixa a casa dos pais.²³³

Por outro lado, não há tanta similitude com fundadoras que, para viabilizar o que entendiam como sendo um projeto segundo a vontade divina, viram-se compelidas a conflitar com lideranças do clero como padres e até bispos, como, por exemplo, no caso brasileiro, Madre Jacinta. A despeito das imensas singularidades históricas entre a vida religiosa no século XVIII, quando viveu Jacinta, e aquela em que transitou Madre Mariinha, pode-se perceber entre ambas uma tenacidade similar no que toca a buscar realizar seus propósitos apostólicos, ainda que tendo que enfrentar a contrariedade dos poderes estabelecidos e de condições sociais adversas, em nome da fé.²³⁴

Mas as diferenças entre Madre Jacinta e Madre Mariinha são bem mais gritantes do que as semelhanças, porque essa religiosa da Benepó preferia claramente manter um vínculo de aliança com os poderes eclesiásticos ao invés de conflitar com eles, como fez Jacinta. Tal aliança, porém, como indicado pela historiografia, que não exclui a abertura de brechas, a insistência bem-educada, a inventividade cotidiana, um fazer acontecer aparentemente tão humilde que quase não chama a atenção, mas nem por isso menos efetivo, ou menos importante para as pessoas por ele beneficiadas. Lideranças femininas que souberam utilizar o aparato canônico da obediência, pobreza e castidade para agir sem renunciar à liberdade, ao afeto e à esperança. Mulheres serviçais? Devotadas ao serviço, isto não há dúvida. Mas também bastante ousadas e, à sua maneira, felizes, na busca de favorecer as condições para que outras pessoas, geralmente tão sofridas, pudessem, elas também, aspirar e experienciar a felicidade.

²³³ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. Cit.* p. 64.

²³⁴ Para trajetória de Madre Jacinta, ver ALGRATIN, Leila Mezan. *Op. Cit.* p. 18.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se interpretar historicamente a trajetória religiosa, sociocultural e as questões de gênero relativas à Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular. Para tanto, foi importante tentar desvelar a relação dessa Congregação com os eclesiásticos, a fim de possibilitar a compreensão dos processos de fundação, estabilização e expansão deste Instituto pelo país. Tal desenvolvimento também pode ser tributado, como indicado no terceiro capítulo, aos trabalhos pastorais que as irmãs exerciam nas diversas cidades onde viveram. Para entender quem são essas mulheres e os sentidos pelos quais liam suas vidas, sobretudo a partir da fé e do compromisso com os segmentos mais empobrecidos, buscou-se, no quarto capítulo, delinear seu perfil de gênero, a partir de sua formação, atividades profissionais, práticas devocionais e vivência comunitário-religiosa cotidiana. A escrita dos quatro capítulos sistematiza, uma possível identidade histórico-religiosa das irmãs da Benepó e da Congregação de que fazem parte.

No decurso da reconstituição do percurso e das características particulares da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, em suas especificidades frente a outras congregações religiosas femininas, foi preciso conferir grande relevância metodológica à história oral. A expressiva limitação das fontes escritas (manuscritas ou impressas) sobre a Benepó conduziu este estudo a recorrer às entrevistas como instrumental fundamental, o que implicou, por sua vez, a conferência de uma relevância teórica à questão da memória intersubjetiva. Nesse sentido, esta dissertação, inicialmente pensada como uma análise da experiência histórica de mulheres e de uma instituição religiosa católica, tornou-se um diálogo entre as memórias dessa vivência de fé e o saber historiográfico produzido a partir delas.

Trata-se, como a pesquisa o apresenta, de uma memória inventiva, pois, como já indicado por Michel de Certeau, o cotidiano compõe-se de numerosas práticas inusitadas, em bricolagem, que não seguem, necessariamente, padrões definidos por autoridades (nem mesmo, ao menos de forma absoluta, as eclesiásticas masculinas...)²³⁵.

O cotidiano das irmãs da Benepó é constituído, inclusive, por seu imaginário de fé, que potencializa suas ações e reconstrói suas intersubjetividades:

²³⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Somos chamadas a tornar presente o amor do Coração de Jesus pela Eucaristia, através das virtudes da mansidão, humildade e simplicidade numa conscientização permanente. Sempre atentas aos apelos do Evangelho, vivendo junto com o povo e servindo os mais necessitados.²³⁶

Esse cotidiano revelou-se, simultaneamente, extremamente diversificado, pois inclui, além das práticas devocionais, atividades de sociabilidade, de administração, de oração, de apostolado social etc. Múltiplas em seus afazeres e suas interligações, as irmãs mantêm do voto religioso e no ato de crer o fundamento do sentido de suas vidas:

Cada vez mais somos chamadas a cultivar, a viver a mansidão, a humildade, a simplicidade, respondendo fielmente aos apelos de Cristo, e para que continuemos a trabalhar conosco mesmas, fazendo brotar a confiança ilimitada em Deus, por quem vivemos e por quem trabalhamos.²³⁷

Conflitos, dificuldades e problemas certamente fazem-se presente nesta Congregação, porém, conforme apregoam as irmãs, costumam ser superados devido à constante busca do diálogo, do perdão e da promessa renovados, tornando possível a convivência a partir de relações construídas de maneira significativa, no desejo de tornar a vida religiosa mais humana:

É nessa humildade que devemos aceitar o nosso papel de servidoras do reino. Para tal, é necessária uma simplicidade muito grande, para, sem pretensão alguma, podermos trabalhar e caminhar na concretização do projeto da Beneficência Popular. Mas como é difícil e árduo esse caminho. ‘Quero que minhas filhas não se desanimem, nem diante das dificuldades. Somos capazes de realizar grandes cousas, uma vez que cooperamos com a graça de Deus. Precisamos de uma vida de oração e confiança na misericórdia divina e de grande entusiasmo pela causa.’²³⁸

É possível, então, considerar, que o projeto fundacional mantém-se vitalizado após praticamente 70 anos de fundação, e a justificativa para esta perenidade pode, talvez, ser atribuída, além da própria fé das irmãs no que consideram ser sua vocação e missão – tidas como dom do próprio Deus a elas -, nas necessidades da população mais

²³⁶ Documento escrito pelas irmãs. Sociedade de Vida Apostólica “Beneficência Popular”. Sem data. p. 12.

²³⁷ SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs da Beneficência Popular, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986. *Op. Cit.* p. 88.

²³⁸ *Ibidem*. p. 190.

simples. Em tempos de globalização e neoliberalismo, os problemas sociais não foram minimizados, muito pelo contrário. Diante desta realidade sofrida, as irmãs renovam seu compromisso de tentarem ajudar para que tais grupos tenham uma vida menos dura, mais justa, com mais chances de transformação. A articulação desses dois elementos – sua fé em Jesus e seu compromisso com a justiça social e a fraternidade cristã – torna as irmãs da Benepó mulheres extremamente singulares.:

Sabemos e já foi dito, que cada época tem a sua história. E a nossa hoje, está sendo construída. Diante dos desafios da Igreja, diante das reflexões de Puebla, diante da diversidade de encruzilhadas que se abrem à nossa frente, resta-nos retomar o passado, reler no profundo da vida de monsenhor Rafael, para perceber o que é a Beneficência Popular. Somos NÓS – hoje, porque acreditamos na Beneficência Popular.²³⁹

²³⁹*Ibidem*.p. 193

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes primárias:

ALMEIDA, Dom Luciano Mendes de. *Decreto de criação da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular*. Mariana, 28 nov. 1988.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. O Arquidiocesano. Órgão oficial da arquidiocese de mariana. Deixou de pulsar o grande coração de Monsr. Rafael. Mariana 16 out. 1966. N. 370. Ano VIII.

_____. Dom Helvécio, promotor do 1. Congresso do Apostolado da Oração no Brasil., Mariana 14 mar. 1976. N. 861. Ano VIII.

_____. Religiosas Profissionalizadas. O Arquidiocesano, Mariana 28 dez. 1975. N. 850. Ano XVII.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA CÚRIA DE MARIANA. *Carta escrita por monsenhor Rafael destinada a Dom Helvécio*, [1942?].

_____. *Carta escrita por monsenhor Rafael destinada a Dom Helvécio*. 1951.

ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Ata de registro de dados pessoais das irmãs da Beneficência Popular*.

_____. *Carta circular escrita por monsenhor Rafael destinada às irmãs*, 1954.

_____. *Carta circular escrita por monsenhor destinada às irmãs beneficência Popular*, 1956.

_____. *Carta circular escrita por monsenhor Rafael destinada às irmãs da beneficência Popular*. Acesita, 27 dez. 1956.

_____. *Carta circular do Monsenhor Rafael destinada às irmãs da beneficência Popular* Acesita, 18 ago. 1957.

_____. *Carta circular escrita por monsenhor Rafael destinada às irmãs da beneficência Popular*. Quatá, 24 de jun. 1960.

_____. *Carta circular escrita por monsenhor Rafael destinada às irmãs da beneficência Popular*. Quatá, 17 de maio 1960.

ATHAYDE, Tristão de [Alceu Amoroso Lima]. Dom Leme e seu tempo. *Jornal do Brasil*. 29 de jan. 1982. Caderno 1.

COELHO, Rafael Arcaño, monsenhor. *Fórmula para a emissão dos votos das irmãs da Beneficência Popular*. Folha 9, Apêndice IV. Estatuto ainda sem aprovação canônica escrito por monsenhor Rafael antes da aprovação da Congregação. Sem data. Documento do acervo da Cúria de Mariana, MG.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência para A Igreja do Brasil*, Paulinas: São Paulo: 1963.

_____. *8º Plano Bienal dos Organismos Nacionais*, Brasília, DF, 1985-1986.

_____. *O que é Pastoral Social?* São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

_____. *Diretrizes Gerais da Pastoral da Igreja no Brasil*, 1991/1994.

SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. *Texto escrito pelas irmãs, em comemoração aos 40 anos da Congregação*. 1986.

_____. *Beneficência Popular*. Sem numeração de página. Sem data.

_____. *Revista em comemoração aos 50 anos sacerdotais de monsenhor Rafael*, 1977.

_____. *Texto escrito pelas irmãs sobre a vida do monsenhor Rafael*. Sem título.[197-?]

_____. *Constituições das irmãs da Beneficência Popular*, 1988.

_____. *Livro em Novena ao Sagrado Coração de Jesus em Ação de Graças ao Centenário de mons. Rafael*, 2003.

_____. *Rafael, o menino a procura do pão*. Sem local e ano de publicação.

2. Fontes orais:

COELHO, Maria da Consolação. Mariana, 2015. Entrevista concedida a Clarissa Milagres Caneschi.

FERREIRA, Francisca Anselma. Mariana, 2012. Entrevista concedida a Clarissa Milagres Caneschi.

GOMES, Ilda. Alvinópolis, 2014. Entrevista concedida a Clarissa Milagres Caneschi.

3. Obras de referência:

AQUILINO, Pedro de. *Dicionário de Termos Religiosos e Afins*. Aparecida: Editora Santuário. 1993.

LACOSTE, Jean-Yves (dir). *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Loyola. 2004.

LOURENÇO, José. *Dicionário da Doutrina Católica*. Porto: Empresa Guedes, 1945.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. *Dicionário interativo da educação brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=243>> . Acesso em: 2 dez. 2014.

PINTO, Mons. José Alberto L. de Castro. *Dicionário Prático De Cultura Católica, Bíblica E Geral*. Rio de Janeiro: Edição Barsa, 1971.

4. Obras gerais:

ALBUQUERQUE, J.A.G. *Instituição e Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

ALVES, Maria Jeane dos Santos. *Mulheres Contra o Arbítrio: As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em Maceió em tempos de AI5*. 2008. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2008.

ANKERSMIT, Frank R. Commemoration and National Identity. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *Memória, Identidade e Historiografia. Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da Unb, Brasília*, v. 10. n. ½, p. 15-40, 2002.

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luísa (org.) *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja Na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *A Neocrisandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1930). In: MARCÍLIO, Maria Luíza. *A Mulher Pobre na História da Igreja Latino-Americana*. São Paulo: Paulinas, 1984.

AZZI, Riolando; REZENDE, Valéria. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. In: AZZI, Riolando (org.). *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, Riolando. (org.). *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. *Igreja e Política. História Viva. A Igreja Católica no Brasil: Fé e transformações*. Edição especial temática nº 2. Segundo semestre de 2005.

_____. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II*. Petrópolis. Vozes. 1993.

_____. *A recepção do vaticano II na igreja do Brasil*, 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIANCHEZZI, Clarice. *Entre Documentos e Narrativas, Marcas de Identidade: A organização dos Centros de Desenvolvimento Infantil pelas religiosas da Fraternidade*

Esperança. 2009.158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BUARQUE, Virgínia. *Paixão de Santidade: o epistolário de Madre Maria José de Jesus (1992-1959)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO Jerônimo, C. M. *Vida de Luiza de Marillac - fundadora das Irmãs de Caridade*. Petrópolis: Vozes. 1936.

CASTRO, Manuel Henrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1989.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRESPO, Samyra. Escolas católicas renovadas e a educação libertadora no Brasil. In: SANCHES. Pierre (org.) *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Loyola, 1992.

CUBAS, Caroline Jacques. *O Corpo Habitado: Sentidos e sensibilidades na formação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (Província Nossa Senhora de Lourdes, 1960 – 1990)*. 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. A vida religiosa feminina no Brasil durante a segunda metade do século xx: um olhar historiográfico. *Revista expedições: teoria da história & historiografia* v. 5, n.2, julho-dezembro de 2014.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. *Artes De Fazer De Uma Congregação Católica: uma leitura certeausiana da formação e trajetória das Filhas da Imaculada Conceição (1880-1909)*. 2011. 274f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.

FERRARO, Benedito. Prática pastoral e transformação social. *Horizonte* Revista de estudos de Teologia e Ciência da Religião da PUC Minas. Belo Horizonte, Vol. 5, nº.10, 19-31, jun. 2007.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hebert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. 1995.

GARCIA, Martina Maria Eudósia. *Recomposição da Vida Religiosa: Estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregações femininas*. 2006. 264f. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

- GOFFMAN, E. *Manicômios, Conventos e Prisões*. São Paulo. Perspectiva, 1961.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004.
- GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de Freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. *Cadernos de Pesquisa*, nº. 73, 48-78, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo, Vértice, 1990.
- JULIA, Dominique. A religião: história religiosa, In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *Histórias: Novas Abordagens*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: particularidades Políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentista*. 2010. 246f. Tese de doutorado da Faculdade de educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2011.
- LEONARDI, Paula. *Além dos Espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- _____. *Congregações Católicas Docentes no Estado de São Paulo e a Educação Feminina: segunda metade do século XIX*. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 6., 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, 2006.
- LIMA, Elça Mendonça. *Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro: o período das freiras (1942 -1955)*. Rio de Janeiro: OAB, 1983.
- MAINWARING, Scott. A igreja da neocristandade, 1916-1955. In: *Igreja e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINS, Estêvão C. de Rezende. Tempo e memória: a construção social do passado na história. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 2007.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia*. Bahia, 1994.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. As religiosas e o compromisso com os pobres no Brasil. In: MARCÍLIO, Maria Luísa (org.) *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *Vida religiosa nos meios populares*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. Do Cuidado da Alma ao Cuidado do Corpo: uma nova compreensão da história da enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v. 51, n. 3, p. 431-446, jul.1set., 1998.

- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 4º. Ed. São Paulo: Loyola, 1987.
- PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)*. 2010. 349f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2010.
- QUADROS, Eduardo Gusmão de. Cristo vence, reina e impera: catolicismo e modernidade em uma cidade inventada. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, vol. 3, nº 2, 2012, p. 82-100.
- QUECINI, Vanda Maria. *Timóteo: o legado urbano de um projeto*. 2007. 396f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
- QUINTANEIRO, Tânia. O sexo segregado: recolhidas e religiosas. *Retratos de mulher: o cotidiano no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SERVAIS, É et HAMBYE, F. *Structure et signification: problème de méthode en sociologies des organisations claustrales*. *Social Compass*, XVIII, 1, 1971.
- SILVA, Claudia Neves. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, nº 15, p. 326-351, jan/jun 2006.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros. Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 85, p. 227-273, 2012.
- SILVEIRA, Diego Omar. *Religião, gênero e cidadania. 15 anos da Pastoral da Criança em Mariana (1988-2003)*. Monografia (Bacharelado em História). Mariana: UFOP, 2007.
- SOUZA, Jesse Jane V. de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- TRIDAPALLI, Ramon Antonio. *A Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e a sua ação em Santa Catarina e no Brasil (1895-1975)*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 1984.

URÁN, Ana Maria Bidegain de. Sexualidade, vida religiosa e situação da mulher na América Latina. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Mulher Pobre na História da Igreja Católica Latino-Americana*. São Paulo: Cehila/Paulinas, 1984.

S.A. Os religiosos no Brasil, In: *Convergência: Revista da Confederação de Religiosos do Brasil*. Petrópolis: Vozes. Maio 1970-ano III- n.24.

5. Sites:

CUBAS, Caroline. Articulações entre o campo religioso e o trabalho profissional com a saúde na Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição (1960-1990). Disponível em: <<https://www.academia.edu/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. *Pesquisa Sobre Vida Religiosa Feminina: novas interpretações frente à modernidade contemporânea*, 1999. Disponível em: <<http://www.ceris.org.br/antigo/pesquisa-sobre-vida-religiosa-feminina.html>>. Acesso em: 14 out. 2015.

HERNÁNDEZ, Maria Hermínia Olivera. *A Capela Interna do Convento do Desterro da Bahia: legado artístico das Clarissas Franciscanas*. Disponível em: <www.cepsepublicacoes.pt/>. Acesso em: 17 out. 2015

Redentoristas no Brasil. Disponível em:<www.redentoristas.com.br> . Acesso em: 17maio2015.

TABELA 1

Ano de ingresso na Benepó e grau de escolaridade das irmãs ao ingressarem na Congregação²⁴⁰

Ano de ingresso na Benepó	Nome da irmã	Idade	Grau de escolaridade ao ingressar na Benepó	Data dos votos
1946	Maria Marques Ferreira	33	Ensino médio	1946
	Gomes Amora	23	Ensino fundamental	1946
	Nadir Maria Barros	22	Ensino fundamental	1946
	Odila de Assis Pinto	26	Ensino fundamental	1946
	Judith Guimarães			1946
	Maria Miranda	21	Escola Rural	1946
	Iracema Lourdes	21	Ensino médio	1948
1947	Edith Maria de Jesus	26	Ensino fundamental	1948
	Maria Helena Vasconcelos Paiva	18	Ensino médio	1950
1948	Lindaurea Coelho	27	Ensino médio	1948
1949	Eva Veiga	35	Ensino fundamental	1950
1949	Maria de Souza Melo	21	Ensino fundamental	1950
	Maria José Gherard	19	Ensino médio	1950
1950	Terezinha Ferreira Pena	20	Ensino fundamental	1951
	Doracy de Braz Souza	21	Ensino fundamental	1951
	Rosa Mística Godoy			1951
	Isabel da Silva Reis	24	Ensino fundamental	1951
1951	Margarida Nogueira	23	Ensino fundamental	1951
1951	Maria da Conceição de Jesus	16	Ensino fundamental	1952
	Maria Auxiliadora Pinto			1952
	Leda Maria Augusta Vieira Faria	19		1952
	Agripina Margarida Vilela			1952
	Francisca de Assis			1952
	Carmem Abdala	32		1953
1952	Maria das Dores Campos	16		1953
	Maria Sebastiana Campos	16	Ensino fundamental	1953
	Conceição Cota Ferreira	24	Ensino fundamental	1953
	Tereza Cotta			1953
	Carmem Cotta	24		1953
	Nair Catarina da Silva	30		1953

²⁴⁰ ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Ata de registro de dados pessoais das irmãs da Beneficência Popular.

	Maria de Lourdes Godoy	38	Ensino médio	1953
1953	Maria da Conceição Resende	24	Ensino fundamental	1953
	Margarida Oliveira	20		1953
	Maria Perpétua de São José	77	Ensino médio	1953
	Ormezinda Resende	31		1953
	Zelia Cotta			1953
	Bernadete Marques Ferreira			1953
	Maria Joaquina Aranda	30	Ensino fundamental	1954
	Maria Felipe			1954
	Maria Dias de Sá	21		1954
1954	Maria da Conceição Torres	22	Ensino médio	1954
	Maria de Assis Braga	29	Ensino fundamental	1954
	Leny Doering	22	Ensino médio	1955
1955	Nadir Ferreira Leal	17	Escola Rural	1956
	Regina Oliveira	28	Ensino fundamental	1956
	Maria de Assis Drumond	16	Ensino médio	1956
	Maria Margarida do Carmo	15	Ensino médio	1956
1956	Liete Ernestina da Silva			1956
	Auta Maria de Jesus Teixeira	38	Ensino fundamental	1957
	Nair de Paula Silva	25	Ensino fundamental	1957
	Olga Lourenção	18	Ensino médio	1958
	Maria da Conceição Aparecida	17	Ensino médio	1958
	Olvimar Martins de Castro	18	Ensino médio	1958
	Rosa Assis Braga	24	Ensino fundamental	1958
	Tereza Maria dos Santos	19	Ensino fundamental	1958
Efigenia Tereza dos Santos	19		1963	
1957	Anna do Espírito Santo	16	Ensino médio	1958
	Julieta de Oliveira Campos	36		1958
	Amélia Barbosa	20	Ensino fundamental	1959
	Ivonilde Vicentina Scalli	21		1958
1958	Nair Gomes de Freitas	23		1959
	Imaculada Reis	22		1959
	Mercês Glicéria Leal	18		1959
	Margarida Rita Ventura	14		1959
	Petrina Leal	15		1959
	Maria do Nascimento Rodrigues	20		1960
	Kimico Tacayama	36	Escola de aplicação	1960
	Maria Raimunda da Conceição	22	Ensino médio	1960
	Benedita Rita Dias	17		1960
1959	Rita Miguel Figueredo	28		1960
	Maria Titolina Rodrigues	22	Ensino fundamental	1960
	Maria Francisca do Nascimento	23		1961
	Marília Antonia Neves	18	Ensino médio	1962
	Aparecida Martins	21	Ensino fundamental	1963
1960	Etsuko Haibara	24	Ensino médio	1960

	Maria Anastácia	38	Ensino fundamental	1961
	Maria das Mercês do Carmo	30	Ensino fundamental	1961
	Maria de Assis Vieira	30	Ensino fundamental	1961
	Noêmia da Bezerra Circuncisão	23	Ensino fundamental	1961
	Terezinha Clara de Jesus	21	Ensino fundamental	1961
	Leonice Vieira Mendes	23	Ensino fundamental	1961
	Ivone da Silva			1961
	Geralda Batista dos Santos	30	Ensino fundamental	1962
1961	EucenirZancanaro	24	Ensino médio	1961
	Rita da Cunha Faria	47	Ensino fundamental	1961
	Senhorinha Barbosa da Silva	20	Ensino fundamental	1961
	Maria da Conceição Barcelos			1962
	Célia Santiago Melo	42		1962
	Francisca Anselma Ferreira	20	Ensino médio	1962
	Francisca Paula	21		1962
	Maria Madalena de Jesus Carvalho	21	Ensino médio	1963
	Conceição Nicolau Leal	18		1964
	Silvéria Maria de Jesus	20	Ensino fundamental	1964
1962	Floripes de Souza Reis	47	Ensino médio	1963
	Maria Ignez Piccoli	20	Ensino médio	1963
	Maria Inês de Assis	18	Ensino médio	1963
	Olívia Vieira de Assis	20	Ensino médio	1963
	Maria Antonia de Bertoli	21		1967
1963	Abigail Inácia Cota	28	Ensino fundamental	1964
	Leandra Vieira Marques	17	Ensino médio	1965
1964	Dilma Damasceno Coelho	20	Ensino fundamental	1966
	Terezinha Maria de Jesus	29	Ensino fundamental	1967
1965	Isaura Bressam	19	Ensino médio	1966
	Marilene Pereira	15	Ensino médio	1966
	Ilda Gomes	22	Ensino fundamental	1966
	Dirce Rosa de Souza			1967
	Maria Gethsêmani Soares	16		1968
	Jupira Gomes Costa	18		1968
1967	Maria Alice Carlos	20	Ensino fundamental	1967
	Maria das Dores Drumond	17		1969
1968	Maria Severina da Silva	22		1972
1969	Margarida Maria de Assis Vieira	23		1970
	Maria Marques Soares	20		1972
1974	Marta Marques Soares	15	Ensino médio	1979
1976	Luzia Helena Martins	24		1978
	Ana Maria da Conceição	25		1979
1977	Maria José de Fátima	21	Ensino fundamental	1982
1979	Dulce Maria de Faria	19	Ensino fundamental	1983
	Lilda Barbosa dos Santos	34	Ensino fundamental	1983
1980	Maria Auxiliadora Pena	19		1985

1982	Maria da Penha Assis	19	Ensino médio	1985
	Kátia Maria Vilela Lima	22	Ensino fundamental	1985
1983	Reni Geralda de Souza	23	Ensino fundamental	1985
1984	Elyett Andrade Homem	49		1987
	Fátima Aparecida Bertoli	16		1988
1984	Aparecida do Carmo Zavatieiro	22	Ensino médio	1987
	Maria da Consolação Coelho	23	Ensino médio	1988
1986	Maria das Graças Silva Coelho	19	Ensino médio	1989
	Maria Pereira Lage	25		1989
	Maria Regina Sacramento Leão	17	Ensino médio	1991
1989	Cleuza Bispo Guerra	31	Ensino médio	1995
1992	Lucimar Campos Sales Gomes	17		1997
1993	Derma Maria Alves	21		1997
2001	Elaine Freitas de Sá	19	Ensino médio	2006
	Leilian Virgínia dos Santos	18	Ensino médio	2010
Sem data				
	Aparecida de Almeida			1951
	Edite das Dores			1953
	Rita Gomes			1954
	Maria Oracina da Silva			1961
	Bertolina do Couto Souza		Ensino Fundamental	1966
	Ana Coelho de Moraes			1967
	Maria da Conceição de Jesus			1968
	Maria da Conceição Alves			1988
	Maria da Luz da Silva Leão			1988
	Silvana Gomes do Vale			1989
	Maria Batista Brito			1993
	Maria de Lourdes Soares Duarte			1993
	Maria Sebastiana Couto			1998
	Ana Maria da Silva Campos		Ensino Fundamental	1998
	Dinalva Pinto Correa			2001
	Natália Cristina da Silva		Ensino médio	2001
	Clarice Aparecida Crisóstomo			2003
	Inês Barbosa Moreira		Ensino médio	2003
	Maria da Conceição Silva			2003
	Claudilene da Silva			2005
	Luzilene da Rocha Santos		Ensino Fundamental	2006
	Maria José de Souza Diniz			2012
Juliana de Costa de Sousa			2012	
Danieli de Serrão Diniz			2012	

TABELA 2

Cursos e formações profissionais realizados pelas irmãs da Benepó²⁴¹

Ano de ingresso	Nome da irmã	Curso superior/profissionalizante
1946	Dalva Gomes Amora	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Fez dois cursos de catequese e dois cursos vocacionais. Corte e costura e datilografia.
	Nadir Maria Barros	Curso catequético pastoral e corte e costura.
1947	Maria Helena Vasconcelos Paiva	Curso profissional de costura.
1949	Maria de Souza Melo	Curso profissional de datilografia.
1950	Isabel da Silva Reis	Curso prático de enfermagem, datilografia e administração hospitalar.
1952	Maria Sebastiana Campos	Curso de datilografia.
	Maria de Lourdes Godoy	Curso de datilografia.
1953	Maria da Conceição Resende	Curso prático de enfermagem.
1954	Maria da Conceição Torres	Curso na Escola de saúde pública e Escola de Medicina.
1955	Regina Oliveira	Curso de datilografia e contabilidade
1955	Maria Margarida do Carmo	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação.
1956	Olga Lourenção	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Cursou datilografia e piano.
1956	Maria da Conceição Aparecida	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Cursou Ciências exatas.
1956	Olvimar Martins de Castro	Curso de Letras.
1958	Maria Raimunda da Conceição	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Cursou datilografia.
1959	Marília Antonia Neves	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Cursou Enfermagem.
1960	EtsukoHaibara	Curso de Letras.
1961	EucenirZancanaro	Curso de datilografia.
1961	Francisca Anselma Ferreira	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Cursou Economia doméstica.
1962	Floripes de Souza Reis	Curso de corte costura e decoração.
1962	Maria Ignez Piccoli	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Cursou História e auxiliar de enfermagem.
1962	Olívia Vieira de Assis	Curso de Letras.
1965	Ilda Gomes	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação.
1974	Marta Marques Soares	Fez faculdade, mas não especifica o curso.
1982	Maria da Penha Assis	Concluiu ensino médio depois que entrou para a congregação.
1984	Maria da Consolação Coelho	Curso de Filosofia.
2001	Elaine Freitas de Sá	Cursa música.
2001	Bertolina do Couto Souza	Curso de auxiliar de enfermagem.
Sem data	Ana Maria da Silva Campos	Concluiu ensino médio depois que entrou para a Congregação. Cursou datilografia. Cursou Terapias Naturais. Cursa Pedagogia.

²⁴¹ ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Ata de registro de dados pessoais das irmãs da Beneficência Popular.

Sem data	Natália Cristina da Silva	Magistério
Sem data	Inês Barbosa	Curso de Enfermagem.
Sem data	Maria Batista Brito	Pós- graduada em Pedagogia.
Sem data	Maria de Lourdes Duarte Soares	Curso de Pedagogia (graduação e pós-graduação)

TABELA 3

Irmãs que realizam trabalhos para além da Congregação e os locais de atuação das mesmas²⁴²

Nome	Local de trabalho	Carteira assinada	Cidade
Inês Barbosa	Lar dos idosos	sim	Rancharia
Maria Batista	Contratada pela prefeitura de Coronel José Dias	sim	Piauí
Ana Maria Campos	Saúde alternativa	não	Pará
Maria de Lourdes	Residência Episcopal	sim	Mariana
Elaine Freitas de Sá	Orgão Episcopal - Fundação Marianense	sim	Mariana

²⁴² ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Ata de registro de dados pessoais das irmãs da Beneficência Popular.

TABELA 4

Data dos votos proferidos pelas irmãs e ano de desistência de algumas delas²⁴³

Ano de ingresso na Benepó	Nome	Data dos votos	Ano de desistência
1946	Judith Guimarães	1946	1947
	Maria Miranda	1946	1947
	Iracema Lourdes	1948	1950
1948	Lindauro Coelho	1948	1964
1949	Maria José Gherard	1950	1953
1950	Rosa Mística Godoy	1951	1956
	Isabel da Silva Reis	1951	1960
1951	Margarida Nogueira	1951	1983
	Maria Auxiliadora Pinto	1952	Sem data
	Leda Maria Augusta Vieira Faria	1952	1962
	Agripina Margarida Vilela	1952	1968
	Francisca de Assis	1952	1956
	Carmem Abdala	1953	1954
1952	Maria das Dores Campos	1953	1964
	Conceição Cota Ferreira	1953	1974
	Tereza Cotta	1953	1963
	Carmem Cotta	1953	1968
	Maria de Lourdes Godoy	1953	2004
1953	Margarida Oliveira	1953	1974
	Maria Perpétua de São José	1953	1975
	Ormezinda Rezende	1953	1992
	Zelia Cotta	1953	1963
	Bernadete Marques Ferreira	1953	1964
	Maria Felipe	1954	1955
1955	Maria de Assis Drumond	1956	1970
1956	Liete Ernestina da Silva	1956	1960
	Efigenia Tereza dos Santos	1963	1968
1957	Anna do Espírito Santo	1958	1980
	Ivonilde Vicentina Scalli	1958	Sem data
1958	Nair Gomes de Freitas	1959	1964
	Imaculada Reis	1959	1962
	Mercês Glicéria Leal	1959	2000
	Margarida Rita Ventura	1959	1967
	Petrina Leal	1959	1970
	Maria do Nascimento Rodrigues	1960	Sem data
	Maria Raimunda da Conceição	1960	2000
1959	Maria Titolina Rodrigues	1960	Sem data
	Maria Francisca do Nascimento	1961	1969

²⁴³ ARQUIVO DA SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA BENEFICÊNCIA POPULAR. Ata de registro de dados pessoais das irmãs da Beneficência Popular.

	Aparecida Martins	1963	1969
1960	Maria de Assis Vieira	1961	1967
	Leonice Vieira Mendes	1961	1976
	Ivone da Silva	1961	Sem data
	Geralda Batista dos Santos	1962	1971
1961	Euzenir Zancanaro	1961	1991
	Maria da Conceição Barcelos	1962	1962
	Célia Santiago Melo	1962	1973
	Francisca Paula	1962	1963
	Conceição Nicolau Leal	1964	2000
	Silvéria Maria de Jesus	1964	1971
1962	Maria Inês de Assis	1963	2003
1963	Leandra Vieira Marques	1965	1982
1965	Isaura Bressam	1966	1983
	Marilene Pereira	1966	1991
	Ilda Gomes	1966	Em branco
	Dirce Rosa de Souza	1967	1974
	Maria Gethsêmani Soares	1968	1983
	Jupira Gomes Costa	1968	Sem data
1967	Maria das Dores Drumond	1969	1987
1969	Margarida Maria de Assis Vieira	1970	2003
1976	Luzia Helena Martins	1978	1995
1979	Lilda Barbosa dos Santos	1983	Em branco
1980	Maria Auxiliadora Pena	1985	1996
1982	Maria da Penha Assis	1985	1990
1982	Katia Maria Vilela Lima	1985	2001
1983	Reni Geralda de Souza	1985	1993
1984	Fatima Aparecida Bertoli	1988	2008
	Aparecida do Carmo Zavatheiro	1987	2004
1986	Maria das Graças Silva Coelho	1989	2013
	Maria Regina Sacramento Leão	1991	1997
1992	Lucimar Campos Sales Gomes	1997	2000
Sem data	Aparecida de Almeida	1951	1953
	Rita Gomes	1954	1965
	Maria Oracina da Silva	1961	1969
	Ana Coelho de Moraes	1967	1972
	Maria da Conceição de Jesus	1968	1973
	Maria da Conceição Alves	1988	2009
	Dinalva Pinto Correa	2001	2011
	Natália Cristina da Silva	2001	2005
Maria da Conceição Silva	2003	2009	